



STÊNIO LUZ BARBOSA XAVIER

**A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: A EDUCAÇÃO E A
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS LIMITES E POSSIBILIDADES
DA AUTORREFLEXÃO CRÍTICA**

**LAVRAS – MG
2020**

STÊNIO LUZ BARBOSA XAVIER

**A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: A EDUCAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO
NOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA AUTORREFLEXÃO CRÍTICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

Profª. Dra. Luciana Azevedo Rodrigues
Orientadora

**LAVRAS – MG
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Xavier, Stênio Luz Barbosa.

A rede de proteção social: a educação e a atuação do psicólogo nos limites e possibilidades da autorreflexão crítica / Stênio Luz Barbosa Xavier. – 2019.

124 p. : il.

Orientadora: Luciana Azevedo Rodrigues.

Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Formação Cultural. 2. Semiformação Cultural. 3. Psicologia. 4. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. I. Rodrigues, Luciana Azevedo. II. Título.

STÊNIO LUZ BARBOSA XAVIER

**A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL: A EDUCAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO
NOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA AUTORREFLEXÃO CRÍTICA**

**THE SOCIAL PROTECTION NETWORK: PSYCHOLOGIST'S EDUCATION AND
PERFORMANCE WITHIN THE LIMITS AND POSSIBILITIES OF CRITICAL SELF-
REFLECTION**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADO em 20 de agosto de 2019.

Dr. Márcio Norberto Farias UFLA
Dra. Cynthia Maria Jorge Viana UFG

Profª. Dra. Luciana Azevedo Rodrigues
Orientadora

**LAVRAS – MG
2020**

Dedico esta dissertação de mestrado a minha família que proporcionou todos os meios para que eu pudesse concluir esta etapa do meu processo formativo. Em especial, aos meus pais, Dulceli Barbosa e Carlos Alberto Aguiar Xavier, pela confiança e dedicação, ao meu irmão, Stefano Luz B. Xavier, pelo incentivo e, por acreditar que eu pudesse cumprir esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha companheira, Livia Oliveira Galvão, por acreditar em minha capacidade e estar ao meu lado, durante essa construção e formação.

Ao programa de Pós- Graduação em Educação, da Universidade Federal de Lavras – UFLA. A minha professora, orientadora Dra. Luciana Azevedo Rodrigues e ao professor Dr. Márcio Norberto Faria, pela dedicação e paciência, ao compartilhar a riqueza existente nos saberes da Teoria Crítica da Sociedade, despertando, assim, uma visão detalhista do meu exercício, como profissional, no âmbito SUAS; pelos momentos de debates construtivos e ricos para a expansão das questões vigentes em nossa sociedade, tecendo um rico material, até então despercebido.

Agradeço também à professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, Dra. Helena Maria Ferreira, pelas ricas contribuições, ensinamentos e acessibilidade, tornando esse processo formativo saudável e construtivo.

Por fim, não menos importante, agradeço aos professores Dr. Carlos Betlinsk, Dra. Dalva de Souza Lobo e Dr. Vanderlei Barbosa, pela confiança, paciência, acolhimento e apoio, nos momentos mais difíceis, sendo que suas orientações contribuíram, de forma substancial, para que esse processo de autorreflexão crítica pudesse ser consumado.

MUITO OBRIGADO

O conceito de liberdade de opinião, e mesmo o próprio conceito de liberdade espiritual na sociedade burguesa, no qual a crítica cultural se baseia, possui a sua própria dialética. Pois, enquanto se liberava da tutela teológico-feudal, o espírito, graças à progressiva socialização de todas as relações humanas, caía cada vez mais sob o controle anônimo das relações vigentes, que não apenas se impôs a partir de fora, como também se introduziu em seu feitiço imanente. Essas relações se impõem tão impiedosamente ao espírito autônomo quanto antes os ordenamentos heterônomos se impunham ao espírito comprometido. Não só o espírito se ajusta à sua venalidade mercadológica, reproduzindo com isso as categorias sociais predominantes, como se assemelha, objetivamente, ao status quo, mesmo quando, subjetivamente, não se transforma em mercadoria. As malhas do todo são atadas cada vez mais conforme o modelo do ato de troca. Este permite à consciência individual cada vez menos espaço de manobra, passa a formá-la de antemão, de um modo cada vez mais radical, cortando-lhe a priori a possibilidade da diferença, que se degrada em mera nuance no interior da homogeneidade da oferta. Simultaneamente, a aparência de liberdade torna a reflexão sobre a própria não-liberdade incomparavelmente mais difícil do que antes, quando esta estava em contradição com uma não-liberdade manifesta, o que acaba reforçando a dependência.

(ADORNO, 2002, p. 47).

RESUMO

Nesta dissertação, discutem-se as condições de atuação do Psicólogo no interior do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Seu objetivo é promover o exercício de autorreflexão crítica da própria semiformação, dentro do acompanhamento psicológico na Proteção Social Especial - SUAS, junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ao longo de uma experiência de, aproximadamente, sete anos. No primeiro capítulo, será abordada a constituição da política pública de assistência social, no Brasil, traçando como esse sistema solidificou-se em uma sociedade imersa em um processo histórico socioeconômico capitalista. Nessa contextualização, percorre-se a linha temporal realizando um breve histórico anterior à Constituição Federal de 1988, ganhando corpo, após a sua promulgação, onde o Estado declara assumir sua responsabilidade de erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais. Expõem-se, então, prerrogativas sobre como o Governo, timidamente, dá os primeiros passos em direção à assistência social, após 1988, com a Constituição Federal e, em 1993, com a Lei Orgânica de Assistência Social, proporcionando um espaço para entender como fatores neoliberais, capitalistas, atuavam e atuam em sentido contrário aos expostos nas Leis Federais de 1988, de 1993 e a partir de 2003, adotando um comportamento enfático perante as diretrizes de sua própria Constituição Federal, visando à profissionalização dessa ampla política pública, permeada de tensões oriundas de uma sociedade de consumo. Discorre-se ainda sobre como esse aparato legislativo é inundado pelas representações objetivas de um sistema econômico de produção que constitui o processo de subjetivação do indivíduo. Tendo em vista esse contexto mais geral, disserta-se sobre a negativa do olhar do Psicólogo para a importância das representações sociais em uma política pública de assistência social, relativamente nova, com diversas fragmentações nos entes federativos. No segundo capítulo, por meio das memórias do próprio autor, descrevem-se as condições de trabalho, dentro do referido Sistema. Com isso, busca-se fazer um movimento de tomada de consciência sobre as práticas entrecruzadas, para uma perspectiva histórica e social mais abrangente. Uma tomada de consciência que ajude a reconhecer os limites de seus pressupostos teóricos, a fim de desenvolver maior confiança sobre as potencialidades de ação e como esta pode flertar, positivamente, com o profissional da área que também é afetado por essa realidade social. Por fim, no terceiro capítulo, traz o conceito de semiformação em Adorno e outros escritos da Escola de Frankfurt e autores contemporâneos, dialogando com conceitos psicanalíticos, propiciando uma compreensão abrangente da atuação do Psicólogo, com vistas a não só visualizar melhor a semiformação generalizada presente, mas também visualizar as potencialidades de sua autorreflexão crítica para a própria prática profissional, formação cultural. Conclui-se que apesar de se reconhecer avanços na formação humana de políticas públicas como o SUAS, é preciso perceber como o Estado, em sua estrutura, se desenvolve para inserir o indivíduo no sistema em uma via de adaptação permeada por valores simbólicos de uma sociedade constituída, por meio de uma semiformação cultural como formação cultural, que prima as relações capitalistas como formato único, ignorando a interação entre sujeito e objeto, resultando assim uma promoção de um serviço ideológico que nega as possibilidades de uma verdadeira formação cultural.

Palavras-chave: Formação Cultural. Semiformação Cultural. Psicologia. Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

ABSTRACT

This thesis discusses the performance conditions of the Psychologist within the Unified Social Assistance System (SUAS). Its objective is to promote the exercise of critical self-reflection of the semi-formation within psychological accompaniment in the Special Social Protection - SUAS along with Specialized Reference Center for Social Assistance (SRCSA), over an experience of approximately seven years. In the first chapter, we address the constitution of the public policy of social assistance in Brazil, describing how this system has solidified in a society immersed in a capitalist socioeconomic historical process. In this context, we trace its time-line, making a brief history prior to the Brazilian Federal Constitution of 1988, gaining consistency after its promulgation, where the State declares to assume its responsibility to eradicate poverty and marginalization and reduce social inequalities. We then expose prerogatives on how the Government shyly takes the first steps towards social assistance after 1988 and in 1993 with the Social Assistance Organic Law, providing a space to understand how neoliberal, capitalist, and social factors acted and act contrary to the Federal Laws of 1988, 1993, and as of 2003, adopting an emphatic behavior in face of the guidelines of its own Federal Constitution, aiming at the professionalization of this broad public policy, permeated by tensions arising from a consumer society. We also discuss how this legislative apparatus is flooded by the objective representations of an economic production system that constitutes the process of subjectivation of the individual. In view of this more general context, we discuss the negative view of the Psychologist regarding the importance of social representations in a relatively new public social assistance public policy, with several fragmentations in the federative entities. In the second chapter, we describe the working conditions within this system through the author's own memories. Thus, we seek to create awareness regarding crossed practices, for a broader historical and social perspective. An awareness that helps to recognize the limits of the theoretical assumptions in order to develop greater confidence about the potentialities of action and how it can positively flirt with the professional who is also affected by this social reality. Finally, in the third chapter, we bring the concept of semi-formation in Adorno and other writings of the Frankfurt School and contemporary authors, dialoguing with psychoanalytical concepts and providing a comprehensive understanding of the Psychologist's performance in order to not only better visualize the generalized semi-formation present, but also visualize the potentialities of their critical self-reflection for their own professional practice and cultural formation. In conclusion, despite recognizing advances in the human formation of public policies such as SUAS, we must understand how the structure of the State develops to insert the individual in the system in a path of adaptation permeated by symbolic values of a society constituted through a cultural semi-formation as cultural formation, which primes capitalist relations as a single format, ignoring the interaction between subject and object, thus resulting in the promotion of an ideological service that denies the possibilities of a true cultural formation.

Keywords: Cultural Formation. Cultural Semi-formation. Psychology. Unified Social Assistance System – SUAS.

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MP	Ministério Público
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH	Norma Operacional Básica / Recursos Humanos
PAIF	Proteção e Atenção Integral à Família
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PMA	Programa Mais Educação
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O SUAS E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS E O CAPITAL	16
2.1	A constituição da política pública de assistência social	16
2.2	Proteção Social e os seus pilares.....	20
2.2.1	Proteção Social Básica	20
2.2.2	Proteção social especial.....	23
2.3	O SUAS.....	25
2.4	O Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social	26
2.4.1	O campo subjetivo e a relação com a desigualdade social para a Psicologia.....	28
2.5	Um repertório de leis em um sistema capital.....	32
3	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - SUAS	45
3.1	Como cheguei, onde estou, o que é isso?	45
3.2	O início do processo formativo na assistência social.....	53
3.2.1	A experiência profissional	55
3.2.2	Pseudoconclusões.....	57
3.3	O tempo de trabalho, carga horária e o sofrer da própria crítica.....	63
3.3.1	Sentindo na pele a própria crítica.....	65
3.4	O alívio, mas há angústia.....	70
4	A SEMIFORMAÇÃO COMO FORMAÇÃO CULTURAL	78
4.1	A semiformação cultural em Adorno e demais contribuições.....	80
4.2	A semiformação na contemporaneidade a partir de uma interpretação psicanalítica.....	93
4.2.1	Para compreender a sociedade: concepção de Sociologia e Indivíduo.....	99
4.2.2	A semiformação como formação através de um olhar psicanalítico contemporâneo	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, buscou-se, em sua essência, discutir os limites e possibilidades de um exercício profissional abrangente, onde, para isso, se utilizou de conceito de semiformação fundamentado por Theodor Adorno, filósofo e sociólogo alemão que, em seu ensaio “Teoria da Semiformação” trouxe uma rica contribuição e um leque de possibilidades para buscar um espectro de visão a respeito de tensões existentes em nossa sociedade, bem como proporcionar a possibilidade para o alcance daquilo que queremos correlacionar na sequência deste trabalho. Determinada tensão, provedora da questão problema desta dissertação, parte das práticas entrecruzadas, no seio de um constante questionamento oriundo de um sentimento de incapacidade e, ao mesmo tempo, de inconformismo do próprio autor que disserta, na busca pela rejeição de determinadas práticas, mesmo que de forma inicial, para observar a outra face do tecido social gerido por interesses subjetivos de sujeitos moldados por representações simbólicas de um mundo capitalista e positivista, rico em objetividade quando se trata de correlacionar os seres humanos com o simples, dependendo do sujeito, ou complexas, frações numéricas, que equacionam o despertar de emoções para um crivo a ser trabalhada de forma coisificada e industrializada.

A percepção dessas práticas entrecruzadas, de origem de um mundo subjetivo e um mundo objetivo, irá ser percebida, neste trabalho, como a base de uma irresolvida contradição, permanente e angustiante, mas detentora de uma substancialidade, de singularidade que, ao se direcionar para discutir o tecido social a partir de uma ótica presente no seio de uma política pública de ponta, Sistema Único de Assistência Social - SUAS, responsável pelo atendimento diretivo à população, necessitaria de sua cobertura, proporcionará capilaridade suficiente para buscar entender a concepção formativa presente nesse robusto processo de desenvolvimento de atividade profissional psicológica, dentro dessa política pública, bem como perceber como esta pode, a partir de uma base constituída de uma formação cultural, em seu total, promover um olhar que ultrapasse a esfera do SUAS, enriquecendo o processo de formação de professores que possuem contato direto com faixa importante do seu público alvo (SUAS), crianças e adolescentes membros de famílias em situações de risco.

A fim de preservar a identificação profissional e demais situações que podem acarretar algum tipo de incômodo, a identidade dos municípios dos quais se originaram as citadas experiências não será revelada, focando, portanto, no conteúdo gerado por essas representações, sendo essas localidades representadas por regiões e estado, buscando assim identificar os conflitos, inseguranças, oportunizando um real exercício de discussão interna

sobre os motivos de uma prática que, ao longo dos anos, passaram por uma adaptação mórbida, submissa, para, então, despertar uma reflexão interna que permitirá o pensar nas amarras existentes, e como elas se revitalizam com um único significado, absorção do máximo capital pelo sacrifício do real e singular, presente na constituição do indivíduo.

Discorre, ainda, por meio da terminologia central, para o desenvolvimento do programa *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Lavras, uma vez que prima à adoção da centralidade na concepção formativa do sujeito, sua formação. Para isso, se utiliza de conceituação teórica de formação cultural em uma área distinta do tradicional espaço educacional, representada pelas instituições de ensino, optando por um olhar em programa de política pública, alinhando ao que Theodor Adorno expressou, quando abordou a potencialidade de discutir a formação, não apenas por meio de reformas pedagógicas.

Reformas pedagógicas isoladas, embora indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Podem até, em certas ocasiões, reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação diante do poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles (ADORNO, 2010, p. 8).

Aborda a importância do processo formativo, bem como a riqueza presente na terminologia formação e como esta é exercida em outras áreas que dialogam com essa premissa pertencente ao labor dentro de sala de aula, que podem, inclusive, realizar diálogos com outros atores que se mostram cruciais para o desenvolver da atividade pedagógica de sua formação, corroborando, dessa forma, com um olhar diante da conjunção do exercício profissional do professor, dentro da sala de aula, com a função dos profissionais da política pública de assistência social SUAS de Psicologia, enriquecendo a discussão e mostrando a importância de se discutir o desenvolvimento profissional com uma base formativa que se mostre dialogável com o todo e, ao mesmo tempo, singular, entre o objeto dado, oriundo do prisma externo que se relaciona com os anseios contidos na singularidade do sujeito. Dessa forma, considerando a estrutura do SUAS, a concepção formativa do profissional de Psicologia segue uma consonância essencial para lidar com as mazelas sociais que são perceptíveis, durante o processo formativo dos jovens no ambiente escolar.

Distante de elucidar como as bases formativas podem ser trabalhadas nas matrizes curriculares nacionais, nos espaços educacionais tradicionais, o objetivo central, desta dissertação, visa a compreender e identificar como uma estrutura social da política pública pode fornecer material ponderante acerca da própria semiformação cultural do Psicólogo, no

exercício de suas atividades, possibilitando identificar as características centrais de sua atuação, respondendo como essa atividade pode ser guiada por uma semiformação cultural imposta por um processo capitalista e de inserção de valores simbólicos capazes de desenvolver uma realidade subjetiva que coadune com as representações capitais. Visa a identificar, de acordo com os princípios do Sistema Único de Assistência Social, como a sua formação pode ou não, potencializar a semiformação de si, como também ao tencionar na perspectiva de um desenvolvimento metodológico, de acordo com premissas legislativas do SUAS pode ofertar sua atividade voltada para a semiformação do sujeito, bem como expandir a percepção da realidade social que, por vezes, se tornam um complicador para o exercício profissional professor em sala de aula nas instituições públicas de ensino.

Com o objetivo de realizar a autorreflexão crítica da própria semiformação, vigente no desenvolvimento da atividade profissional do Psicólogo na Proteção Social Especial do Serviço Único de Assistência Social – SUAS, se faz importante ponderar os objetivos secundários, que visam a elucidar o caminho que o Estado apresentou para a constituição dessa importante ferramenta de inclusão do sujeito, no âmbito de produção e emancipação em uma sociedade com base capitalista envolto pela conjecturo de troca, para assim, pensar em uma autorreflexão crítica fazendo uso de um referencial teórico que busque fortalecer o campo de ideias e teorias que mostram como esse Psicólogo pode vir a exercer sua função com um olhar que prima o desenvolvimento em busca da superação constante da semiformação cultural em si e que, conseqüentemente, atinja o outro.

Portanto, esta dissertação, diante seu objetivo central, visa a compilar diante de seus objetivos secundários, como a política pública do SUAS se estrutura e tem potencialidade de desenvolver uma atividade semiformativa, no seu processo de desenvolvimento e como esta se consolidou, por uma lógica imperativa do capitalismo.

Assim, na primeira parte, abordar-se-ão aspectos da implementação das bases que constituíram esse Sistema Único de Assistência Social, no ano de 2005, começando com a estrutura posta, na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de 1993, ganhando corpo, por meio da Política Nacional de Assistência Social – PNAS promulgada em 2004. Ao trazer o tensionamento das estruturas que se movimentaram para a consolidação do SUAS, foi necessário perpassar em referências teóricas que pudessem ofertar uma lógica histórica das engrenagens que se fazem responsáveis por todas as representações objetivas presentes em nossa sociedade. Somou-se a essas ponderações como o sistema capital se consolidou a partir da década de setenta, levantando um breve histórico sobre o olhar do campo do bem-estar social e a promoção deste, por grandes

monopólios capitais, discutindo-se, assim, as potencialidades da política pública de assistência social - SUAS que, em seu bojo formativo, propõe ofertar estruturas que visam a acolher e trabalhar as dificuldades postas na vida do sujeito, superando as ditas necessidades e encaixando-o nas rodas da engrenagem capital. Posteriormente, neste mesmo capítulo, foi possível abordar as peculiaridades de um olhar da Psicologia para as representações sociais, e como o olhar do Psicólogo se fundamentou a partir de uma lógica individualista, não observando como as representações objetivas proporcionam uma formação subjetiva.

Posteriormente, utilizar-se-ão pontos levantados, pela experiência do exercício profissional, em uma linha temporal de 2012 a 2019, caracterizando assim sete anos, aproximadamente, de experiência adquirida com esta proposta de trabalho, sendo possível observar toda uma dinâmica de funcionamento da política pública de assistência social, bem como fomentar justificativas pela incompletude do desenvolvimento profissional, nessa importante política pública. Determinada fomentação, se conecta ao primeiro capítulo, e abre caminho para o terceiro capítulo, podendo observar a falta de conhecimento de todas as amarras responsáveis pelo desenvolvimento da atividade como Psicólogo, uma vez que, na ausência desse sistema capital de troca com essas vertentes, certamente poderia se ter outro olhar e uma outra crítica, em relação a limites e possibilidades sobre a própria semiformação do Psicólogo no SUAS, ou, até mesmo, uma nova nomenclatura para uma diferente política pública. Essa reflexão traz, em seu seio, as angústias de um profissional graduado em Psicologia, sem ao menos entender como exercer sua função em uma pasta governamental que carece de suas atividades. Certas passagens revelam uma pressão para a adequação em um sistema, se utilizando de críticas rasas e negação teórica que, até então, serviria de base para a construção de uma bagagem formativa, proporcionando novas implicações teóricas a fim de promover aquilo que era imposto. Resolutividade, emancipação e inserção no mercado de trabalho, consolidando, desta forma, os pilares da seguridade social, ou alienação para e perante ao capital. Ao mesmo tempo, se tornando sujeito detentor e provedor da própria crítica, se utilizando de posicionamentos repudiados e adotando a mesma margem de adaptatividade por pressões externas vinculadas às necessidades capitais para a própria subsistência.

Na sequência, no capítulo terceiro, a interpretação do conceito de semiformação cultural é explorado, a fim de se perceber como as relações sociais constituídas em um sistema capital propaga uma formação subjetiva apta à promoção de uma semiformação como formação. Inicia conceituando o que é emancipação em Kant, visando à terminologia que o SUAS prega para construir perspectivas emancipatórias, para, assim, interpretar a robusta ideia

de semiformação cultural, por um olhar do duplo caráter da cultura, percebendo como esta vem se fechando em si e proporcionando valores a serem propagados como entidades morais de uma civilização que prima a identidade instrumental e positivista como *modus operandis*. Procura construir princípios análogos a uma possível explicação de como as pressões externas leva ao não refletir sobre as particularidades de um indivíduo e o relacionamento com o objeto externo.

A fim de trazer mais fundamentos para o corpo da questão problema desta dissertação, serão esboçadas fundamentações que dizem sobre o campo sociológico e da conceituação de indivíduo, enriquecendo a discussão ao potencializar como a visão de um profissional pode ser robusta em relação ao público alvo de seu labor, como também para sua própria imersão daquilo que o cerca, campo da sociologia na assistência social e individual, ao trazer as estruturas nas quais este se desenvolve, para, assim, compreender por meio também de um olhar, a partir de uma leitura psicanalítica sobre o mal-estar na civilização e um mal-estar na contemporaneidade, como o indivíduo se assemelha àquilo que está vigente, de forma a não potencializar as suas necessidades singulares, que se consolidam como necessidades impostas por um sistema que anula a capacidade de pensar a relação com o todo que o cerca e o torna mais um membro, proporcionando conclusões acerca de limites e possibilidades da própria atuação, a partir de um olhar psicanalítico que prima entender como o princípio de realidade e princípio do prazer na contemporaneidade corrobora para a propagação de uma semiformação cultural como formação cultural.

2 O SUAS E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS E O CAPITAL

Com o intuito de perceber, refletir a atuação do Psicólogo dentro do Sistema Único de Assistência Social, tencionando sua própria semiformação, este capítulo se desenvolve a partir de um referencial teórico que disserta sobre a temática assistência social, pontuando o desenvolvimento desta a partir da Constituição Federal de 1988, perpassando por uma considerável linha de tempo, até a constituição da Política Nacional de Assistência Social - PNAS em 2004, trazendo fundamentos para a regularização e o surgimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Na sequência, procura-se discorrer sobre algumas faces do sistema capital e como este se apropria da política pública de assistência social, moldando-a e proporcionando ao sujeito assistido por essa política, uma inserção nesse sistema predominante, constituído pela troca de mercadorias e concepções difusas ao processo de formação do indivíduo. Pontua também, como a Psicologia ignora as relações sociais e a profunda importância que o mundo positivista e objetivo, direciona à formação subjetiva do sujeito, apontando a falta e a irresponsabilidade de uma Psicologia Social que ignore essa relação complexa e profunda para a formação subjetiva do sujeito.

2.1 A constituição da política pública de assistência social

Antes da estruturação do SUAS, que se deu em 2005, houve movimentos em relação à assistência social no Brasil, mas distante de uma consolidação plena e, principalmente, completamente desligado de um processo democrático. Em 1937, é criado, por meio de ação governamental, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), abrindo espaço para, posteriormente, na década de quarenta, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). No ano de 1977, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social em meio à realidade da ditadura militar. Uma década após, é promulgada, em 1988, a Constituição Federal que reconhece a assistência social como dever do Estado na busca de seguridade social (BRASIL, 2004). Nela, o Estado assume sua responsabilidade de erradicar a pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, pelo título I, artigo 3º, inciso IV, bem como o título VIII, capítulo I, artigo 193 onde a ordem social se estrutura no primado do trabalho, objetivando o bem-estar e a justiça social; capítulo II, seção I, artigo 194, que estabelece ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social. Juntamente a estes, a seção IV do capítulo II,

artigo 203 que garante a assistência social a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social. E o artigo 204, ao direcionar os entes responsáveis pela execução da assistência social (BRASIL, 1988).

Pela primeira vez, o Estado indica assumir a responsabilidade para com a população, mesmo que apenas exposto e sem eficiência naquele momento. Posteriormente, é promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS de 1993, que remetia a um novo campo, a seguridade social e proteção social pública (COUTO et al., 2012). Retornando, em sequência, 1989, é fundado o Ministério de Bem- Estar Social, fortalecendo o modelo simbolizado na década de quarenta (LBA). A partir desse ponto, no ano de 1990, é criada a primeira Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que, conseqüentemente, é vetada no nosso Congresso Nacional. Em 1993, as negociações envolvendo gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais permitem a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social, dando início à construção da gestão pública e participativa da assistência social, por meio de conselhos deliberativos e paritários na esfera municipal, estadual e federal, estabelecendo, como citado, a segurança social e proteção social pública.

Após quatro anos, 1997, é editada a Norma Operacional Básica (NOB) com o intuito de conceituar o sistema descentralizado e participativo, ampliando a competência dos governos municipais, estaduais, federal e é instituída a exigência de uma estruturação do Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social, proporcionando, dessa forma, o recebimento de repasses de recursos federais. No ano seguinte, se faz nova edição da NOB, tendo em seu seio a diferenciação dos serviços, programas e projetos ofertados, ampliando as atribuições dos conselhos de Assistência Social, criando espaço para negociação e pactuação de recursos: Comissões Intergestora Bipartite e Tripartite que se caracterizam pela reunião e discussão de representações municipais, estaduais e federais de assistência social (BRASIL, 2004).

No entanto, neste ano seguinte, referente a 1998, quando é aprovada a primeira norma operacional básica, após cinco anos da regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social, sua estruturação se apresentou insuficiente, pois, em 1995, Fernando Henrique Cardoso, após a sua eleição, instituiu uma medida provisória nº 813, que se tratava do programa comunidade solidária, onde se caracterizava como a principal estratégia de enfrentamento a pobreza no país, com ênfase em ações pontuais de caráter imediatista com foco em bolsões de pobreza. Esse programa paralelo a LOAS de 1993 fez com que as diretrizes desta não fossem fundamentadas no desenvolvimento dessa atividade de trabalho, distanciando da política pública de Assistência Social, tornando essa medida confusa e sem clareza em suas ações

(COUTO et al., 2012). Logo, aquilo que se remetia à seguridade social e proteção social pública se perdia.

Ao passar dos anos, se solidifica, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, incumbida de definir as atribuições e classificar os segmentos pertinentes ao exercício das atividades da Assistência Social, abrindo caminho para constituição do SUAS, em 2005. No mesmo ano, 2005, é construída a nova NOB, começando a partir de agosto o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2004).

Com isso, o processo de solidificação da assistência social, por tentativas impopulares e por governos que ora era de frente ditatorial, ora de caráter econômico neoliberal. Na década de noventa, as políticas públicas de assistência social procuravam ganhar corpo com base na constituição de 1988, mas eram prontamente rechaçadas, uma vez que o Brasil aderira a políticas econômicas neoliberais, caracterizando um aumento significativo da pobreza e desigualdade social no país. Couto et al. (2012, p. 57) apontam uma “ruptura do pacto keynesiano¹ que vai permitir grande liberdade aos processos de reconstrução produtiva, no contexto de um movimento global de reordenamento da relações capitalistas entre centro e periferia do sistema”.

Com essa ruptura, as características de intervenção se formam, por um modelo neoliberal, cuja intervenção do Estado é mínima e as iniciativas são ditadas pelo Fundo Monetário Internacional FMI e Banco Mundial. Essa inclinação, responsável pelo combate de crises nos países periféricos, reduz a autonomia nacional, gerando altos índices de desemprego, pobreza e indigência, minando a proteção social estabelecida em 1993, pela Loas (COUTO et al., 2012). Perante a inconsistência na aplicação da seguridade social e na política pública de assistência social, na década de noventa, os anos dois mil reservavam uma significativa mudança para essa política.

Após a década de noventa, que ignora a proteção social estabelecida pela Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993, surge, a partir de 2004, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, incumbida de delimitar e esclarecer os serviços da política pública de assistência social, retomando a garantia das seguintes seguranças vigentes na proteção social: “segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência família” (BRASIL, 2004, p. 31). Seguranças que se definem para garantir o mínimo para o sustento do indivíduo, sendo este não substitutivo de um salário mínimo, pois reserva a

¹ Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica baseada nas idéias do economista John Maynard Keynes (1883-1946), que propõe “solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito de despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos” (SANDRONI, 2000, p. 324).

possibilidade do sujeito ter garantido esse rendimento para o seu sustento. Segurança da acolhida, característica esta principal da assistência social. Em seu âmago, está a provisão de necessidades básicas, sendo a alimentação, o vestuário e o abrigo. A segurança de vivência familiar, que luta pela não reclusão, e fortalecimento dos vínculos familiares ou com seus pares, evitando as perdas nas relações do indivíduo, que se constrói da própria natureza humana, por um comportamento gregário (BRASIL, 2004). “É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios” (BRASIL, 2004, p. 32).

Se faz necessário apontar, segundo Brasil (2004), PNAS, que esse campo de seguridade se faz pela junção de um triângulo, envolvendo a assistência social, previdência e saúde, todos alinhados para o desenvolvimento do protagonismo do ser humano, combatendo ferrenhamente o processo de exclusão. Assim, seu princípio se faz pelo material disposto na Lei Orgânica de Assistência Social - Loas de 1993 que, em seu capítulo II, seção I, artigo 4º, dispõe sobre a supremacia dos direitos e as necessidades sobre as exigências de rentabilidade econômica, primando pela universalização dos direitos sociais, promovendo o acesso por outras políticas públicas, endossando também o respeito à dignidade do ser humano, preservando sua autonomia e o acesso a serviços de qualidade e uma sólida convivência familiar e comunitária, com base nos vínculos sólidos, buscando a consequência de estados que implique em situações não vexatórias.

Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações [...] rurais e urbanas; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos sociais, bem como recursos oferecidos pelo Poder Público [...] (BRASIL, 2004, p. 32).

Suas diretrizes correspondem, alinham-se à Constituição Federal de 1988 e na própria Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, visando à descentralização da esfera política-administrativa com as leis e normas sob a responsabilidade da esfera federal, mas a execução de seus programas no âmbito estadual e municipal. Determinada concepção visa ao respeito às características socioterritoriais de cada localidade, se tratando de um país rico em diversidade de representações culturais. Fortalece, potencializando a participação da população, por suas representações de organizações e formação da política territorial e ações em todos os níveis. No entanto, compete ao Estado o controle da condução dessa política, acompanhando de perto

as formulações de cada esfera de governo, mas sempre com a centralidade na família, para a implementação de serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004).

Traçada suas premissas e diretrizes, os objetivos da

política pública de assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando o seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: Promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 33).

Com esses objetivos delineados, essa política pública se divide para melhor atender a seus usuários em Proteção Social Básica e Especial, geridas por órgãos da assistência social como CRAS e CREAS, primando o trabalho de seguridade social e o processo de prevenção, que será explorado na sequência.

2.2 Proteção Social e os seus pilares

Considerando o exposto pela matriz, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, essa política define campos para o atendimento desta, onde seus espaços se definem para melhor atendimento das demandas trazidas pelo sujeito, que a assistência denomina de usuário dos serviços socioassistenciais. Assim, determinadas demandas poderão ser atendidas pelo campo da proteção social básica e da proteção social especial, que se entende como pilares dessa política pública de assistência social.

2.2.1 Proteção Social Básica

A proteção social básica se responsabiliza pelo atendimento de usuários que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, mas que seus vínculos afetivos e comunitários não estão rompidos. Essa vulnerabilidade social se caracteriza por situação de pobreza, privação que se faz pela ausência de renda ou acesso precário aos serviços públicos, aos quais o sujeito possui direito de usufruir. A fragilização de vínculos se mostra a característica principal de distinção entre as duas proteções mencionadas acima. Nessa

proteção, o trabalho se direciona para a potencialização de vínculos, excluindo a possibilidade de discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência. Prevê o desenvolvimento com base nos princípios da política de seguridade social, o desenvolvimento de projetos locais, de acolhimento, respeitando a identidade local da população, fortalecendo, assim o processo de socialização entre os indivíduos e suas famílias (BRASIL, 2004).

Podemos entender a proteção social básica como um mecanismo de prestação de serviço no âmbito social para a promoção de novas formas de auxiliar na construção de olhares, visando à compreensão e entendimento por parte do indivíduo sobre sua condição real de vida. Busca incentivar a independência/emancipação e protagonismo do sujeito e de seu núcleo familiar.

Para isso, as estruturas de nossa legislação garantem o mínimo em seu criterioso esboço de leis. Mas, perante a sua estrutura, alicerçada pelas amarras que se definem como bases culturais de determinados sujeitos, somado à esfera capital, há uma ampla e rica discussão para entendermos o desenvolvimento dessa esfera que se chama desenvolvimento social, assistência social, proteção social básica. A sequência se desenvolverá no capítulo três desta dissertação.

Continuando, existem dois programas de benefícios nessa proteção. Os eventuais, que são definidos pelo artigo 22 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS de 1993, prevendo provisões gratuitas implementadas em espécies ou em pecúnia que visam a suprir a carência oriunda de mazelas sociais que podem ocorrer a um núcleo familiar, ou de caráter individual. Estão previstas ajuda de característica temporária; O Benefício de Prestação Continuada - BPC que:

Constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, tendo sido um direito estabelecido diretamente da Constituição Federal e posteriormente regulamentada a partir da LOAS, dirigido às pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade; observado, para acesso, o critério de renda previsto na lei [...]. Trata-se de prestação direta de competência do governo federal, presente em todos os municípios (BRASIL, 2004, p. 34).

Esse critério definido em lei, se faz pela presença de renda do usuário, ou seja, havendo uma renda financeira superior ou igual a um salário mínimo na família ou referente a sua própria renda e perante a outras condicionalidades, o sujeito não se faz apto a receber o benefício. Assim, segundo a LOAS, para adquirir esse benefício, é necessário se encaixar nas especificidades estipuladas no capítulo IV seção I, artigo 20 e nos seguintes parágrafos:

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica (BRASIL, 1993b, p. 21).

Assim, idosos, com idade de sessenta e cinco anos ou mais, que disponham de renda bruta superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente no âmbito nacional e pessoa com deficiência, com a mesma condição de renda citada, anteriormente, não se encaixam para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Esses serviços são ofertados, especificamente, nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, bem como em outras unidades básicas e públicas de assistência social. Ressalto que o cadastro do BPC é realizado pelo técnico de referência, profissional de ensino superior, preferencialmente Assistente Social lotado em um CRAS. Após, encaminhado para o setor público da Previdência Social - INSS, passando por perícia médica e demais profissionais que se faça necessário para assim, respeitando as condicionalidades, receber o benefício de prestação continuada.

Além de realizar determinados cadastros, como exposto acima, alguns CRAS se reservam a realizar o cadastro do Bolsa Família, um rico programa de distribuição de renda voltado para famílias de baixa renda.

O Bolsa Família foi um dos principais fatores para que o Brasil cumprisse, com dez anos de antecedência, o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU): reduzir a extrema pobreza pela metade (BRASIL, 2015, p. 3).

Esse benefício é direcionado a famílias em situação de extrema pobreza, que se caracteriza, por uma renda mensal inferior a setenta e sete reais (R\$77,00) por pessoa e pobre com renda entre setenta e sete reais e um centavo (R\$77,01) a cento e cinquenta e quatro reais (R\$154,00). No entanto, esse programa não consiste em apenas proporcionar renda para os mais pobres, uma vez que em suas condicionalidades estão estipulados a obrigatoriedade de cumprir os compromissos relacionando a inserção de filhos, quando tiver, na educação e acompanhamento assíduo pela saúde, pelos prontos de saúde da família - PSF.

O principal objetivo do programa é contribuir para a superação da pobreza, em três eixos de atuação: Transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza; Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza; Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza (BRASIL, 2015, p. 5).

Assim, o CRAS se limita ao atendimento a famílias ou indivíduos de seu contexto comunitário, buscando o fortalecimento de vínculos, nessa esfera, pelo Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF. O PAIF consiste no desenvolvimento de um trabalho de caráter continuado com as famílias, por meio dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, orientado por uma equipe de profissionais, objetivando a proteção e melhoria na qualidade de vida, pela da prevenção, proteção e proação, respeitando a heterogeneidade dos arranjos familiares, crenças, valores e identidades das famílias (BRASIL, 2009c). É uma unidade pública estatal que se estrutura em uma certa localidade com alta taxa de vulnerabilidade social, organizando e coordenando a rede de serviços socioassistenciais locais da assistência social. Seu atendimento se limita até 1.000 famílias por ano (BRASIL, 2004).

2.2.2 Proteção social especial

Diferente da proteção social básica, a proteção social especial se reserva ao atendimento de famílias ou indivíduos cujos vínculos familiares ou sociais estejam fragmentados e que se encontram em situação de risco pessoal ou social que são identificados pelo “abandono, maus tratos físicos e/ ou psíquicos, abuso sexual ou de substâncias psicoativa, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2004, p. 37).

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário e Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo (BRASIL, 2004, p. 37).

A objetividade deste subcapítulo, conforme a PNAS de 2004 (BRASIL, 2004), nos faz atentar às diversas situações econômicas que o nosso país constitui, se tornando uma constante a situação de violação de direitos entre seus membros, ponderando um público mais vulnerável que se forma por idosos, jovens, pessoas com deficiência, em situação de rua e migrantes. Esse público, em suma, está sem renda financeira, agravando mais a situação. Tratando-se dos idosos ou pessoas com deficiência, essa característica, na maioria das vezes, se faz pelo uso indevido de seus BPCs para outros fins que não seja da necessidade do titular do benefício.

Infelizmente, esse público não adere às diretivas da proteção social básica, pois as intervenções são de origens específicas, considerando cada subjetividade do indivíduo e/ou seu núcleo familiar. Pondera-se a renda não apenas que gera situações de risco e vínculos rompidos, mas as particularidades de cada um, precisando estes de escutas específicas, individualizadas e ações diretivas e concretas, no seio do seu problema, mas distinta da realidade assistencialista. Não visa ao fazer pelo outro, mas tornar o caminho a ser percorrido de mais fácil acesso (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção sociofamiliar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia. Longe de significar um retorno à visão tradicional, e considerando a família como uma instituição em transformação, a ética da atenção da proteção especial pressupõe o respeito à cidadania, o reconhecimento do grupo familiar como referência afetiva e moral e a reestruturação das redes de reciprocidade social (BRASIL, 2004, p. 37).

Portanto, estamos diante uma complexidade fundante no contexto da proteção social especial, pois, coloca-se em pauta o preparo profissional, demandando reflexões a respeito da subjetividade também dos profissionais envolvidos, colocando em cheque a capacidade destes de direcionar um olhar amplo, sem intervenção da sua identidade moral e cultural, para assim considerar a relação da verdade moral que aquele sujeito traz consigo. Dessa forma, a identificação da capacidade do profissional identificar o conceito cultural presente nas relações do sujeito usuário da política pública, se mostra ponderante, para que possamos discernir o que se faz como base teórica e de experiência de vida. Exigindo assim uma maior preparação de nós, Psicólogos, para lidarmos com essa dicotomia presente nessa proteção social.

A fim de deixar claro, os serviços que são ofertados na proteção social, bem como distinguir realidades, ela se divide em média e alta complexidade:

A média complexidade, segundo Brasil (2004), busca fornecer atendimentos a indivíduos e famílias que se encontram com seus direitos violados, mas se diferencia da alta complexidade, pois seus vínculos com seus pares, sendo no seio familiar e em sua comunidade não se encontram rompidos. Como exposto acima, necessita atenção individualizada e um acompanhamento sistemático, como colocado pela (BRASIL, 2004, p. 38) que atribuis os:

Serviço de orientação e apoio sociofamiliar. Plantão Social. Abordagem de Rua. Cuidado no Domicílio. Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência. Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).

Suas ações são dirigidas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que se difere dos CRAS, por se tratar de situações que se fazem pela violação de direitos presentes. Diferente dos CRAS, que trabalham para a não estruturação da violação de direitos.

A alta complexidade tem em sua normativa o trabalho que oferta a proteção integral do indivíduo, garantindo acesso à “moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar ou comunitário” (BRASIL, 2004, p. 38). Dentro dessa especificidade da alta complexidade, os serviços se fazem, por atendimento integral institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergues, famílias substitutas, família acolhedora, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade podendo se caracterizar pela semiliberdade ou intervenção provisória e sentenciada (BRASIL, 2004).

2.3 O SUAS

Após o aporte teórico a respeito da política pública de assistência social, que se fundamenta, pela Constituição federal de 1988. Ganhando seu corpo, através da LOAS de 1993, para depois de vários processos de negação, ser, a partir da Política Nacional de Assistência Social de 2004, definidas as suas atribuições o formato de oferta e os órgãos constituídos para tal, é consolidado o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2005.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território

como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade [...] O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (BRASIL, 2004, p. 39).

Dessa forma, sua organização se dá pela matricialidade sociofamiliar, defesa social e institucional, proteção social e vigilância social. É constituído como uma política pública descentralizadora, não contributiva e participativa destinada à Assistência Social, por meio da integração dos entes públicos municipal, estadual e federal e entidades privadas.

Seu objetivo é consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos, operando, de forma articulada, a proteção social não contributiva; inserir a rede pública e privada de serviços, programas, projetos, benefícios de assistência social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (BRASIL, 2011).

2.4 O Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social

A política pública de assistência social, implementa a NOB SUAS RH, que visa à estruturação dos seus profissionais, mostrando um viés histórico “dentro da correlação de forças políticas que participaram do processo de negociação” (COUTO et al., 2012, p. 81). Interessante a utilização da palavras negociação para algo que se define para uma melhor qualidade do exercício profissional, pois os autores relacionados acima pontuam que diferenças políticas tiveram que ser supridas, mostrando mais uma vez a dificuldade que nós, como profissionais, lidamos. Mesmo com a implementação da NOB SUAS RH, não visualizamos um caminho para a consolidação de segurança profissional para os profissionais do SUAS.

om a intenção de proporcionar uma linha de raciocínio para desenvolver a discussão, à qual esta dissertação se propõe, segundo a NOB RH SUAS (BRASIL, 2006), na proteção social básica os CRAS instalados em um município de médio porte I, com capacidade para atender até 2,500 famílias cadastradas, carece de dois técnicos de nível superior, sendo um Assistente Social e um de referência, preferencialmente Psicólogo, mas não necessariamente.

Município pequeno porte II, até 3,500 famílias cadastradas por CRAS, três técnicos de ensino superior, sendo dois da Assistência Social e um preferencialmente Psicólogo, mas não necessariamente. Município médio e grande porte, com mais de 5,000 famílias cadastradas por CRAS, quatro técnicos de nível superior, sendo dois Assistentes Sociais, um preferencialmente Psicólogo, mas não necessariamente, e, outro indicado na grade de profissionais com ensino superior aptos a compor a grade de profissionais do SUAS.

Na proteção social especial, a NOB RH SUAS, o indicativo é de um Psicólogo e um Assistente Social para 50 pessoas cadastradas nos serviços e quando passar de 80 indivíduos cadastrados, dois Assistentes Sociais e dois Psicólogos. Nota-se uma predominância na proteção básica de Assistentes Sociais, sendo o Psicólogo sem posição definida nessa área de atuação, passando assim sua seleção, pelo perfil do coordenador do órgão ou da pasta de secretaria de desenvolvimento social dos municípios. Já, na proteção especial, no que tange à efetivação do Psicólogo nesta, a realidade a qual tive a oportunidade de presenciar, mostra que esse profissional, muitas vezes se divide em dois órgãos ou quando o número de cadastro se faz maior que oitenta indivíduos, as diretrizes não são respeitadas, possuindo, muitas vezes, três Assistentes Sociais e apenas um Psicólogo para toda a demanda de um CREAS. Essa predisposição fortalece a crença diretiva das atividades dos profissionais no órgão CREAS, uma vez que as ações da equipe técnica de assistentes sociais, predominam-se, pela diretividade que asseguram os direitos e os inserem na sociedade como ela está estruturada, não observando as peculiaridades, singularidades do indivíduo, não havendo uma compreensão de como o sujeito se relaciona com seu meio e como sua subjetividade se constitui a partir deste. Dessa forma, a margem de superação das violações de direitos é pífia e poucas se sustentam, pois aquilo que é implementado pela equipe técnica não corresponde ao que é solicitado pela PNAS de 2004, identidade cultural, dificultando a estruturação e continuidade do proposto pelo profissional de serviço social. Longe de se fazer uma crítica pejorativa e sim uma visão macro da riqueza de um trabalho que pode ser melhor estruturado após um estudo multiprofissional.

Nos demais órgãos, como abrigos institucionais, república e instituições de longa permanência o Psicólogo é exigido no seu quadro profissional, mas a realidade, mais uma vez, presenciada por mim, o Psicólogo não é definitivo, sendo sua mão de obra, ofertada em consonância com outros órgãos, sobrecarregando sua demanda, sua subjetividade e por fim, seu estado emocional. Observa-se uma ampla estrutura legislativa para o desenvolvimento profissional do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social, no entanto, cabe ponderarmos o caminho para essa constituição.

Percebe-se um atraso quando é elaborado o percurso dessa política pública, desde a sua constituição em 1988. Seu desenvolvimento veio a se consolidar somente doze anos, se considerarmos a LOAS como ponto de partida, antes de seus indicativos serem deferidos pelo nosso amplo repertório de leis constitucionais. Ao se afirmar, percebe-se um padrão profissional com formação em Serviço Social, dialogando com poucos profissionais da Psicologia, indicando assim, um desequilíbrio preponderante para o desenvolvimento exigidos por força de lei. No entanto, abre-se um amplo campo de diálogo com potencialidades de se tornar um espaço com fortes perspectivas a serem ainda desenvolvidas para uma melhor eficiência metodológica, no que se refere à questão social e ao estado de bem-estar social, uma vez que este profissional de Psicologia se apresente como profissional capaz de entender as complexidades subjetivas que se formam pela objetividade.

2.4.1 O campo subjetivo e a relação com a desigualdade social para a Psicologia

Por meio da consolidação da PNAS, ao longo de seu processo histórico, percebemos uma dialética que nos move para o cerne da questão social, ou seja, o pauperismo que se faz vigente na nossa sociedade, visando a se debruçar nas relações que proporcionam, por meio de políticas públicas a superação da desigualdade social.

Ao analisar alguns dados indicadores, a relação, ainda em formação, da Psicologia no campo da assistência social, no Brasil, com a quantidade de profissionais ainda é inferior, se comparada à soma dos profissionais de Serviço Social² na esfera da Assistência Social indica baixas possibilidades de obtenção de uma ampla dedicação em referenciais bibliográficas que desenvolvem tensionamento, a respeito da temática questão social, desigualdade social e como o campo subjetivo do indivíduo assistido por essa assistência é tocado, considerando as relações capitais que serão dissertadas no próximo subcapítulo.

Bock (2016) nos traz importantes ponderações acerca dessa temática, considerando o processo histórico tomado pela Psicologia e seu desenvolvimento no Brasil. A Psicologia se moldou a partir de fundamentações positivistas na formação desse profissional, ao longo do processo histórico de desenvolvimento, no Brasil, elencando fatores intensos que apontam a distância da Psicologia do campo da desigualdade social, ao longo desse percurso

² Serviço Social é uma profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662/1993 (BRASIL, 1993a). Assistente Social é o profissional com graduação em Serviço Social

Para essa compreensão, a autora nos traz princípios a serem entendidos para consideração e definição em linha definida o que se considera desigualdade social e como olhar pra ela diante da ponderação que a define:

A desigualdade social faz referência a distribuição da riqueza e às condições desiguais de acesso e bem-estar. Falamos, portanto, de um país que é caracterizado por uma população que tem acesso desigual à riqueza produzida coletivamente e usufrui de condições de também desiguais (BOCK, 2016, p. 257).

Por si só, essa temática se faz complexa, necessitando de amplo movimento de reflexão para entendê-la. Temos uma realidade de acordo com o que foi mencionado, na qual a inserção do Psicólogo na Assistência Social ainda é baixa, nos mostrando a não conquista ou inserção desse profissional nessa área. Ao longo desse percurso, a Psicologia, conforme afirma Bock (2016), focou em aspectos internos do ser humano, considerando, assim, essas respostas como fundamentais para a compreensão dos temores, angústias, patologias, desconsiderando aqui o que é dado pela sociedade, pelas relações sociais presentes em sua constituição e aquilo que se faz de uma civilização. Essa posição do desenvolvimento da Psicologia, distanciou a visão da complexa compreensão das representações sociais e como as assimilamos e desenvolvemos nossa subjetividade.

Ainda segundo a autora, essa relação entre a compreensão da subjetividade e a desigualdade social se molda na ampla cadeia objetiva das relações humanas calcadas na materialidade e individualismo, onde as relações sociais se formam e um cenário de desigualdades, constituição de identidades, desejos, valores morais e significações. No entanto, a Psicologia brasileira se debruçou em entender o sujeito sem ponderar a desigualdade social, e corrobora ao trazer sua análise:

os Anais do XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social (2015), onde o termo desigualdade social não é frequente. Apenas três trabalhos possuem, no título, a palavra desigualdade (sendo 2 deles do nosso grupo da PUCSP); 12 trabalhos trazem a palavra desigualdade social (4 deles são nossos e na maioria a desigualdade não é objeto de estudo e sim apenas citação da condição dos sujeitos pesquisados. Dos grupos de trabalho do mesmo encontro da ABRAPSO, apenas dois possuem título indicando a ênfase na desigualdade social (BOCK, 2016, p. 258).

Essa passagem, para a autora, lhe causa tensionamento, ao perguntar o que levou a Psicologia brasileira a se distanciar do pensar a desigualdade social, e desenvolve sua tese, ao

situar na linha de tempo a tomada da Psicologia como ciência em 1875, quando a burguesia ascende às camadas de relação de poder, passando a imprimir seus desejos, direcionando o desenvolvimento para o que vamos chamar de ciências modernas (BOCK, 2016). Esse modelo permitirá um foco na razão humana, nas relações individuais, fortalecendo o entendimento de indivíduo pautado na liberdade e condições futuras de transformação do mundo na esfera material e social. O conhecimento se pauta na racionalidade científica que permite às camadas das ciências observarem as relações de forma objetiva. “Nasce uma ciência racional, empírica, positivista, experimental, quantitativa” (BOCK, 2016, p. 258).

A ciência positivista, base do nascimento da Psicologia, em 1875, passa a considerar a objetividade e subjetividade como esferas do indivíduo autônomas, ao invés de fazer um esforço contrário para entender como deveria estabelecer mecanismos de comunicação e interação entre a esfera subjetiva e objetiva (BOCK, 2016).

Ao abandonar a realidade social, focando na subjetividade de forma isolada, desconsiderando as relações sociais que se constituem pela esfera objetiva, que moldam a formação de indivíduo e sua subjetividade, ponderamos nossas relações pelo positivismo científico, apenas. A constituição dessa ciência, entrelaçada por interesses burgueses de origem capital passa a dar a tonalidade para a constituição do conjunto de representações dadas em nossa sociedade, interessando para essas diretivas científicas uma melhor eficiência nas relações de trabalho, capital. A Psicologia se constituiu em sua forma no Estado brasileiro pautada neste princípio, não se importando com as nuances atribuídas à esfera subjetiva do ser humano pela esfera objetiva, bem como estruturada como uma categoria auxiliadora e reprodutora conforme apontado por Gonçalves (2010). Para essa autora, a Psicologia se molda como categoria auxiliar, voltada para a contribuição nas respostas dos profissionais da saúde, médico psiquiatra e na educação, por meio da contribuição aos pedagogos e professores, quando necessário para lidar com casos problema, seguindo a lógica científica, pela psicometria.

A Psicologia passa a ser uma categoria auxiliar, fundada, em 1962, em uma lógica repressiva, de caráter liberal, tendo foco nas relações interiores e privadas do indivíduo, e quando exposto às questões sociais são direcionadas às esferas da saúde e educação para, em sua contribuição, legitimar toda uma realidade de normatização de uma sociedade constituída nos modos liberais e, mais tarde, neoliberais, pautadas no capitalismo monopolista, conforme será dissertado no subcapítulo seguinte.

Essa estruturação leva a Psicologia a se distanciar e a se ausentar de forma intrínseca das relações com a desigualdade social e, conseqüentemente, das políticas públicas sociais,

trazendo argumentos suficientes para sua ausência, conforme foi trazido acima, quando comparado à inserção de outros profissionais, principalmente, os da Assistência Social.

O profissional é levado a seguir a mesma lógica auxiliar e normatizadora, após a Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã.

Antes de seguir, de forma a considerar essa distância, é preciso contribuir para a boa compreensão a lógica normatizadora estabelecida na Psicologia. Conforme as bases impostas por uma ciência positivista, a Psicologia procurou explicações e compreensão daquilo que para o ser humano era interno, desconsiderando a relação com o externo. Portanto, há um modelo que se predomina na esfera do profissional autônomo quanto ao exercício da Psicologia Clínica ou em alguns segmentos com o foco direcionado para as explicações das desestabilizações do sujeito, prazeres, angústias, fobias. Seu foco passa a fornecer explicações para uma série de situações, cura de patologias e demais sentimentos e desestruturas para uma melhor síntese e adaptação do sujeito ao invés de mergulhar nas relações que causam determinadas situações desestabilizadoras (GONÇALVES, 2010).

Ao considerar as atribuições que levaram a Psicologia a se formar, temos presente a chamada Constituição Cidadã, de 1988, direcionada a seguridade social em um Estado com indicativos neoliberais, somado à ponderações que destacam a distância da Psicologia, na discussão das questões sociais, desigualdades sociais e quais relações são embutidas nessa cadeia de representações para entender a formação do indivíduo e o que o leva a ser pautado por determinadas ações, suas necessidades e, principalmente, para entender a real necessidade do sujeito. Percebe-se um conflito entre todas as vigências que buscam a seguridade social diante a não compreensão do que a própria Psicologia pode fornecer para dar continuidade e desenvolvimento das centralidades e objetivos frisados na PNAS/SUAS.

O fenômeno psicológico, seja qual for sua conceituação, aparece descolado da realidade na qual o indivíduo se insere e, mais ainda, descolado do próprio indivíduo que o abriga. Esta é a noção: algo que se abriga em nosso corpo, do qual não temos controle; visto como algo que em determinados momentos de crise nos domina sem que tenhamos qualquer possibilidade de controlá-lo; algo que inclui segredos que nem mesmo nós sabemos; algo enclausurado em nós que é ou contém um verdadeiro eu (BOCK, 2016, p. 259).

A autora proporciona o entendimento da formação desse profissional e suas implicações, adotando as mesmas relações expostas por Gonçalves, quando levado em conta a mediação auxiliadora e compreensão baseada de forma individual, ponderando o interior e “descolado” da realidade externa moldado por diversas representações. Esse descolamento traz

conotações de uma Psicologia Ideológica, pois ao desconsiderar a importância do debruçar nas relações presentes na desigualdade social, desconsidera a influência do mundo externo na constituição do indivíduo e adota mecanismo normalizador quando esse indivíduo, diante de várias representações externas, não consegue se desenvolver, ou quando se desenvolve, demonstra adaptação a um modelo a ser seguido.

Bock (2016) justifica sua concepção sobre a Psicologia, quando identifica a ocultação dos tencionamentos, mergulho sobre a desigualdade social que se faz o maior problema da sociedade brasileira. Intensifica seu questionamento ao demonstrar que a Psicologia não vem contribuindo de nenhuma forma para evidenciar e dar visibilidade à desigualdade social.

Seus concepções de diferenças individuais, de potencialidades, capacidades, inteligência, motivação, estruturação, familiar, preconceito têm servido apenas para reduzir ao individual o que é social.

A ideologia está aqui concebida como um encobrimento de parte da realidade, ou melhor, da relação do que está constituído (seja o psicológico) com a realidade social e material onde essa constituição tem lugar. Ao deixar de destacar esta relação, faz-se um trabalho de ocultamento, produzindo ideologia (BOCK, 2016, p. 259).

2.5 Um repertório de leis em um sistema capital

Ao iniciar este subcapítulo, a percepção que serve de estímulo para sua construção perpassa pela ampla estrutura capital que nossa sociedade se moldou, ao longo de sua constituição. Quando é proposto realizar uma autorreflexão crítica da própria semiformação cultural do Psicólogo, cabe aqui, buscar elaborar a formação social e sua base de concepção capital que se molda como alicerce para o todo que se é dissertado. A não possibilidade de enxergar a proatividade e, até mesmo, a celeridade do desenvolvimento dessa política, ao longo da década de noventa, conforme abordado anteriormente, se esbarra em uma modificação, na esfera econômica, não privilegiando suas bases constituintes. Nota-se uma ruptura a uma caracterização econômica na qual o Estado rompe com o pacto Keynesiano, diminuindo o raio de ação dos entes federativos para com a Assistência Social, ao mesmo tempo, causando uma anulação do desenvolvimento desta.

Nessa linha, Faleiros (2009) aborda em sua obra “A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais”, a divisão esquemática do capitalismo, dividindo-o para mais esclarecimento em Capitalismo Concorrencial e Capitalismo Monopolista.

Para Faleiros (2009), as teorias sobre a economia com o direcionamento liberal apontam para um indivíduo que é capaz de satisfazer suas necessidades, exigências no mercado, sendo responsável por seu próprio bem-estar social.

Essa visão, moldada no capitalista concorrencial, começa a se desenvolver, por meio de uma ruptura entre a posse dos meios de produção e o trabalhador. O meio de reprodução se desloca para ser constituído pelo capitalista, adquirindo, pela expropriação e reprodução simples e ampliada, gerando a acumulação. Esse modelo rompe com o sistema de troca imposto na idade feudal. As relações antes concentradas na troca e na subsistência se modificam, o servo não se faz dono de seu meio de produção. O homem se vê apto, livre para oferecer sua mão de obra em troca de salário. “O salário é o meio de prover a sua subsistência. Mas esse salário é obtido na produção de mais-valia e sob a submissão total às novas relações sociais que as fábricas suscitam. Disso resulta a disciplina coletiva, o despotismo da fábrica” (FALEIROS, 2009, p. 12).

As vertentes se modificam, restando ao camponês, diante sua usurpação de terras ou meios para desenvolver, o isolamento e obrigatoriedade em ofertar sua mão de obra em troca de salário. Os inaptos eram deslocados e socorridos pelas paróquias e intermediados pelos interesses de classes dominantes, servindo como remédios à viciados, contra o vício e a vagabundagem. O objetivo desse acolhimento se moldava, exclusivamente, para servir como uma espécie de triagem, apontando os mais aptos e inaptos para o desenvolvimento de trabalho laboral. Aqueles que apresentavam condições eram direcionados para casas de trabalhos por salários pífios e os que não possuíam capacidade eram ofertados a eles uma remuneração estipulada pela classe dominante, sendo muitas vezes insuficientes para as necessidades básicas (FALEIROS, 2009).

A sociedade não permitia o ócio, pois este era tratado como vagabundagem. Esse cenário era característico da Inglaterra, seguida na mesma base pela França. Na Inglaterra, essa concepção se regulariza em 1834, mas sua difusão vinha ocorrendo, desde 1730, cujas características essenciais formavam a esfera de trabalho, era concebida como uma solução para o combate ao vício, malandragem. As chamadas workhouses, casas de trabalho, tinham como objetivo, segundo Faleiros (2009) acolher os incapazes para desenvolver qualquer tipo de trabalho em um ambiente fechado, evitando a distração. Moravam e trabalhavam no mesmo ambiente, impossibilitados de ter contato externo. Estava posta o princípio de *less eligibility*, a pior situação de, “Entre trabalhar e não trabalhar, era preferida a primeira situação” (FALEIROS, 2009, p. 13).

A busca pelo capital começa a se tornar intensa e a não busca e a não inserção do sujeito no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a não utilização de um salário para movimentar o sistema vigente, foi motivo de intervenções por parte do Estado para forçar esses indivíduos a se encaixarem em um padrão civilizatório.

Na mesma época, 1776, Adam Smith defendia o *laissez-faire*, afirmando que os capazes e os mais dotados de inteligência seriam os candidatos principais, senão os únicos, a conquistarem sucesso em um sistema de concorrência.

Para ele, o bem estar se identifica com a riqueza, num ponto de vista objetivo. Esta noção supunha que a riqueza dependia do esforço individual num sistema de concorrência perfeita. Assim, é no mercado que se produz o equilíbrio entre o consumo e a produção [...] O indivíduo era julgado culpado de sua situação, legitimando-se essa ideologia por critérios morais, de uma moral natural. Como se o fato de existir pobres e ricos fosse um fenômeno natural e não o resultado do tipo de produção existente (FALEIROS, 2009, p. 14).

Realça o *modus operandi* da sociedade em seu bum na revolução industrial e modificação de sistema de troca. Observa-se um movimento que tende a se direcionar a capacidade do sujeito e uma suposta função desejada por um outro, desconsiderando a subjetividade e operando por uma moral natural que desconsidere qualquer proposição que não se alinhe com o quadro capital posto, exposto. Buscava caracterizar e assimilar o ser pobre e carente a preguiça e desinteresse pela mão de obra, forçando a se adaptar a esse meio, priorizando o fato de o sujeito ser apenas recompensado, nesse sistema de livre concorrência, podendo ele buscar seu salário para alcançar sua máxima satisfação com os produtos ofertados pelo mercado.

Está caracterizada a base para o que vem a ser chamada de *welfare economics*, onde Roos (1973 apud FALEIROS, 2009) demonstra que, nessa premissa, o bem estar não é passível de definição, por considerar os critérios subjetivos em uma economia de caráter positivista, trazendo para o centro da discussão a capacidade de consumo do sujeito que, com essa base, seria capaz de obter sua satisfação em um sistema livre de ampla concorrência, satisfazendo suas necessidades no mercado de trabalho.

Os pressupostos do *welfare economics* trazem que, para a consolidação desse bem-estar social, é preciso haver o bem-estar de cada indivíduo inserido na sociedade, sendo este o melhor juiz para defini-lo. Parte do princípio de acumulação e não apenas o desenvolvimento coletivo. Apresenta que, para a existência desse princípio é preciso que a ponta detentora do mercado de trabalho, não perca sua capacidade de acumulação diante do crescimento da

camada populacional de renda inferior, mão de obra. Caso a fatia do bolo aumente, é necessário aumentar para os dois pólos, quando não houver aumento para a classe trabalhadora, mantendo-se estável, mas diante do acúmulo da classe detentora do capital. “Se o indivíduo tiver um bem-estar superior aos demais, sem que o bem-estar desses diminua, o bem-estar da sociedade cresceu” (FALEIROS, 2009, p. 15).

Essa abordagem defende o crescimento constante, uma engrenagem de acumulação na qual o detentor da mão de obra, os grandes capitalistas, entendem que, no crescimento, o operário se beneficia com o aumento e acúmulo capital. O nível da classe operária pode crescer sem a diminuição do crescimento da elite. Cria-se, dessa forma, um sistema capaz de suprir as necessidades do sujeito, por sua inserção no mercado de trabalho e no sistema vigente. Este se torna capaz de decidir o seu próprio bem-estar, diante do seu consumo e capacidade de consumir, elencando os níveis de utilidade e otimização que esse sistema lhe permite acessar.

Otimizar para economistas [...] consiste na produção de um bem que satisfaça ao mesmo tempo as preferências do consumidor e atinja o critério de eficiência, isto é o máximo de lucro para o empresário, no sentido que não haja outro programa viável nestas mesmas condições. Assim as preferências e os preços se combinariam. O indivíduo obteria a quantidade que o satisfaça e o empresário o preço que o satisfaça (FALEIROS, 2009, p. 16).

Passa a vigorar, de certa forma, uma racionalidade abstrata segundo Faleiros (2009), mantido pelo mercado, por meio de um automatismo, considerando a produção de mercadoria como essencial, capaz de suprir as necessidades do indivíduo, distanciando da produção de valor, criticando-as, pois embasado em autores como Attali et Guillaume, e concepções neoclassicistas marginalistas cujo preço é a medida de utilidade, sendo no mercado o local para se obter o alto nível de satisfação. “O marginalismo é um meio de justificação ideológica do sistema baseado no otimismo burguês de que a livre concorrência resolveria todos os problemas econômicos” (FALEIROS, 2009, p. 18).

Há uma indicação clara do direcionamento para a concepção do bem-estar do sujeito, definindo a capacidade de satisfazer-se, no mercado, pela condição de adquirir os produtos que lhe atendam. No entanto, como adquirir a mercadoria que lhe satisfaça diante da evolução capital caracterizada por um sistema de monopólios?

Faz-se importante salientar a intenção, novamente, de trazer uma base do sistema capital para melhor entender os direcionamentos das leis constitucionais vigentes, no Brasil, que asseguram o bem-estar social, levando em conta a questão social, caracterizada,

atualmente, pela necessidade de suprir necessidades da população em situação de vulnerabilidade, pobreza e miséria.

O sistema capitalista é uma realidade presente e suas várias faces corresponderiam a uma ampla dissertação, constituindo seus momentos e suas evoluções, inclusive, garantindo um amplo espaço para se discutir bases epistemológicas de origem marxista mais a fundo, o que não é objetivo deste trabalho, mas aqui procuram-se enfatizar momentos relevantes, de forma sucinta, tencionando o diálogo e a complexidade presente no exercício profissional do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Com a capacidade do sujeito de ir até o mercado, satisfazendo e adquirindo o bem/produto que melhor lhe atenda, formando sua concepção de bem-estar no sistema concorrencial, passamos à constituição, evolução do capitalismo baseado no sistema de monopólio. O sistema capital de monopólio se movimenta, a partir da crise de 1930, ganhando corpo e se consolidando de forma enfática, após a segunda guerra mundial (FALEIROS, 2009). “O modo capitalista concorrencial transformou-se para reagir à lei da baixa tendencial da taxa de lucro. Foram profundas as transformações nas relações de produção e nas relações sociais de produção” (FALEIROS, 2009, p. 19). Para o combate a essa tendência, se instala a mais valia, com aporte tecnológico, visando sempre a diminuir os custos da mão de obra e obter a maior representação de lucro, gastando, minimamente, na produção, ou seja, a produção segue um ritmo cada vez mais complexo, exigindo baixos custos e altos lucros. O esquema individual de satisfação, pela sua aquisição se modifica, pois a sociedade individual é substituída por sociedade de ações, constituindo imensos complexos nacionais e internacionais, aumentando a taxa de lucro como exigência principal do sistema capital de monopólio.

Esse sistema, em sua cadeia complexa prega, semelhante ao citado acima, a satisfação do indivíduo no mercado, podendo este consumir aquilo que lhe é propício para alcançar seu bem-estar. Mas, no sistema de monopólio a lógica se altera, uma vez que essa estrutura proporciona uma ampla produção de utensílio de consumo, servindo, assim, a diversas classes sociais, alterando a qualidade dos produtos para encaixar nas necessidades essenciais do sujeito. Esse sistema se faz apto a suprir toda a carência que o sujeito pode ter, em decorrência do amplo leque de produtos disponíveis no mercado. O consumidor pobre e assalariado, terá suas necessidades supridas por produtos compatíveis a sua renda, o satisfazendo plenamente, limitando sua possibilidade de escolher, modificando o padrão de bem-estar social, pois, agora, não basta o sujeito apenas acessar ou se inserir no mercado para melhor se satisfazer. Há, nesse momento, um amplo sistema capaz de moldar seu consumo, por meio da tecnologia

e campanhas publicitárias. Essa lógica traz à tona um enredo que prioriza o bem-estar social, valorizando a distribuição do estoque de bens. Quando maior o leque para o consumo, maior a possibilidade do indivíduo alcançar seu bem-estar social, independente da renda.

O que se passa é que o consumidor vai selecionar a quantidade de mercadorias do mercado, para maximizar a função de seu orçamento. Em outros termos, isto significa que o consumidor escolhe a qualidade e quantidade do produto de acordo com suas possibilidades. Em realidade, nos países capitalistas, encontra-se a diferença de qualidade e de quantidade das mercadorias, numa escala adequado de todos os orçamentos, isto é, desde a mais baixa até a mais alta qualidade. Uma vez que o consumidor de baixa renda escolheu a qualidade, ele começa a diminuir a quantidade do que quer comprar, segundo seu orçamento. Assim terá refrigerador usado, móveis, utensílios e comida de segunda categoria, e na quantidade limitada à sua renda (FALEIROS, 2009, p. 20).

Não há possibilidade de se ver livre das amarras do sistema capital, seja nas funções atuais que exercem no nosso subjetivo, seja pelo processo histórico que este impõe para a sociedade, oferecendo diversas conjecturas de funções a serem exercidas com a justificativa de movimentar um amplo poder capital de produção, seja pela otimização deste, que traz em sua gênese o fato de todos poderem alcançar seu bem-estar, pela capacidade de consumo de um produto ou diversos produtos.

Tenciona assim, as indicações e objetivos de trabalho de um profissional que exerce sua função no SUAS, principalmente o Psicólogo, uma vez que, em sua esfera metodológica, independente de abordagem teórica, o direcionamento se dá pela capacidade de trazer ferramentas, situações que levem o sujeito a perceber a sua realidade de vida e nela se estabelecer, se envolvendo e se inserindo no mercado de trabalho. O grosso da premissa nos leva a praticar em um formato de caráter ou intenções higienistas, conforme o exposto em relação às workhouses. Agora, possuímos uma legislação completa, enfatizando a centralidade na família, o entendimento do repertório cultural do sujeito, respeitando seu espaço e suas condições subjetivas para melhor inseri-los no mercado de trabalho, fortalecendo o sistema dominante, capital. As workhouses poderiam ser chamadas de CRAS e CREAS, na atualidade, fazendo um recorte grosso, ignorando, assim, a complexidade legislativa e formativa.

Assim dizendo, as perspectivas de alcançar um processo formativo de um sujeito que busca os serviços ofertados pelo SUAS, com todo o seu repertório de leis e prerrogativas, somadas as muitas implicações a se desenvolverem para encaixar o sujeito na engrenagem do sistema capitalista, não resolvendo ou colocando à mesa a questão social vigente em nosso social, corrobora para o processo a ser discutido no próximo capítulo, a semiformação.

Percebe-se que, na função profissional, somos um simples reprodutor e autenticador do sistema vigente, trazendo à tona a necessidade de autorreflexão crítica sobre a própria semiformação do Psicólogo, neste complexo e, dependendo da ótica, sistema de assistência social.

A implementação do SUAS se desenvolve em uma vertente próxima a de evolução como ferramenta de solidificação da emancipação do sujeito. Mas, adiante, no decorrer desta dissertação, será observado que determinada emancipação estaria ligada intrinsecamente a um processo mecanicista fundamentado na racionalidade instrumental com recorte positivista.

Até o momento, podemos perceber um amplo repertório de leis, diretrizes e decretos que nos levam para o mesmo caminho: A busca de independência financeira e solidificação de um meio de vida que se configura na inserção do sujeito no mercado de trabalho.

Determinada estrutura de formação coaduna com aquilo que T. Adorno aponta em sua obra “indústria cultural e sociedade”:

A unidade sem preconceitos da indústria cultural atesta a unidade em formação da política. Distinções enfáticas, como entre filmes de classe A e B, ou entre histórias em revistas de diferentes preços, não são tão fundadas na realidade, quanto, antes, servem para classificar e organizar os consumidores a fim de padronizá-los. Para todos alguma coisa é prevista, a fim de que nenhum possa escapar; as diferenças vêm cunhadas e difundidas artificialmente. O fato de oferecer ao público uma hierarquia de qualidades em série serve somente à quantificação mais completa, cada um deve se comportar, por assim dizer, espontaneamente, segundo o seu nível, determinado a priori por índices estatísticos, e dirigir-se à categoria de produtos de massa que foi preparada para o seu tipo. Reduzido a material estatístico, os consumidores são divididos, no mapa geográfico dos escritórios técnicos (que praticamente não se diferenciam mais dos de propaganda), em grupos de renda, em campos vermelhos, verdes e azuis (ADORNO, 2002, p. 7).

Adorno nos traz, nesta passagem, um amplo esboço para pensarmos a questão social vigente em nossa sociedade. Coloca à mesa os mecanismos utilizados pela indústria e sua real intenção, ao padronizar e separar as classes de consumo, ao mesmo tempo, enfatiza a capacidade do capital em moldar nossas necessidades, mostrando como esse sistema nos fornece aquilo que nós pensamos desejar para suprir nossa real condição de existência e satisfação. Nada passa sem o crivo da indústria cultural, sendo esta, cada vez mais evidente nas relações humanas. Nota-se um amplo processo de diferenciação nos produtos, mas, na realidade, as diferenças são simplórias que ganham força de diferença, conforme a produção do marketing presente no capitalismo monopolista, que se empenha em fornecer diferenças

com o intuito de revelar o que o sujeito realmente precisa, e, como isso lhe satisfaz, introjetando, cada vez mais, os gostos, lazeres, desejos, prazeres para o aspecto subjetivo, que se molda pela objetividade vivenciada pelo sujeito em um mundo objetivo, tornando-os mais convictos das necessidades de consumo que lhes trarão satisfações plenas mostrando como esse sistema se molda (FALEIROS, 2009). Faleiros (2009) detecta essa realidade, a partir de um olhar analítico do sistema capital, quando aponta que, em toda a teoria liberal, a máxima de bem-estar social se liga ao mercado de consumo, caracterizando os indivíduos como representações sociais que procuram satisfazer suas preferências, necessidades básicas no mercado, supridas com a legitimação do Estado ao subsidiar na isenção de impostos e outras mais para manter o lucro das empresas que, em seu objetivo, visa a sua ampla capacidade de produção, fornecer produtos básicos para a população. Não há indicação para superação e, sim, uma adaptação à realidade proporcionada com a venda de mão de obra. Essa ponderação o leva a concluir: “Os ricos se tornam mais ricos e os pobres, ainda mais pobres” (FALEIROS, 2009, p. 22).

Faz-se um sistema completamente dependente, mostrando uma realidade de difícil reflexão, diante do exercício profissional do Psicólogo, que objetiva a superação da realidade dos indivíduos em vulnerabilidade social.

A superação da vulnerabilidade social decai, em outro ponto a ser desenvolvido, a questão social, ligada diretamente a situações de pauperização que o atual sistema capital acaba por gerar em virtude dos ganhos tecnológicos no desenvolvimento civilizatório, ao mesmo tempo, uma polarização constituída pela pauperização e riqueza. “Sem negar as conquistas civilizatórias e o progresso técnico alcançado com o desenvolvimento da ciência [...] do século XX e da entrada do atual século, ressalto que estes se deram com o concomitante empobrecimento dos trabalhadores” (MOTA, 2010, p. 22).

Mota (2010) corrobora nossa discussão quando pontua a constituição dos primeiros movimentos, em meados de 1848, voltados para o bem-estar social - welfare state, após a união da classe trabalhadora, se tornando sujeito coletivo e exigir suas necessidades de classes, colocando à mesa a necessidade de reformas, boas condições de trabalho e melhores ganhos econômicos que combatam a questão social, por meio de reformas sociais pautadas em novas legislações.

Na mesma direção de Faleiros (2009), Mota (2010) traz, em sua análise, a estruturação dessa nova fase capitalista ascendente, após a segunda guerra mundial, especificamente, na década de 70. Há uma modificação estruturante, uma vez que os países periféricos, chamados de subdesenvolvidos começam a absorver os investimentos produtivos dos países

desenvolvidos com o aporte do Estado, ao se posicionar como indutores do desenvolvimento econômico, criando-se a base para a exploração produtiva de grandes oligopólios. Essa estrutura fornece as bases para originar os embates e constituições de direitos atrelados ao bem-estar social, como bem mencionado por Mota (2010, p. 26);

O surgimento da grande indústria e da sociedade urbano-industrial compuseram o ambiente no qual os trabalhadores se organizaram e politizaram suas necessidades e carecimentos, transformando-os numa questão pública coletiva. Por força das suas lutas sociais, algumas de suas necessidades e de suas famílias passaram a ser socialmente reconhecidas pelo Estado, dando origem ao que modernamente denominou-se de políticas de proteção social, ancoradas em direitos e garantias sociais.

Com a inserção do mercado de produção, nos países de terceiro mundo, se instala tardiamente, especialmente, no Brasil, a concepção de welfare state, - estado de bem-estar, com suas bases formais e legais, a partir da Constituição Federal de 1988. No entanto, estudos apontam a dificuldade de absorver a política de seguridade social como algo de característica fundamental para o desenvolvimento populacional, uma vez que atrela a ela à previdência.

O argumento central trazido por Mota (2010), em seu artigo intitulado “a centralidade da assistência social brasileira nos anos 2000” destaca a fragilidade das políticas que dão contorno à seguridade social, no Brasil, enfatizando a distância quando sua essência em promover mecanismos de proteção, adquirindo “a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios” (MOTA, 2010, p. 133).

A assistência social, dessa forma, se amplia, tornando-a uma importante ferramenta de manipulação com a intenção de fortalecimento das classes dominantes.

Esta afirmação encontra amparo na expansão da assistência social e nas condicionalidades restritivas da previdência e da saúde, movimentos que vêm sendo sustentados por uma razão instrumental, circunscrita ao argumento do crescimento da pobreza e à impossibilidade de equilíbrio financeiro destas últimas, o que determina a necessidade de sistemas privados complementares - planos de saúde e previdência privada complementar - concomitante à redução e/ou não ampliação de serviços e benefícios compatíveis com o aumento das necessidades da população (MOTA, 2010, p. 134).

Há um importante fato nesse argumento. Ao realizar a junção da previdência social e assistência social, dividimos em fragmentos as camadas populacionais em assegurados e não assegurados, isso somado ao fator principal da segurança social que se faz por uma política

não contributiva. “Essa nova engenharia da Seguridade Social, ao focalizar os segmentos mais pobres da sociedade, imprime outro desenho à política de Assistência Social, principalmente, porque na expansão tiveram centralidade os programas de transferência de renda” (MOTA, 2010, p. 134).

A distribuição de renda torna-se um dos principais imperativos dessa política, mesmo com a consolidação e constituição da PNAS e SUAS, para aqueles que se encontram sem renda para prover sua própria subsistência. Essa política ganha contornos cruciais quando apontado o amplo investimento em benefícios garantidos pela assistência, algo ponderante para o capital, uma vez que o sujeito em porte de seu benefício busca satisfazer suas necessidades no mercado.

Conclui-se que existe uma lacuna em relação aos serviços de segurança social, caracterizando o acesso daqueles que não possuem renda, incumbindo-se de fornecer essa renda e trabalhar possibilidades de inserção do indivíduo, no mercado de trabalho, deixando de assistir e promover à segurança social a outros fragmentos da população, os assalariados que não possuem renda suficiente para adquirir o básico, constituindo, assim, um olhar contraditório que leva à diminuição de ofertas de direito (MOTA, 2010).

Ao mesmo tempo, a autora pondera a política de seguridade social exercida a partir da era Vargas e se consolidando mais intrinsecamente, a partir da década de 70, quando o Estado incentiva as empresas privadas a ofertarem serviços sociais, por subvenção e incentivos que possuíssem programas de contribuição na esfera da previdência e saúde para seus funcionários, prerrogativa ainda existente na Constituição Federal de 1988, que estabelece incentivos fiscais a empresas que, porventura, ofereçam essas contribuições (MOTA, 2010). O Estado se direciona para o movimento globalizado, abrindo mercado em diversas áreas, como bem definido por Mota (2010, p. 30):

No novo imperialismo, a hegemonia vem sendo exercida pelos Estado Unidos, através do uso de estratégias que combinam coerção e consenso, pretendendo uma espécie de governo mundial que, ao situar a ideologia dos seus opositores, afirma a sua ideologia como universal. Do ponto de vista macro-econômico, em oposição à acumulação expandida que marcou boa parte do século XX, o que está em processo de consolidação é a acumulação por espoliação sob o comando dos países ricos. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido a abertura forçada de mercados em todo o mundo, através das pressões institucionais, exercidas por meio do FMI, e comerciais, pela OMC.

Essa premissa permite a grandes oligopólios dar vazão aos seus excedentes de capital, ao constituir escoadouros lucrativos para sua demanda em excesso. A acumulação por

espoliação permite o investimento desses ativos nos países de terceiro mundo, obtendo fácil lucro e de maneira rápida.

Com esse ritmo, o desenvolvimento das políticas públicas de desenvolvimento social ficam à mercê de um repertório alicerçados por pressupostos capitalistas existentes no mundo globalizado. A intenção que se faz útil, ganha contornos de manipulação e um domínio extremo dessas forças, moldando o exercício profissional para uma simples indicação de adaptação do sujeito em uma sociedade que se configura em um processo de troca baseado pela lógica burguesa que detém o capital.

Arma-se a burguesia de instrumentos para esgarçar a histórica relação entre trabalho e proteção social, posto que a partir de então a tendência é ampliar as ações compensatórias ou de inserção, antes restritas àqueles impossibilitados de prover o seu sustento e, ao mesmo tempo, impõe novas condicionalidades de acesso aos benefícios sociais e materiais nos casos de afastamento do trabalho por doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário, pra não falar da perda do poder aquisitivo das aposentadorias e pensões por velhice, morte, invalidez e tempo de contribuição/idade. No caso da saúde [...] a realidade aponta para o acesso a serviços privados como parte dos benefícios ocupacionais oferecidos pelos empregadores e a expansão de planos de saúde populares, com oferta precária e restrita a serviços ambulatoriais de baixo custo operacional (MOTA, 2010, p. 137).

Há uma simbiose entre a assistência social e o próprio modelo capital vigente em nossa sociedade, na qual legítima predominância das relações de trocas, conseqüentemente as esferas essenciais caracterizadas pela Política Nacional de Assistência Social de 2004, se perdem ou são ilusórias ao se deparar com o processo de formação do sujeito que se constitui por essa realidade.

A interpretação do modelo vigente, causa certo espanto, quando o esperado apresenta situações e reflexões que mostram ou, até esse momento, indicam uma constituição de um processo distante entre a prática profissional, o conjunto de informações na legislação de política pública de assistência social e realidade teórica a respeito desse constructo conforme indica Mota (2010, p. 135).

O processo histórico de desenvolvimento da seguridade brasileira ampara a assertiva ao indicar como a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para legitimar-se. São indicativas as da era Vargas, a expansão de políticas na ditadura militar e, mais recentemente, os governos FHC e Lula.

A autora nos leva a refletir como a seguridade social existente na nossa legislação se constitui; considera o processo de seguridade social como fator ponderante para as construções das relações sociais calcadas em bases materiais que se constituem na esfera da objetividade vigente no mundo capital. Diante do molde das nossas relações, a seguridade social, quando tocada pela superestrutura, como um meio e uma política pública para o enfrentamento da desigualdade, acaba por se vincular ao processo ideológico e político e, por conseguinte, a perda da centralidade da proposta original de combate à pobreza, desemprego. A seguridade social como mediador dessa desigualdade proporcionada pela esfera objetiva legitima nossas relações. Algo dito como reparador das irresponsabilidades do Estado adquire contornos de legitimação do status quo do capital.

É notório como o capital permeia as diversas esferas sociais que materializam nossas necessidades, satisfazendo-as na ampla prateleira mercadológica, proporcionando as bases para os problemas que permeiam o âmbito da desigualdade social, complexa rede secular de relação de troca, pois a falta ou não inserção do sujeito no mercado de trabalho caracteriza a impossibilidade de satisfação de suas necessidades básicas. Sendo assim, diante de sua forte capacidade de moldar nossas constituições de sujeito, as relações oriundas desse processo enfatizam toda e qualquer concepção de combate à questão social, taxada pela miséria, pauperismo. Desde a origem da seguridade social o pauperismo tem sido tratado como principal fator da questão social. Portanto, a concepção de distribuição de renda como aponta Mota (2010), ao trazer informações ligadas ao amplo aumento no orçamento que oferta benefícios como o Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família, quando comparado ao investimento em medidas e ações protetivas, socioeducativas caracteriza a preocupação do Estado, movido por interesses burgueses hegemônicos, a potencializar a ampla distribuição de renda como fator ponderante para o combate ao pauperismo.

Mesmo com o intuito das políticas públicas de assistência social de abraçar uma ampla visão do todo, considerando as identidades culturais existentes em determinadas faixas territoriais, para assim potencializar o sujeito, empoderando-o, deixando-o apto para sua inserção no mercado de trabalho, como o bem comum mais valioso a ser trabalhado, o fator familiar, agregando, dessa forma, um amplo aspecto de trabalhos e soluções, acaba por protagonizar algo de nefasto vigente nas bases do capital monopolista como bem elucidado por Faleiros.

Faz-se um amplo exército de pessoas prontas para assumir cargos no mercado de trabalho, mas que poucas chances irão possuir. Há um aumento da informalidade e aqueles que necessitam também da segurança social e de seus direitos básicos assegurados são

abandonados por uma política segregativa que visa a trabalhar aqueles incapacitados de possuir renda. Mota (2010) direciona sua conclusão, considerando os grandes ganhos que PNAS e SUAS carregam em seu bojo estrutural, juntamente com a dificuldade para adotar determinada política pautada nessa centralidade de desenvolvimento, mas o fator envolvido para o exercício de todas as relações vigentes nesse império de fundamentos legislativos se perdem por pressões políticas, tornando a segurança social apenas como um jeito de trabalhar o pauperismo e edificar as estruturas de quem não possui condições para ir ao mercado com seus benefícios e suprir apenas o sistema capitalista. A ampliação do questionamento da questão social acaba por não existir, focando nos índices de pobreza e não focando as reais condições que promovem a desigualdade social, como a complexa situação de desemprego que vem aumentando cada vez mais.

Ora, se considerarmos a seguridade social como das mediações do processo de reprodução social, como um mecanismo que tem uma base material, fundado em necessidades objetivas, mas que ao transitar na esfera das superestruturas, como instituição social e mecanismo de enfrentamento da desigualdade, adquire um caráter ideológico e político, tal desenho adquire outro significado político (MOTA, 2010, p. 135).

As relações sociais, como exposto acima, se estruturam para ampliar o estado de coisa emergente e característica das relações baseadas por representações capitalistas, forçando uma ampla reflexão crítica da real intenção dessa política pública para o sistema predominante. Situação esta, observada no capítulo seguinte, ao buscar refletir sobre o exercício profissional de um Psicólogo na complexa rede de proteção social especial e as diversas inconstâncias de desenvolvimento perante outras essências vigentes na lei, concentrando a base de procedimentos na proporção de benefícios como bem enfatizado por Mota (2010).

3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - SUAS

3.1 Como cheguei, onde estou, o que é isso?

Neste capítulo, é importante ponderar os traços que esta dissertação busca pontuar, refletindo acerca das problemáticas encontradas no início do exercício profissional do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social - SUAS e suas características singulares. Esse processo visa a trazer uma tonalidade, partindo do princípio da constituição do sujeito em uma estrutura social e histórica, onde a importância de um olhar para a angústia vivenciada, no passado, ganha contornos de um olhar dinâmico, com concepção distinta, que será melhor amarrada, no terceiro capítulo desta dissertação

Busca, nas memórias do autor, impressões que o moviam, nesse exercício de função como Psicólogo, cuja suas atribuições se delineavam em abordagens sociais diante de uma população envolto por violações de direitos previstos e assegurados pela Constituição Federal de 1988, que se fundamentam em uma vulnerabilidade extrema promovida por uma ampla negligência dos agentes de Estado, envolvendo, assim, dinâmicas de gestões não somente na esfera municipal, mas de todos os entes federativos da união. Esse processo foi percebido na época, sem imaginar a tensão que se fazia no âmago para a conclusão simplistas, onde, em certos momentos, era necessário culpabilizar terceiros pela ausência, comodidade com a realidade precária do outro e não comprometimento com a robusta função exigida por essa política pública de assistência social. Ao mesmo tempo, se nutria de ensaios não acadêmicos direcionados para as hipóteses de diagnóstico de uma situação macro que, naquele momento, se caracterizava pela falta de acesso, da aplicação ao ambiente escolar, educacional. Hipótese importante, mas não munida de todos os fundamentos necessários para a compreensão do todo, principalmente quando exercido o diálogo com os profissionais do campo educacional, que se mostravam angustiados e não compreensivos em relação a todo aparato do Sistema Único de Assistência Social e de real fundamento, como essa pasta poderia possibilitar ferramentas para complementação de suas funções, como professores na rede de ensino.

Importante ressaltar essa base hipotética no campo da educação, constituída de forma mais robusta e melhor percebida com as devidas considerações teóricas à luz da educação, e, como a assistência social poderia se unir ao campo educacional, uma vez que ao buscar bases materiais e teóricas para uma justificativa plausível que visasse a responder o porquê de uma reprodução da vulnerabilidade social de maneira cíclica, o campo educacional era percebido

como uma importante esfera com possibilidade para proporcionar uma formação que promulgasse a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, fomentando sujeitos aptos a se inserir de forma distinta no meio social, distante de uma vulnerabilidade e situações de risco. No entanto, esboço aqui uma linha de construção teórica, tensionada pela base hipotética existente em meados de 2012, sendo enriquecida a partir da inserção do programa de Mestrado da Universidade Federal de Lavras.

Nesse processo, foi perceptível a incumbência, importância diante da necessidade de olhar para a formação de professores em uma realidade social de significativos índices de desigualdade social, passando este a ser ator de característica semântica e de posição relevante, na atuação do exercício profissional do Psicólogo, na rede SUAS. Mesmo ao pensar na ideia de uma leitura macro, correndo o risco de cair em ciladas de argumentações teóricas, cabe a observação do desenvolvimento desse profissional da educação dentro de sala de aula, responsável por passar um material oriundo de um processo educativo com bases nas ciências clássicas que permeiam a nossa constituição de sujeito, nessa sociedade cultural à qual estamos inseridos como também capaz, em seu olhar, de observar toda uma fragmentação de base constituinte que o aluno apresenta. Essas fragmentações, geralmente, se estruturam, no campo comportamental do aluno que se faz frequente no ambiente escolar, bem como ausente, acarretando alta taxa de evasão escolar. Nessa perspectiva, cabe trazer uma experiência obtida, sem sucesso, mas de suma validade para a continuidade desta dissertação.

Apesar de o foco desta dissertação estar na experiência obtida na proteção social especial deste autor, houve um momento, situada em uma linha temporal mais adiante, no ano de 2015 e 2016 onde foi possível construir uma bagagem prática no exercício profissional como coordenador de um CRAS, inserido na proteção social básica, no município do sul de Minas Gerais. Foi percebido que uma escola estadual, situada em um local com alto índice de vulnerabilidade social e tráfico de drogas possuía muitas dificuldades de acessar as famílias de alunos não frequentes ou que perturbavam o andamento das disciplinas em salas de aula. Percebia ali, um repasse do problema e não uma construção multiprofissional e intersetorial que visasse à compreensão das estruturas sociais, para assim tocar no âmago do problema. Após diversas reuniões e abertura por completo da direção da escola, foi colocado em prática a inserção dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV, desenvolvidos, naturalmente, no espaço físico do CRAS, para o espaço físico escolar, promovendo atividades voltadas para o campo da música, no contraturno escolar, envolvendo os alunos e automaticamente, acompanhando seus passos e aproximando de suas realidades. Com o desenvolvimento dessa atividade, foi possível a aproximação entre os profissionais da

educação e da assistência social, trazendo subsídios para fomentação de um artigo intitulado “A unificação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com o programa mais educação”, de minha autoria, como requisito para a formação no programa Lato Sensu em “Instrumentalidade do Serviço Social com ênfase em Saúde, Assistência Social, Educação e Poder Judiciário”.

Determinado artigo trazia, em sua estrutura, como as duas pastas, com a prerrogativa baseada no Programa Mais Educação (PME), Portaria Interministerial nº 17/2007 (BRASIL, 2007) que foi contemplado no Plano Nacional de Educação, pela Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014a), poderia desenvolver ações articuladas, possibilitando aos alunos a oportunidade de participar de atividades complementares, contribuindo para a melhoria da aprendizagem de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental e médio de escolas públicas, por meio da ampliação do tempo de permanência na escola, fornecendo melhores oportunidades educativas, reduzindo ocorrência de vulnerabilidades e riscos sociais, por meio de uma construção de saberes e entendimento da pluralidade cultural vigente naquela faixa territorial onde se localizava a escola estadual.

Ponderante dissertar as características do PME. Este pode ser desenvolvido na própria escola ou em outros espaços físicos como, por exemplo, CRAS, por meio do estabelecimento de parcerias intersetoriais e multiprofissionais entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que se define como: Um serviço de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, referenciado ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que objetiva a prevenção e proteção aos usuários em situações de riscos e violações de direitos, por meio do fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2011).

É um serviço organizado em grupos de convivência e percursos que consideram o ciclo de vida dos usuários e se direcionam em realização de encontros, ações e atividades com função preventiva, protetiva e proativa, em relação aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2014b).

A partir da premissa dos dois programas citados acima, a parceria visava a desenvolver uma agenda articulada, a fim de fortalecer a intersetorialidade entre as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Educação e a Estadual de Educação, conforme proposta pelo PME, por temáticas que potencializam o desenvolvimento de esforços, para assim realizar intervenções para amparar, apoiar, auxiliar e resguardar os sujeitos e suas famílias,

incorporando intervenções conjuntas de caráter protetivo e preventivo, envidando esforços para a defesa e promoção de seus direitos. Nessa direção, a possibilidade de articular o PME com o SCFV, no âmbito municipal, haja vista a complementaridade das ações das duas áreas – Assistência Social e Educação se daria diante dos possíveis ganhos, nas duas esferas, onde o usuário aluno e sua família seriam contemplados de forma positiva. Considerando o desenvolvimento do trabalho conjunto os serviços educacionais e sociais poderiam trazer ganhos significativos, ao considerar a quebra do dogma que, muitas vezes, os profissionais das duas áreas carregam consigo diante à dificuldade e, adotando a cultura como resposta simplista e normatizadora e não aprofundamento da realidade presente.

Corroborando essa estrutura, foi pensado em Paulo Freire, mais precisamente em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, ao considerar que a educação tem um grande potencial para o desenvolvimento do indivíduo, pois, a construção do sujeito se baseia na troca, abandonando os conceitos da educação bancária, cuja reprodução se dá, pela repetição do ensino, sem interação com as particularidades de cada sujeito, enfatizando o processo de ensino como uma forma de depósito, cujo professor adota a posição de detentor do saber. Assim, a educação problematizadora, na qual a construção educacional do sujeito se caracteriza na troca de conhecimentos, onde este, em seu universo, perpassa, somando com os conhecimentos dos professores, corrobora para esse processo de unificação e mergulho nas dificuldades encontradas nas duas pastas (educação e assistência social), obtendo ganhos na maneira de aprender, pois o universo do aluno seria considerado e produzido de maneira acessível, quebrando dogmas (FREIRE, 1987).

Ao analisar os ganhos em cima da estrutura exigente na política de assistência social e educacional, a soma de conhecimentos de demasiados atores, canalizados para o desenvolvimento de um trabalho significativo, respeitando todas as nuances que se asseguram na particularidade do indivíduo, os profissionais poderiam enriquecer o mecanismo de troca de conhecimentos em prol do usuário/aluno.

Considerando a soma entre essas esferas, podemos observar, a partir da corroboração de Oliveira (1994), que o ambiente educacional tem potencialidade de demonstrar a necessidade de convivência entre modos de pensar, elaborar e de se expressar que carregam as marcas diferenciadas, características das origens sociais dos alunos e o modo de pensar de seus professores que são permeadas por representações simbólicas e especificidades de se comunicar que permitam a aproximação de entendimento das marcas oriundas das classes sociais de sua origem. Estas são internalizadas, incorporadas nos estudantes e, ao mesmo tempo, em seus professores, pertencentes a um contexto social distinto, que podem e

interferem no processo de ensino aprendizagem. Tal prerrogativa, traria a percepção de que o ambiente cultural do jovem, bem como de seus docentes, poderia estar totalmente ligado às maneiras de assimilar o conteúdo construído no ambiente educacional da escola.

Na escola, várias informações, valores e valorações se entrecruzam, se contaminam e se combinam ou se repelem quando observamos o processo manifesto da aula, no qual o professor, embora orientado por um movimento de elevar os estudantes a uma formação (“Bildung”), tende a aderir às idéias e valores da classe dominante transmitindo-os como idéias e valores absolutos (OLIVEIRA, 1994, p. 126).

Portanto, a exploração e realização de um trabalho em conjunto entre as suas pastas, já citadas acima, teria como objetivo o acesso às peculiaridades de um mundo social que, por muitas vezes, se faz distante da realidade do professor em sala de aula, visando, dessa forma, à compreensão do ambiente sociofamiliar, pelo SCFV que está inserido no PAIF - Programa de Atenção Integral à Família, cujas atribuições, possibilitam ao educador do sistema educacional, interagir com o meio sociocultural que seu aluno se encontra, tendo este, por meio da troca multiprofissional, alcance de meios assertivos para lidar com a grande proporção de estruturas culturais vigentes em uma instituição de ensino.

Diante da realidade presente no espaço educacional, foi observada a necessidade de uma articulação entre as duas esferas, principalmente, para o entendimento, a partir de um prisma cultural pertencente ao indivíduo, aluno/professor. Naquele momento, 2015, 2016 já existia um forte flerte com as construções teóricas de T. Adorno sobre a esfera cultural. Já era perceptível como a nossa sociedade primava para um ato sequencial, um padrão, fomentado por uma indústria cultural, que culminaria na semiformação do sujeito. Tal premissa levaria a aprofundar o olhar para as diferenças classistas, que permeiam nossa sociedade contemporânea, embasada na conquista do capital.

Bem como, também, diante de percepções, nas quais Gusmão (2009) disserta, pontuando que, na escola e em espaços alheios a ela, existem diferentes construções de caráter educacional permeadas de substancialidade cultural, emanada, pelas representações sociais, rica em singularidade de origem que, constantemente, vem sendo negada e, por sequência, interpretada de forma antagônica com o objetivo de normatização para transformação desta, em um produto cultural de consumo.

Diante dessas questões, é preciso saber em que resultam as citadas dimensões da cultura popular, quais as relações que se tecem entre elas e sobre elas, quais as memórias presentes nas manifestações culturais como processo e não

só como produto. Torna-se necessário compreender os muitos sentidos, as mensagens presentes nos inúmeros processos educativos que envolvem sujeitos e grupos diversos e mesmo a nação (GUSMÃO, 2009, p. 713).

Esse processo nos leva a mais profunda reflexão, quando nossos jovens são inseridos no sistema educacional, visando à padronização, mas que, por muitas vezes, desconsidera a problemática cultural que o aluno está inserido. Ao entendermos a necessidade de buscar na raiz o contexto cultural dos determinados grupos existentes nas esferas educacionais, cabe a nós percebermos também, que o educador se mostra incapaz de aprofundar nessa realidade de maneira individual, levando em conta a alta carga de atribuições pertinentes a sua função na instituição de ensino. Daí, podemos citar a falta de continuidade do profissional educador, exercendo sua função, por meio de contratos temporários, resultando em pouco tempo para entender a realidade de seus alunos, ficando este, refém de posicionamentos políticos, remuneração desproporcional somada às metas que os mesmos têm que adquirir entre outras situações.

Dessa forma, a vinculação, aproximação do trabalho multiprofissional e intersetorial traria importantes construções, sendo a esfera da assistência social, como citado acima, um grande alicerce para os profissionais educadores compreenderem a realidade do seu aluno, com uma visão multifocal, considerando também a capacidade formativa, base de discussão à luz da semiformação cultural em Adorno que será mais trabalhada no terceiro capítulo.

Ao perceber como o processo de formação pode ser rico para o desenvolvimento profissional, nessa importante pasta, bases hipotéticas foram sendo traçadas, a fim de corroborar as prerrogativas de entendimento sobre as questões problemas que permearam a estrutura social, demonstrando, assim, como essa capacidade formativa, distante da semiformação, poderia ser de importante auxílio para as atividades docentes, parte central do programa deste mestrado, e, fundamental para a percepção deste autor sobre a necessidade de elaborar a luz do processo de semiformação cultural, sua atuação diante de sua própria semiformação

Em continuidade, retornando a experiência na proteção social especial, após trazer essa importante reflexão sobre a atuação profissional e possibilidades de ações conjuntas na proteção social básica e educação, fruto de um constante tensionamento inicial hipotético, em relação à importância da educação para a superação da vulnerabilidade social em uma linha temporal mais adiante, retornamos ao início do processo de contato com essa política, deixando mais claro, os movimentos que teceram as convicções citadas sobre o prisma educacional.

Dessa forma, com o intuito de trazer o máximo de representações possíveis, objetivando a constituição de uma autorreflexão crítica da semiformação desse profissional, se faz ponderante trazer o começo dessa jornada, embasada numa visão completamente estruturada no pensar a Psicologia de forma diferente da que se tinha ciência, que o movia para incertezas e desconexões com a chamada verdade. No entanto, a referência verdade nos leva a uma complexidade que edifica um conflito teórico, social, uma vez que, no momento que se diz ser verdade, determinada concepção ignora o vasto campo de esclarecimento que se pode usufruir.

O início desse processo se deu após a formação desse profissional em Psicologia, no segundo semestre do ano de 2011, se inserindo em uma política pública de assistência social, relativamente nova, diante dos parâmetros conhecidos durante a formação. Como esta dissertação tem como matriz central a importância do conceito formativo, se entende quanto realmente as bases que circundam o processo formativo desse profissional foram carentes de riqueza teórica para um olhar coeso com a realidade social do nosso país e sua vasta heterogeneidade.

Ao se inserir nessa política pública, o conceito de formação até então era desconhecido e o material que se servia de base, constituído no período de graduação, se mostrava relativamente insuficiente para suprir a demanda específica da Proteção Social Especial de um município localizado no norte de Minas Gerais.

O começo dessa jornada no campo profissional, se dá, no segundo semestre de 2012, ao tomar conhecimento de uma vaga para Psicólogo em um órgão chamado CREAS. A função era desconhecida, mas a base se passava pelos princípios, até então, presentes na mente desse profissional, na Psicologia Social, robusta e, ao mesmo tempo, limitada, que se dispunha apenas do conhecimento raso de fragmentos psicanalíticos, especificamente da obra Totem e Tabu de Sigmund Freud. Ao mesmo tempo, a capilaridade de todo o sistema era desconhecida, e os bolsões de pobreza, distante da realidade vivida pelo profissional em sua concepção como sujeito, desafiavam sua estrutura, ao mostrar que a prática teórica, com aquela bagagem era incapaz de absorver as sedimentações simbólicas e suas consequências para a base formativa. Dessa forma, o movimento pela adaptação aos modus operandis da política pública de assistência social se instalava e o devir trágico, mesmo que no período de 2012, não se tinha em mente o entendimento dessa concepção, bem como trabalhado por Betlinsk (2013) sobre a face educacional, mas que nos fundamenta para a sequência do caminhar. O autor assim argumenta, “na cosmologia nietzscheneana a natureza e a vida humana são pensadas como

trágicas e é na experiência e na assimilação do trágico que surge a possibilidade de renovação, de fortalecimento da vida e de sua superação” (BETLINSK, 2013, p. 300).

No entanto, distante da compreensão da concepção do devir trágico apresentado, o movimento se dava pela angústia e ausência de resposta que, em seu seio, mantivesse a possibilidade de uma não adaptação. Mas era difícil, ponderando o conflito, que determinado sistema poderia proporcionar quando sua exigência era moldada por um sistema de troca que se movimenta pelo capital. A adaptatividade se fazia essência nesse meio, mas o movimento pela busca de resposta se amparava, mais uma vez, em uma pulsão desconhecida, mas presente.

O além homem, o homem renovado ou fortalecido capaz de romper com a ordem estabelecida, com os valores e princípios estabelecidos por uma ordem racional e moral será capaz de transvaloração e, portanto, não mais apenas suportará o peso da obrigação moral, de seguir a racionalidade técnica das relações de trabalho imposta (BETLINSK, 2013, p. 300).

Interessante realizar essa reflexão, permitindo o cruzamento de concepções teóricas com os movimentos práticos e os constantes diálogos presentes no antes e depois.

Assim, perguntas estruturantes eram constantemente elaboradas, buscando como desenvolver a prática profissional, de acordo com as prerrogativas previstas em leis e tipificações que ponderavam a realização do labor profissional de uma forma estruturada na diretividade e resolutividade. Seria, dessa forma, a educação, como previsto em ensaios referidos acima, fator ponderante para a superação da vulnerabilidade extrema? Como ser diretivo, desenvolvendo a desejada emancipação e autonomia do sujeito sem ao menos ponderar e adentrar na compreensão de limitações culturais que permeava a relação profissional e sujeito?

Diante desses questionamentos, foi se desenvolvendo, mesmo sem aporte teórico suficiente, o movimento que culminou nesta dissertação. Mas, para isso, serve de estrutura, observar como se desenvolveu e como este autor chega até esta política pública de assistência social diante das constantes indagações a respeito do que era dado. Cabe ressaltar que as perguntas acima expostas não correspondem a uma centralidade da questão problema, desta dissertação, mas tem um corpo importante para o preparo deste autor, para a culminação da questão problema central trazida na introdução.

Ao término da graduação como Psicólogo, havia o desejo de me dedicar ao exercício profissional, na área da Psicologia Clínica, à qual me dediquei, durante os cinco anos de graduação. No entanto, era preciso qualificação, ganhando experiência profissional em outras

áreas para a construção de um saber propício para a aptidão clínica, consultório de Psicologia ou outra área. Existia a convicção de que a formação com essa perspectiva era algo rico em conhecimento e alicerce fundante para a atividade clínica, entre outras. Contudo, na inexperiência, não imaginava o que estava por vir. Um olhar distinto daquele, formado ao longo dos cinco anos de formação na graduação.

Ao graduar como bacharel em Psicologia, era preciso adquirir experiência. A pressão externa para a consolidação, como sujeito inserido no mercado de trabalho mostrava forças suficientes para a mudança de foco ou ausência total deste. O local de atuação passou a ser pouco ponderante e, com isso, não importava o local e área de atuação dentro do saber psicológico. A resistência havia diminuído por forças externas, abrindo espaço para o automatismo e a flexibilização, o ceder para qualquer espaço disponível; recursos humanos, educacional, jurídico entre outras. É certa e nítida a percepção de insegurança e desorientação, mas era preciso experienciar para ter respostas. Assim, se obteve informação de uma vaga para Psicólogo no CREAS, em município no norte de Minas Gerais. Não entendia, não sabia e nunca tive conhecimento, diante a grade curricular vigente, na formação como Psicólogo, sobre esse órgão e suas atribuições. O único conhecimento dessa esfera de atuação se fazia no saber que se situava no campo da assistência social, onde seriam exercidos fundamentos da Psicologia Social. Suas atribuições, leis, estatutos e especificidades eram um labirinto até então. Estava posto o desafio. Desafio que se moldava para um profissional recém- formado, com uma inclinação pelo exercício da Psicologia Clínica, construção de um setting terapêutico bem definido, desenvolvendo atendimentos na abordagem psicanalítica, empenhado na análise, obtendo satisfação de ter em mãos o objetivo traçado no terceiro período de graduação. Engano, pois o que estava em pauta, mostraria a realidade social vigente em nossa sociedade, mas, extremamente rica para o exercício da Psicologia Clínica também.

3.2 O início do processo formativo na assistência social

Deu-se início ao processo de formação e de entendimento desse órgão. Estava lotado em um órgão chamado CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social inserido na Proteção Social Especial que se localizava na política pública de assistência social denominada SUAS. Descobri também que havia o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e proteção social básica.

O CREAS, como citado acima, é um órgão lotado na proteção social especial, onde suas atribuições eram definidas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de

2009 (BRASIL, 2009a), que se define em média e alta complexidade, sendo a média responsável por serviços de proteção e atendimento especializado a “famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos” (BRASIL, 2004, p. 32) e a alta complexidade que busca garantir a

proteção, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retiradas de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004, p. 32).

Envolve também a proteção integral a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de liberdade assistida, e prestação de serviços à comunidade, quando há o ato infracional grave; atendimento com o viés de proteção para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; pessoas em situação de rua, sendo estes chamados pela definição popular como andarilhos, moradores de rua.

A alta complexidade, nesse primeiro município, não era estruturada de forma coesa à legislação, pois se tratava de uma cidade de sete mil habitantes, com uma demanda relativamente pequena para a implantação de abrigos institucionais, responsáveis pelo acolhimento do menor em situação de risco, com seus direitos violados. Não havia acolhimento em república ou por família acolhedora, uma alternativa ao abrigo institucional. Bem como não possuía o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Essas vertentes, estão no seio da alta complexidade. Casos que careciam do acolhimento de crianças e adolescentes, eram encaminhados ao município vizinho, que possuía abrigo institucional em vigência, diante de um consórcio municipal com força de lei, mediante ao pagamento mensal, pelos municípios que faziam parte da comarca judicial daquela localidade, somando-se sete cidades.

Perante a fraca ou aqui podendo ser referido como a ausência de esclarecimento, a compreensão do macro e os mecanismos envolvidos eram difusos e, muitas vezes, ausentes, ignorando as ponderações históricas contidas em nossa sociedade, levando a pobre compreensão da origem das representações sociais e como o Estado, mesmo ao desenvolver essa ampla estrutura legislativa atual, nos servia um modelo condizente com um *modus operandi*.

Como já colocado, a percepção do todo se fazia fragmentada e a inserção dessa política possuía baixo conhecimento, levando ao rompimento das barreiras até então impostas pelo campo de saber.

3.2.1 A experiência profissional

Após a concepção e conhecimento das pautas desenvolvidas pelo CREAS, somada às convicções que acompanhavam antes da inserção, nesse órgão, era o momento de elaboração teórica e prática. Um profissional sem experiência e conhecimento, nessa área de atuação, se deparando com demasiadas situações distantes da realidade social e conhecimento de vida, como também conhecimento teórico. Era certo que havia cursado disciplinas, durante a graduação sobre a Psicologia Social, como a Psicologia Comunitária, realizando estágios, visitas domiciliares e traçando perfil a respeito daquilo que nos tocava, amparado pela teoria em questão. Todo o conhecimento da Psicologia Social era respaldado pela teoria psicanalítica de S. Freud, com um direcionamento e referência de constituição de civilização, por meio de “totem e tabu e outros trabalhos de 1913 e 1914”. Era magnífico esse momento e, ao mesmo tempo, instigante, pois a teoria freudiana era áspera e o confronto com o meu eu, nutrido por representações dadas por um aparato social, era constante. Entender a concepção edípica, a morte do pai pela sua prole remetendo à tomada de poder, constituindo o arrependimento destes (prole), gerando as bases para a formação de uma civilização era de suma importância no tempo da graduação. Minha concepção era toda psicanalítica, mas não deixando de lado a “salada de frutas” que um estudante era capaz de fomentar em sua constituição, como profissional de Psicologia e suas abordagens. Ao mesmo tempo, era levado a pensamentos fenomenológicos existenciais, onde o conceito de si e para si do “ser e o nada” de Sartre era angustiante e, ao mesmo tempo, complexo, proporcionando um olhar de como o externo se manifestava, pela existência que precede à essência. Ou seja, a essência ganhava contornos dos significados das coisas, das relações e como elas realmente se apresentavam. Não que a essência significasse um fato fechado, mas diversas estruturas que, mesmo separadas e, após, juntas, ganhariam contornos de uma verdadeira essência. Essa realidade dá uma margem estrutural de algo que é e que se pretende vir a ser, diante de uma junção processual da formação, se tornando existente, a partir e com a sua existência. Trazendo para contornos atuais, no entendimento desse autor que escreve, seria que, a essência se constitui pelo conjunto de valores que eram dados para o ser em sociedade, logo, as amarras estruturais que serão trabalhadas no próximo capítulo ditavam a relação com a essência, tornando a existência apenas uma representação coisificada, uma vez que a essência não é de fato contemplada. No entanto, a finalidade dessa conceituação, se mostrava rasa, na época, sendo distante e complexo aplicar essa realidade existencial de Sartre na prática, como Psicólogo e o mundo

pragmático da assistência social. A tentativa, gerava desamparo e distanciamento da realidade que era, de fato, necessário digerir.

Com essa estrutura teórica fragmentada, insegura, estava ali, vigente no cargo de Psicólogo de referência no CREAS, órgão com especificidades delicadas, no que remete à sociedade brasileira. Casos como pedofilia, abandono de incapaz, deficiente e de idoso, crime infracional de adolescente e vulnerabilidade social de alta representação entre outros.

Faço aqui, uma linha do tempo, para deixar claro como o meu olhar na assistência social era constituído, bem como demonstrar o ambiente e como as relações se mostraram fortes para a negação daquilo já construído, para um direcionamento ao encaixe e eficiência. Ainda se faz viva a memória de como fui recebido pelos profissionais ali presentes, trazendo todas as demandas que careciam de atenção psicológica. Casos que trouxeram dúvidas e inseguranças em relação ao meu exercício profissional, juntamente com a troca multiprofissional que me acompanhou, para, posteriormente, dar continuidade às tensões, angústias em outros órgãos, em outros municípios, com novas concepções que foram formadas no decorrer do espaço e tempo.

Quando cheguei neste órgão chamado CREAS, foi acessada toda a documentação posta no arquivo da sala do antigo profissional de Psicologia. Nesse arquivo, havia vários casos voltados para abuso de incapaz, onde a maioria das vítimas eram idosos, cuja renda se fazia proveniente de aposentadoria rural comum ou BPC, utilizadas por terceiros, membros da família, ou próximo ao idoso, não utilizando a quantia (dinheiro) em proveito do sujeito detentor da renda. Essa situação, na maioria das vezes, era acompanhada de casos de extrema vulnerabilidade e baixa higienização, culminando no abandono e maus tratos aos idosos. Situações voltadas para abuso sexual infantil, onde havia um número significativo de crianças/adolescentes que foram vítimas de abusos, por parte de familiares, somados à vulnerabilidade e negligência, às quais as crianças eram subordinadas, muitas vezes não possuindo o básico para se alimentar. Havia precariedade nas ofertas laborais para a aquisição de renda, pois o município não era capaz de ofertar mão de obra para toda a sua população, caracterizando em um alto índice de informalidade, tendo seus maiores empregadores a prefeitura municipal, educação escolar estadual e duas redes de supermercados que tinham como origem um município vizinho a trinta quilômetros de distância.

Todas as demandas eram extremamente impactantes, por mais que, durante a graduação, fossem trabalhados casos de extrema delicadeza. As noções de realidade se dilaceravam, e a base de conhecimento e ciência de uma Psicologia Social, era desconstruída pelo campo prático, relações de respostas objetivas e resolutivas. Eram mantidas nas raízes do

conhecimento até então adquirido, perguntas de como poderia haver um início, ponto de partida que, realmente, pudesse se sobrepor às dificuldades oferecidas naquele meio, juntamente como um profissional da Psicologia se portaria a partir da busca para ofertar um atendimento, quebrando o paradigma que, até então, havia sido construído na graduação. Não era apenas receber a demanda e desenvolver um trabalho de escuta. Aquele ambiente carecia de mais, uma busca pela compreensão do sujeito, sendo que sua condição de vida atual necessitaria de uma modificação relativamente drástica, para sanar as violações de direitos que se faziam vigentes, bem como mudar todo um padrão cultural, padrões que eram tidos como imorais ou impróprios. Nesse momento, exigia-se uma quebra de paradigmas e de um olhar que, até então, não se fazia próximo da bagagem curricular do sujeito Psicólogo, naquele meio, restando a angústia e uma vasta elaboração sem margem para se ancorar.

3.2.2 Pseudoconclusões

Durante esse período de um ano e seis meses, foi nítida a percepção de rituais, por meio dos quais passei por qualificações profissionais proporcionadas pelo Estado, a respeito das atribuições profissionais e me propus a solidificar meu conhecimento em outras áreas. Notei a rixa existente, que nós, profissionais consolidamos e nutrimos um para com o outro. Em se tratando da Psicologia, o meu contato com outros profissionais, de outras pastas, secretarias como a de saúde e da própria assistência social eram tensionados, pela tentativa de ser mais eficaz que o outro, quando a abordagem que respalda o exercício profissional deste ou daquele, era colocada em questionamento sobre sua eficácia o tempo todo. A relação com o profissional assistente social era mesquinha e cheia de rituais. Não havia espaço para entrar em contato com o material alheio, relatórios e ofícios que eram direcionados para este, com o intuito de realização de um estudo psicossocial. Mas tive parcerias prazerosas nesse meio, com outros profissionais do serviço social, onde a troca era constante e os limites eram respeitados, solidificando, assim, sempre o um olhar com várias facetas que nos direcionavam a um prognóstico rico e, muitas vezes, eficientes. Ou adaptativos?

Percebia que as relações multiprofissionais eram, em sua maioria, mesquinhas e ritualísticas, se fechando para o diálogo e regada de certezas imutáveis, abandonando a diretriz principal do SUAS, que se faz pelo trabalho multiprofissional e multidisciplinar. A relação prazerosa não se fazia como uma constante.

Sentia-me perdido e sem amparo teórico, naquele momento, as minhas representações, crenças e bagagens teóricas pareciam de nada adiantar, pois o exercício profissional da

Psicologia, naquela época, se passava, não apenas, mas, necessariamente, na escuta individual. Algo que, até aquele momento, vinha sendo refutada pelo direcionamento específico do SUAS, ou dos profissionais que nele se constituíam. Capacitações apontavam os técnicos como peritos e investigadores das mazelas sociais, onde o fruto dessa investigação, busca da verdade concreta sobre a demanda, objetivando a emancipação nos levaria à realidade a ser trabalhada, mensurada e delineada, por um método de atendimento, ou possibilidades de encaminhamentos. A base daquela Psicologia Social que se orientava por concepções psicanalíticas não era passível de ser desenvolvida e os olhares pautados na crítica eram estarrecedores e inquietantes.

O entendimento dessa diretividade e a busca incansável pelo método que corroborasse essa diretividade, ignorava a constituição sócio- histórica do indivíduo, não compreendia as estruturas do Estado e o robusto abandono em prestações de serviço de base à população. Todas essas elaborações, mesmo advindo de uma formação inicial psicanalítica, não era realizada à época, não conhecendo como, por exemplo, as complexidades proferidas por Wolfgang Leo Maar³, no XI Congresso Internacional de Teoria Crítica, no qual ele trazia em sua explanação na conferência intitulada “elementos do antipetismo: limites da democracia” em que aspecto o Brasil se tornara Estado antes de se tornar nação, ao contrário das nações do continente europeu que, por princípio, suas convicções e pertencimentos se originaram em sua terra. Fazia uma comparação, entre a origem nominal do nosso país, não havendo identificação com seu povo e sim com uma matéria-prima que visava ao lucro, característica essa de um processo de colonização e exploração, trazendo esse processo em seu seio cultural até o presente momento com contornos neoliberais e suas relações objetivas. Ao mesmo tempo, demonstrava, em sua conferência, que o Brasil se atentou para três momentos em que o Estado demonstrou real interesse na população raiz, carente e mais necessitados, sendo estas com a normatização da carteira de trabalho na era Vargas, o desenvolvimento e promulgação da Constituição Federal de 1988 e a política de combate à fome, especificamente promulgada, pela da PNAS de 2004.

Determinado conhecimento se mostrava distante na época, quando havia apenas conflitos e o não conhecimento das bases formativas do problema da assistência social no Brasil. Os diálogos com os autores trazidos no primeiro capítulo, ponderando como o Estado brasileiro se mostrava ausente não era de fato presente e, quando, ao tentar olhar as

³ Conferencista do XI Congresso Internacional de Teoria Crítica, que teve como título “Estado de Exceção e Racionalidade na Idade Mídia”, realizado em 1 a 5 de outubro de 2018, na cidade de Araraquara, no *campus* da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

sedimentações do bem-estar social, já discutidas na Europa, se movimentava para uma importação simplista e bem conectado pela esfera internacional do capital, enfatizando aquilo que Wolfgang Leo Maar também pontuava ao trazer o modelamento do sujeito inserido no extrato social neoliberal, uma vez que este impõe um estado de exceção, no qual a vida é uma empresa impondo uma lógica de racionalidade instrumental.

A política pública, essa trabalhada aqui, como um agente modelador, formador da condição de exceção, no qual, constantemente, somos lapidados pela necessidade de produção, e que essa lógica empresarial implicaria na semiformação.

Mas, distante dessa rica contribuição para a construção crítica, deste trabalho, nesse momento de inserção e conclusões antecipadas, no qual inexistia essa riqueza de contribuições, restava o movimento. Movimento pautado pela busca de respostas, de novos conhecimentos que resultou na realização de disciplina isolada, “Movimentos Sociais e Cultura” do programa *stricto sensu*, mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros MG – UNIMONTES. O intuito era entender a estrutura social já elaborada por pensadores dessa área e, conseqüentemente, sanar a falta que, naquele momento, estava em mim, pela não utilização do processo de escuta orientada por fundamentos psicanalíticos. Importante pontuar o direcionamento cultural que comecei a buscar para entender como esse viés poderia ser importante para o desenvolvimento da minha atividade profissional. Procurei conhecer novos conceitos e ter contato com um material bibliográfico distinto daquele que já tinha conhecimento e que se mostrava, naquele momento, incompleto para o exercício profissional. Ao mesmo tempo, sem se dar conta, manifestava a busca de um esclarecimento para uma via adaptativa ao sistema, inserindo em um mecanismo que a própria psicanálise tem uma grande contribuição, exposta na obra de Sigmund Freud “psicologia das massas e análise do eu” A constante busca pela identificação e aparelhamento a uma ideia já pré-estabelecida e a face ignorante de se pensar o sujeito apenas do ponto de partida individual. Sobre essa posição, Freud (2011, p. 14) pontua:

É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliar e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.

No entanto, a não compreensão deste, abriria caminho para o movimento, pela tomada de esclarecimento, mesmo que distante de um prisma comum ao entendimento do processo semiformativo e a robusta capilaridade teórica presente naquilo que se buscava negar como, por exemplo, a rica direção que podia se extrair de um olhar social sob um prisma psicanalítico, ao considerar que:

Quando se fala em psicologia social ou de massas, existe o hábito de abstrair dessas relações, e isolar como objeto de investigação a influência que um grande número de pessoas exerce simultaneamente sobre o indivíduo, pessoas às quais ele se acha ligado de algum modo, mas em muitos aspectos elas lhe podem ser estranhas. Portanto a psicologia de massas trata o ser individual como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição ou como parte de uma aglomeração que se organiza como massa em determinado momento, para um certo fim (FREUD, 2011, p. 15).

Não era presente o aprofundamento da conceituação teórica, a fim de dialogar com a prática e desenvolver, nesse sentido, processo alinhado com aquilo que se mostrava até aquele momento, material fundante de um profissional recém- formado. A centralidade da política SUAS apresentava um paralelo a essa teoria, uma vez que era de suma importância a compreensão de um núcleo familiar para o desenvolvimento de um planejamento de atendimento familiar, ignorando as relações entre sujeito específico e seus pares, ou funções sociais exercidas por pessoas que faziam parte de seu cotidiano, como um simples olhar para um profissional da medicina e como este era construído simbolicamente para o indivíduo, seu imaginário e conjunto de valores originários às suas relações com o professor, político. Ou seja, a riqueza contida nas relações e como estas moldavam o caminhar para a construção de uma visão de mundo.

Na ausência desse esclarecimento, presente na própria base formativa, desenvolveu a procura de conceitos aptos a mostrar sentido no desenvolvimento da Psicologia Social, alinhado à objetividade do sistema, sendo tensionado o conceito de hegemonia em Gramsci, no qual foi dedicado pouco tempo, pois era nítido que o processo no qual era implicado, buscava a consolidação de uma ideologia, que diante da junção intelectual, filosófica e operária, regidas por um líder, para assim todos caminharem lado a lado em prol de conquistas, onde todos saíssem ganhando, tendo seu pilar a dissolução pelos partidos políticos que, com suas bases, buscariam a inclusão de todas as classes (ALVES, 2010). Lembro-me de que, ao mesmo tempo em que me interessava pela junção filosófica com a política, o caráter de superioridade e de um guia, dirigente, o intelectual, não me satisfazia, além de pensar que, na atual conjuntura política brasileira, já começando a se conturbar em meados de 2013, não trazia

bases sólidas para traçar essa bibliografia como uma essência, pois ali, estava em jogo uma substituição de referencial teórico onde saía a psicanálise e entrava o conceito de Gramsci para o desenvolvimento das minhas funções, bem como a dificuldade de entender a formação de um líder para o desenvolvimento de uma política pública em um cenário descrente, por parte dos gestores na assistência social. Não dispunha de capacidade de perceber que as vertentes poderiam somar e ser de grande utilidade na elaboração de pensamentos que poderiam potencializar um bom desenvolvimento profissional na área da assistência social.

Antagonicamente, resistia ao mergulho nos conceitos psicanalíticos, fazendo-me valer do processo de identificação ao meio profissional, deixando de observar a singularidade e pautando na figura isolada já concebida. Essa vertente, potencializou a inserção no programa *stricto sensu* em desenvolvimento social, objetivando entender as dinâmicas presentes na cultura e seu poder modelador. Uma literatura que me tornasse mais objetivo nas minhas observações e intervenções e um alinhamento teórico com a assistência social. Mas, a não conexão e uma forte sensação de peça faltante me levou a distanciar do programa.

A junção dessa constatação sobre o referencial teórico que vinha buscando substituir, juntamente com os atritos existentes entre a minha visão de sujeito e interpretação do mesmo, a partir da esfera psicanalítica eram agravados com o descaso na coordenação das atividades pelos gestores. Somava-se a esse processo a falta de dedicação e empenho dos atores políticos responsáveis pela gestão. Não havia diálogo plausível ao formato de prestação de serviço, considerando a distância das bases legislativas da política pública e o modo de ofertar os serviços, sendo a estrutura governamental municipal, muitas vezes, negligente para proporcionar bases para o desenvolvimento profissional.

Ao mesmo tempo, havia a tentativa de compreender como uma cidade de sete mil habitantes podia ter tantos casos enquadrados em situações de vulnerabilidade social e com violações de direitos consumados.

Fato este que permitia, diante das características, a implementação do CREAS. O CREAS se instala em municípios onde os casos de violação de direitos são consideravelmente altos. Ali havia um índice de trabalho infantil e violência sexual e psíquica relativamente alta. Antes da solidificação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, constava o programa sentinela no município, que era responsável por fornecer:

assistência social governamental voltado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, intra ou extrafamiliar, nas seguintes modalidades: sexual, física, psicológica e por negligência; sendo o abuso sexual o mais notificado (OLIVEIRA et al., 2007, p. 17).

As cidades com esse programa foram contempladas com o CREAS, após a consolidação da PNAS e do SUAS.

Certas observações foram minando o desejo de desenvolver as atividades naquele município. Estava frustrado por estar distanciando daquilo que acreditava teoricamente, juntamente com os casos que não conseguia desenvolver de uma forma mais profunda, como planos e metas com características de prevenção, bem como a compreensão de todo o aparato Estatal, gerido por seus atores políticos.

Após esse período de um ano e seis meses, pedi desligamento desse órgão e voltei para a cidade de origem, com o intuito de desenvolver meus estudos, me capacitando e dando início em algum programa de mestrado em Psicologia Social ou Educação, em busca de conteúdo para supressão da constante angústia. Existia a crença de que as duas áreas atenderiam a minha angústia. Uma por ser diretiva na área da Psicologia e a segunda por se tratar da Educação, temática hipotética movida por crenças de que nesta encontraria as bases para a superação de situações de vulnerabilidade social e romper com o ciclo intergeracional da pobreza presente no público alvo do SUAS.

Dando continuidade, fui chamado para desenvolver o mesmo cargo no CREAS do município de origem. Era perceptível a mesma essência da situação vivida no município localizado no norte de Minas Gerais, mas com uma estrutura física e de recursos humanos inferiores, algo desconexo com a crença individual, pois em um município de médio porte a lógica era possuir maior capacidade orçamentária e, por consequência, maior estrutura. Não havia automóvel disponível para o órgão e este era localizado em um porão, onde havia mais outros órgãos da secretaria de desenvolvimento social e a própria secretaria. Essa situação corroborava para o desenvolvimento precário dos processos de intervenção junto à demanda do município. Também não possuía iniciativas de prevenção por parte de programas sociais e as intervenções eram de características imediatistas e sem base para desenvolver um ganho substancial para família ou indivíduo atendido. As escutas eram realizadas igualmente com assistente social, mas tendo espaço para a escuta individual, algo que considerava como ganho, pois, muitas vezes, a escuta acompanhada de outro profissional impedia a condução com base no conhecimento específico do Psicólogo. Mas ele somente se fecha? O conhecimento teórico e o espaço para o desenvolvimento das atividades eram mais respeitados que no município anterior, mas o processo de desenvolvimento das atividades se esbarravam em discursos políticos, onde a atuação era limitada por características políticas.

Esse espaço, ficou caracterizado, na minha concepção, como um lugar de difícil desenvolvimento da atividade fim do profissional de Psicologia, no âmbito da proteção social

especial do SUAS. Era necessário medir as palavras e a liberdade para desenvolver metodologias de forma independente, sempre se esbarravam em pensamentos políticos. Começou-se a perceber que o que estava em jogo era a sobrevivência profissional, pois muitas características essenciais para um melhor trabalho eram deixadas de lado em prol da segurança salarial. É certo que havia ganhos no quesito de realização de escuta e troca material com o assistente social, mas a gestão impunha posicionamentos de características políticas e o trabalho se fazia com uma pressão para a resolução, mas sem estrutura para a elaboração.

3.3 O tempo de trabalho, carga horária e o sofrer da própria crítica

O tempo de trabalho nos órgãos da assistência são de no máximo quarenta horas semanais. Esse tempo era respeitado no município do norte de Minas Gerais, mas o atual local, não existia padrão, no contrato estavam estipuladas as mesmas quarenta horas, mas, muitas vezes, o dia era desenvolvido com uma carga horária de dez a onze horas por dia. A semana, muitas vezes, passava das quarenta horas semanais, chegando a sessenta horas. Era posto que a dedicação seria essa, tendo que estar disposto a atender a uma demanda às cinco horas da tarde, quando acabava o expediente ou pegar estrada para realizar uma visita a membros de uma família, em situação de risco, em outra cidade, no mesmo horário, uma vez que para o seguimento da estruturação do caso, era necessário conhecer outros membros, fugindo da prerrogativa fundamental da política pública de assistência social, que se estrutura em solicitar estudo de caso para a equipe técnica (Psicólogo (a) e Assistente Social) do município no qual as pessoas residissem. O não comprometimento era tido como motivo para desligamento/demissão. As horas excedentes não eram pagas em moeda corrente, mas acumuladas no banco de horas, podendo tirar dias de folgas, posteriormente. Mas, em um município de aproximadamente 95 mil habitantes, era impossível solicitar as horas excedentes, convertendo-as em descanso, pois a demanda era alta e a cobrança para a solução do problema com pouca estrutura ofertada pelo município, como exposto, era consideravelmente alta.

A cidade vivia uma insegurança política, pois o prefeito tinha sido caçado. Até ele se desligar, houve demissão em massa de pessoas inseridas na sua gestão, que este acreditava apoiar a outra liderança política. Com essa prerrogativa, este Psicólogo foi incluído, sem fundamentos plausíveis, pois estava residindo e trabalhando em outra cidade durante o período eleitoral de 2012, não estando ou apoiando político algum. De certo que isso era ilegal, pois havia passado em processo seletivo, refutando qualquer favor que poderia existir na minha contratação. Havia sido selecionado pela minha experiência profissional. Após um mês do

desligamento, fui convidado pela nova gestão para trabalhar em outro órgão da assistência social chamado CRAS, e, posteriormente, assumindo a coordenação da proteção social especial do município, retornando ao CREAS.

Assim, a estrutura apresentava contornos de coação com a finalidade de exercício profissional, seguindo uma lógica, na qual anteriormente demonstrada, por algumas passagens como identificação, agora, não mais a identificação pautada naquilo que falta, em um ideal de eu presente no terceiro, mas como bem salientado por Crochik (1990), ao utilizar a construção teórica elaborada por Adorno e Horkheimer, que enfatizam a figura de autoridade do pai que está em constante declínio, em relação ao processo já postulado em momento histórico anterior, prejudicando a formação do aparelho psíquico, aqui ego e superego, dando espaço para a figura de liderança distante da concepção paterna e próxima a uma figura de liderança externa, permitindo a não identificação, mas a imitação, mimesis.

A autonomia do indivíduo possibilitada pelo conflito com o poder, perdeu-se na aceitação cega deste. E a idéia de uma cultura humana, calcada na universalidade e solidariedade entre os homens guiados pela razão é substituída por uma idéia de cultura natural, calcada na irracionalidade da raça e baseada na força (CROCHIK, 1990, p. 142).

De fato, essa compreensão fora utilizada para dissertar sobre a ascensão da personalidade nazista na época, uma vez que se via um amplo ajustamento à personalidade autoritária, mas aqui, se faz ponderante fazer o exercício de compreensão, também, das pressões existentes em um contexto gerencial de uma política pública socioassistencial.

No entanto, essa ponderação, seguida de reflexão, mostra como a mimesis se torna princípio basilar para o desenvolvimento de uma função, se encaixando, cegamente, em uma estrutura, não permitindo a exposição de posicionamentos, bem como a adaptação cega e o encaixe em um sistema, preservando a relação dos atores detentores de poder de gestão e direcionador de uma lógica distante de uma razão problematizadora, mas próxima a uma razão instrumental, e aqui mesmo esta pautada por fatores externos positivistas, cega de princípios técnicos científicos e legislativos e atenta às relações de poder e sua perpetuação.

Na linha do tempo, comecei em meados de 2012, na assistência social de uma cidade no norte de Minas Gerais, me desligando, no final de 2013. No começo de 2014, tinha começado o processo profissional no meu município de origem. Nesse período, percebi as tensões relativas à insegurança profissional, onde havia pressão acarretando em instabilidade. O recado era imposto da seguinte forma: Desenvolva sem questionar e caso questione, seu emprego é colocado em cheque. Essa realidade, com o passar do tempo, foi perceptível em

vários colegas que exerciam a profissão na modalidade de processo seletivo em outras cidades. O trabalho sempre era cessado por interesses políticos e a segurança profissional era zero. O usuário da assistência era de fato prejudicado, pois quando ele se adaptava a presença profissional, sendo ele assistente social ou Psicólogo, era prejudicado pela troca, começando novamente todo o trabalho, com novas visões. Famílias que eram acompanhadas, diante de um plano de atendimento, eram abandonadas em arquivos, sendo lembradas em raras situações e, na maioria das vezes, na iminência de um estado crítico quando sua condição de vulnerabilidade era denunciada, encaminhada por outro órgão ou pessoa/cidadão para a assistência social. Estava diante, pela primeira vez, da insegurança profissional, algo típico do serviço público não efetivo, estatutário. O pensar diferente não tinha bons olhos. A minha continuidade era sustentada pela concordância cega e o encaixe no status quo vigente por um gestor, sendo ele coordenador, gerente, secretário, ou seja, acima na hierarquia profissional do equipamento público. Restava a mimese, mas esta situada no campo negativo, não considerando a potencialidade de como esta poderia ser de potencial fundamentação para o campo formativo, entendendo, dessa forma, como não agir ou, até mesmo, negar tais ações de repetição, algo realizado ao buscar respostas. Mas dando continuidade às fragmentações impostas com bases inquebráveis, rígida e modeladora.

Assim, a esfera psíquica passa a espelhar a sua anulação frente à irracionalidade das forças objetivas. Exige-se não somente a concordância com a ordem social, mas a anulação de todo e qualquer espaço psíquico dado à contestação. A vigilância não deve mais se dirigir ao exercício do poder social, mas aos desejos individuais que não se coadunam àquele (CROCHIK, 1990, p. 142).

3.3.1 Sentindo na pele a própria crítica

No percurso desse processo, assumi a coordenação de um CRAS, no município, durante um ano e seis meses, mas reservo o não trabalhar com essa experiência, uma vez que se faz um recorte, durante, aproximadamente, cinco anos e meio de experiência profissional, na proteção social especial, onde desenvolvi a maior parte das minhas atividades e por peculiaridade da proteção social, que promoveu maior contato com as mazelas sociais. No segundo semestre de 2016, iniciou-se a função de coordenador da proteção social especial e, posteriormente, assumindo, em 2017, o cargo de Psicólogo em um abrigo institucional, em outra cidade do sul de Minas Gerais.

Assumindo a coordenação da proteção social especial, foi possível exercer uma função da qual partiam as críticas, enquanto era Psicólogo de referência. Nesse local, não era mais o Psicólogo, e sim um gestor de órgãos ligados à proteção especial. A função se dava em gerir a política de migração no município, traçar metas em relação ao aumento ou, até mesmo, à condição estável em relação aos usuários em situação de rua, coordenar um abrigo institucional que, na época, havia sete crianças/adolescentes retirados de suas famílias, vítimas de maus tratos, abandono e abusos, e o próprio CREAS.

Atentou-se a não repetir os abusos, os quais era convicto em ter experienciado, na primeira passagem nesse órgão. Assumiu-se uma postura, onde a busca pela escuta e definição de estratégias em conjunto com a equipe profissional, que somava-se em cinco técnicos, sendo estes, três assistentes sociais e dois psicólogos, e doze profissionais lotados nos órgãos já mencionados, totalizando dezessete pessoas sob minha coordenação, entre eles motoristas, técnicos de referência, cuidadores do abrigo institucional, auxiliar administrativo e de serviços gerais.

Esse momento foi importante, pois se mostrou perceptível a pressão existente nos gestores acima na hierarquia. Diariamente, recebia cobranças da população que se posicionava contra as pessoas em situação de rua que ficavam na praça central e na rodoviária. Era acionado, na madrugada, para receber crianças de passagem pelo município de forma ilegal, cujo conselho tutelar havia intercedido para colocá-los no abrigo institucional por tempo indeterminado. Houve a inclinação e a realização do fechamento de uma residência inclusiva para pessoas com deficiência, pois o projeto levantado pela antiga coordenação sofreu modificações e o município não tinha dinheiro para arcar com as despesas na contratação de profissionais que eram necessários para manter esta residência aberta. Pude observar e negar, diversas vezes, entrando em conflito com o secretário da pasta de desenvolvimento social por cobrar excessivamente os profissionais por resolução, mas que não possuía meios para proporcionar determinada resolutividade. Restabeleci algumas condutas de atendimentos que se configuraram e seguiam o modelo anterior, o qual fazia parte da minha primeira passagem como Psicólogo de referência. Busquei trabalhar em parceria com Ministério Público da comarca do município, a fim de suprir suas necessidades e as nossas, pois entendia que as demandas que o CREAS e a proteção social especial, que estavam atendendo, era encaminhada pelo Ministério Público, resultando assim em uma extensão deste, e, abandonando o acompanhamento minucioso e estratégico da demanda específica do CREAS, especificamente as que visavam a trabalhar a construção de vínculo e reinserção de usuários da política pública a suas famílias e à concepção capitalista de nossa sociedade. Meu cargo era

ligado diretamente à gestão, onde fui informado de movimentos, por parte dos profissionais que trabalhavam na proteção social especial sob a minha coordenação, que boicotavam as definições de estratégias. Não conseguia me localizar nesse meio e me sentia perdido e sem amparo. Em quem confiar? Tudo isso se passando, durante a tentativa de me inserir no programa *stricto sensu* em Educação da Universidade Federal de Lavras. Conclui que não havia certeza se algum profissional estava ou não boicotando prerrogativas que até então se mostravam em consonância com suas crenças profissionais. Dediquei-me a exercer a minha parte e acreditar no comprometimento de cada um e na crença do conhecimento dos meus colegas sobre a tipificação socioassistencial e leis que amparam o exercício da proteção social especial, pois todos os que estavam ali sabiam de suas obrigações ou diziam saber. Junto com isso, os salários não eram pagos, atrasando meses, alterando consideravelmente o humor dos profissionais, algo que julgo superplausível. Profissionais que tinham hora extra por trabalhar fora de seus horários, se depararam com a negação por parte da gestão, causando revolta e descomprometimento com serviços. Apesar das tentativas de fazer diferente, continuava, também, refém da gestão. Determinada situação causava estresse, cansaço, desgaste e sensação de incapacidade intelectual, juntamente com o desânimo do exercer profissional.

Percebi que tinha em mãos aquilo que repudiava, não tendo forças para fazer diferente, ligando o automático diariamente, me sentindo incapaz e como parte de mais uma engrenagem do sistema. O que me trazia satisfação era o fato de iniciar meus estudos, no ano seguinte, e traçar novas perspectivas para minha jornada profissional, mas o sentimento era de derrota e de mais um reprodutor do processo mimético que, mais tarde, seria, com bases mais robustas, alinhado ao conceito de semiformação cultural.

Nesse percurso, se iniciou mais uma etapa do processo formativo no programa de mestrado da Universidade Federal de Lavras. Era raso o conhecimento dos princípios da semiformação em Adorno, no entanto, havia uma sensação de que minhas atividades eram parelhas àquilo que Adorno dissertara sobre semiformação cultural, chegando a flertar de forma angustiante a algo que até o momento era dado como uma ausência de cultura, inexistência desta, e que essa crença movia a desmotivação e ausência de sentido para com a função de Psicólogo na área Social. Era necessário aprofundar a fim de entender se essa concepção era realmente factível diante a estrutura teórica da semiformação cultural, algo que se revelou rico para a continuidade do exercício da Psicologia no âmbito SUAS.

É fato que consegui modificar algumas coisas, com o objetivo de dar condição de trabalho e evitar a exploração da mão de obra profissional com cargas horárias desproporcionais, mas o sucesso ou o ganho com essa abordagem era pequeno, sendo

constantemente confrontado com pedidos de intervenções de superiores fora do horário de trabalho. Os ofícios do MP (Ministério Público) chegavam a todo o momento, e os prazos para as respostas eram cada vez mais curtos, o não atendimento gerava cobranças endereçadas à gestão pública. Era colocado um certo tom higienista dos meus superiores. Não do MP, que fazia sua função e solicitava intervenção, mas por parte da gestão que se pautava no não ouvir falar, o não ter conhecimento de certas situações.

Sobre essa realidade, cabe uma exemplificação de um momento no qual foi visível a tonalidade higienista e normatizadora de uma conduta espelhada nessas menções acima expostas. Certa vez, diante de significativo aumento na população em situação de rua, somada aos ofícios de outras pastas como saúde e atores da sociedade civil, como associação do comércio, fora solicitada uma reunião para discutir as medidas e tomada de ciência por esses atores sobre os motivos dessa população estar aumentando, no município e quais ações estavam sendo ofertadas para lidar com essa demanda. Na reunião, encontravam-se presentes secretários da gestão municipal, delegado da polícia civil, membro da polícia militar dentre outros. No decorrer da reunião, houve assídua discussão sobre como lidar com essa realidade. Foi proposta, pelo gestor municipal da secretaria de desenvolvimento social, a internação compulsória de indivíduos que se encontravam em situação de rua, a fim de retirá-los da rua contra sua vontade. E a justificativa se dava em proporcionar um alento para os que se incomodavam, ignorando toda uma representação histórica vigente em nossa sociedade, não buscando tensionar a política pública de assistência social e suas possibilidades de ação diante de suas prerrogativas, como também o afastar as complexidades sociais que necessitavam ser vistas. Posicionei-me contra, citando estudos, onde a internação compulsória se mostrava onerosa e pouco eficaz, uma vez que era contra a vontade do indivíduo. Determinada discussão trouxe um mal-estar e um bate boca diante de um senso comum pouco embasado, sendo o embate amenizado quando o delegado da polícia civil, diante sua experiência profissional e estudo, corroborou apontando mais uma vez a ineficácia da internação compulsória, bem como o direito de ir e vir assegurado pela CF de 1988, através do capítulo primeiro, artigo 5º, inciso XV que dispõe, “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 1988, p. 13). Mas não me espanto com o posicionamento do gestor, que se intitulava pastor e administrava mais de uma instituição evangélica para tratamento de dependentes químicos.

Ficava presente a incompreensão do sentido da política pública ou cada vez mais ciente de como esta se estrutura para não ser garantida, partindo do ponto de que a gestão municipal

não possuía dotação orçamentária, verba para promover as políticas previstas em leis, bem como o desconhecimento das responsabilidades de cada setor diante de suas atribuições, sendo essa classe social (pessoas em situação de rua), ignorada por setores da saúde e seus órgãos, não promovendo subsídio para uma melhor condição de vida e discussão para com a sociedade civil e governamental, por conselhos específicos. Estes eram divididos em metade sociedade civil e metade membros da gestão municipal. No entanto, era de se espantar a rixa e mal-estar para a definição da presidência e seus membros, buscando sempre o alinhamento com a gestão, não havendo o contraditório e cobrança, fiscalização da atividade pública.

Os conselhos são instâncias que se particularizam no interior do sistema decisório das políticas públicas pelo seu caráter plural e híbrido [...], dado que são compostas por representantes estatais, representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços públicos. Essa composição torna o processo decisório mais permeável aos diversos interesses implicados na elaboração e execução das políticas públicas, favorecendo decisões mais justas e legítimas (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 69).

O importante era não haver exposição de certa ineficiência na oferta da política pública de assistência social, pois a configuração e seu desenvolvimento se distanciavam da lógica legislativa da política pública, mesmo que em seu âmago se consolidava por meios de representações de origem capital. Perguntava-me, como Psicólogo, acima de tudo, e coordenador, como trabalhar o processo de emancipação dos sujeitos, usuários inseridos nessa política da assistência. Sentia na face dos meus colegas o esgotamento profissional, a falta de êxito, e quando havia algum, entendia que era de cunho assistencialista. Característica está vigente, durante muitas décadas e, até mesmo, nos dias atuais. Pereira (2007) pontua que antes da solidificação da política pública da assistência social a assistência era pautada por atividades assistencialistas, clientelistas e sem uma dinâmica concreta e estruturada para desenvolvimento das mazelas sociais.

Tudo isso não foi alcançado por inteiro, pois o tempo como coordenador dessa proteção social especial se deu durante seis meses, uma vez que a gestão executiva municipal se encerrava, no final do ano de 2016, onde houve mudança significativa no quadro profissional, inclusive o meu desligamento. Algo que demonstra o retrato mesquinho da política nacional, onde uma gestão pública é capaz de modificar toda uma estrutura profissional para assim, manter os novos profissionais na mesma linha de pensamento ou, apenas, uma retribuição de favores políticos e uma reprodução desenfreada de uma mimese

que possui como estrutura uma sociedade envolta em uma relação de poder que simboliza a predominância determinada pela lógica capitalista de troca.

Tais situações levam a um patamar da discussão onde a compressão da política pública destacada, nesta dissertação, carece de um domínio para que suas prerrogativas passem a ser consideradas e desempenhadas. Determinada conjuntura nos mostra a complexidade, possibilitando um amplo leque de compreensão. Ao pensar nessa dinâmica, cabe ressaltar a riqueza no processo mimético, onde as características da mimese podem ser fundamentadas na mais pura relação de formação, sendo este um dos pilares para a inserção do sujeito pertencente a um ideal que parta de uma base sólida de representações referenciais para sua formação.

3.4 O alívio, mas há angústia

Ao me desligar desse ofício, fui convidado por um abrigo institucional localizado em uma outra cidade do sul de Minas em 2017. Esse abrigo é de identidade histórica do município, sendo ele implementado há 55 anos, passando por um patronato, orfanato que atendia a jovens abandonadas da região ou delinquentes. Esse abrigo institucional, definido pela política pública do SUAS, é uma Associação não governamental, gerida por uma igreja evangélica, sendo os custos bancados por esta. No passado, houve momentos em que essa associação teve mais de sessenta crianças e adolescentes em suas dependências. Com a política de Assistência Social sendo consolidada a partir de 2005, passou por mudanças significativas, tendo que se atualizar e se adequar às diretrizes do sistema único de assistência social - SUAS. Apesar de ser gerida por uma igreja e não ser um órgão público, os serviços de abrigamento para crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos, são fiscalizados pelo governo e as regras de funcionamento seguem um padrão universal no Brasil, que se consolidaram a partir da Política Nacional de Assistência Social- PNAS de 2004.

Segundo as orientações técnicas para o serviço de acolhimento em abrigo institucional para crianças e adolescentes, este classificado como um serviço de alta complexidade, a instituição necessita ter um quadro profissional com no mínimo dois profissionais de ensino superior, Psicólogo e Assistente Social com a carga horária mínima de 30h semanais e máxima de 40h, para um número total de 20 crianças, e, experiência profissional na área; um coordenador com ensino superior e experiência em função parelha a exigida pelo abrigo institucional; um cuidador por turno até dez crianças, sendo a quantidade aumentada, quando há necessidade de atenção para crianças que carecem de cuidados especiais; com a formação

mínima de nível médio e com capacitação específica na área de acolhimento institucional (BRASIL, 2009b).

Essa instituição, abrigo institucional, necessita estar cadastrada no conselho municipal da criança e adolescente, sendo fiscalizada, periodicamente, pelos seus membros e pelo Ministério Público e Poder Judiciário. Seguem as mesmas regras do abrigo institucional, no qual fui coordenador, no município de origem, mas a diferença é que sua gestão é de caráter não governamental, mas que segue as mesmas normativas e leis.

Nesse espaço, no qual desenvolvo minha atividade como profissional Psicólogo atualmente, vem me reservando surpresas positivas. Diferente dos outros locais no qual exerci minhas atividades e onde entrei em contato com uma demanda, mas não se conseguiu desenvolver uma continuidade, nesse espaço vem sendo possível dar continuidade às atividades. As escutas são constantes e a intervenção vem se fazendo de forma sólida. Importante ponderar que, apesar de ser regida pelas leis da política pública do SUAS, a coordenação é independente da gestão municipal, proporcionando, assim, uma linha hierárquica profissional bem definida e aberta para discussões. Os horários são respeitados e a segurança profissional se faz mais sólida. Esse abrigo institucional, está localizado em um município, mas não atende apenas à sua demanda, mas sim à demanda regional, sendo os casos encaminhados, por ordem judicial. Hoje, encontram-se seis crianças/adolescentes institucionalizadas, sendo apenas quatro oriundos do município sede do abrigo institucional. Após dois anos de exercício profissional como Psicólogo, foi possível trabalhar com as famílias de onze crianças/adolescentes, viabilizando um formato de compreender a peculiaridade do processo no qual estavam inseridas, quebrando paradigmas e dialogando com a sua realidade sócio-histórica de forma distinta, podendo observar e refletir sobre as situações que culminaram na institucionalização de seus filhos e visualizar possibilidades de se relacionarem com seu meio de forma diferente, abrindo espaço para a reinserção destes em seu núcleo familiar.

O acompanhamento se faz pela rede, onde o contato profissional com as famílias são realizados pelas equipes profissionais dos CRAS, CREAS do município de origem da criança. Nossa responsabilidade se direciona para as crianças e trocas de informações e intervenções pontuais com essas equipes e com as famílias. No município no qual o abrigo institucional está localizado, nosso trabalho se estende para o acompanhamento familiar mais assíduo em relação a crianças que possuem naturalidade em outro município, estando presente nas discussões nas escolas que se encontram matriculados, discutindo metodologias e se fazendo presente para um melhor desenvolvimento educacional destes. Como Psicólogo, evito fazer a

escuta individual, característica do atendimento em setting clínico, pois, estando presente no dia a dia das crianças, impondo limites e percebendo seus comportamentos in loco, o atendimento com características clínicas, se mostra minado pela minha interferência no cotidiano.

Interessante como a psicanálise e os conceitos fundantes desta fazem a diferença nesse espaço, refutando a minha crença anterior de que a psicanálise não supria para desenvolver meus atendimentos no CREAS da primeira cidade que havia trabalhado. Apesar de não atendê-los na característica clínica, as intervenções perante seus comportamentos diários têm o seu amparo em conceitos psicanalíticos somados à tentativa de trazer a curiosidade e a criticidade dos jovens, a fim de lutar contra o processo de semiformação vigente em nossa sociedade.

Os jovens chegam na associação/abrigo institucional, geralmente, com um comportamento agressivo, sem limites e completamente ariscos, com pouco diálogo, se mostrando contra a abertura sobre seus problemas. Geralmente, possuímos o mínimo de informação passado por outros profissionais que acompanhavam sua realidade. O aproveitamento na escola é baixo e o comportamento se apresenta agressivo. Com o acompanhamento, respeitando o espaço das crianças na associação/abrigo, entendemos, por meio de seu histórico a impossibilidade para desenvolvimento sadio em sociedade. Seu meio se faz conturbado, muitas vezes inserido no tráfico, furtos e abusos por terceiros, sendo sexual, físico e psíquico.

Não há limites e logo vem em mente a concepção da constituição do seu complexo edípico, bem como seu pacto social conturbado. Não existe referencial paterno e materno, sendo filhos literalmente do meio, mas um meio que se impõe pela força e necessidade de sobrevivência, tendo estes que encontrar uma maneira de lidar com sua realidade.

Sobre essa constituição fragmentada do pacto social, Hélio Pellegrino em um folheto publicado na Folha de São Paulo, em 1983, traz uma relação simbiótica entre o pacto social e o pacto edípico, caracterizando, dessa forma, diante do prisma exposto acima, uma fragmentação ou, até mesmo, à ausência da dissolução do pacto edípico, responsável este pela estruturação de um pacto social. Dessa forma, Pellegrino (1983, p. 3) corrobora:

De que maneira o menino transcende, segundo Freud, o seu complexo de Édipo? Ele o transcende, inicialmente, pelo medo que passa a ter da castração. E aqui se articula com o complexo de Édipo o complexo de castração, de importância central no pensamento psicanalítico. O menino descobre, na época do seu Édipo, isto é, na fase fálica, a diferença anatômica dos sexos. Ele verifica, aterrorizado, que a menina não tem pênis – e que a mãe também não possui. Ele passa a ter medo de que o mesmo lhe possa

acontecer, como castigo imposto pelo pai, em virtude de seus impulsos incestuosos e parricidas. A fantasia de castração corresponde também um dos fantasmas originários, aos quais Freud atribui dimensão filogenética, arquetípica. O menino, como vimos, valoriza extraordinariamente o seu pênis, e atribui altíssimo significado narcísico. O medo à perda do pênis – filogeneticamente condicionado – obriga-o a um recuo. O menino acaba, na hipótese mais favorável, por abrir mão do seu projeto incestuoso. Ele internaliza a proibição do incesto e se identifica com os valores paternos. Dessa forma, cumpre uma etapa fundamental que o prepara no sentido de se tornar sócio da sociedade humana.

A partir dessa ótica, considerando a fragmentação vigente na formação como sujeito do indivíduo/criança e adolescente, não havendo a estrutura para a dissolução de forma sadia do Édipo, considerando que as crianças são, literalmente, deixadas por suas representações paternas e maternas, à mercê da sociedade, o medo, sentimento de castração não é devidamente constituído, não havendo, portanto, uma percepção entre os limites que a sociedade irá lhe impor, restando a este, apenas conjecturas à beira do princípio de prazer, afastada a necessidade de estruturação do princípio de realidade, esboçado nos primórdios da dissolução saudável do complexo edípico.

Aqui se levanta o problema crucial da relação do ser humano com a lei. É claro que nos referimos à Lei primordial, que marca a passagem – o salto – da natureza para a cultura. O modelo, contudo, tem validade geral e pode ser aplicado aos vários níveis institucionais em que transcorre a aventura humana. Não há dúvida de que a Lei, para ser respeitada, precisa ser temida. Nesse sentido, para a resolução do Édipo, é necessário o temor à castração segundo a concepção freudiana. Uma lei que não seja temida – que não tenha potência de interdição e de punição – é uma lei fajuta, impotente. No entanto, o temor à lei, sendo necessário, é absolutamente insuficiente para fundar a relação do ser humano com a lei. Uma lei que se imponha apenas pelo temor é uma lei perversa, espúria – lei do cão (PELLEGRINO, 1983, p. 4).

Sujeitos com ausência de pai e mãe, sucumbem ao labirinto de seus desejos. Determinados desejos, visam ao controle egóico e passam estes a se deslocar pela estrutura fragmentada de sujeito, iniciada na ausência de figuras para exercer a castração e antes, dissolução edípica.

No entanto, ao abordar o temor à lei, fundamentado pelo medo da castração, Pellegrino (1983) aponta que somente a castração e o temor à lei não são suficientes para fundamentar o pacto social, pela introjeção da realidade, uma vez que, ao trilhar apenas esse caminho, resta tão somente a “lei do cão”, perversidade. Para contrapor essa dinâmica, traz a importância do amor na formação do indivíduo como premissa básica.

Só o amor e a liberdade, subordinando e transfigurando o temor, permitem uma verdadeira, positiva e produtiva relação com a lei. A autêntica aceitação de interdito do incesto, de modo a torná-lo nódulo crucial capaz de estruturar uma identificação posterior com os ideais da cultura, só é possível na medida em que a criança seja amada e respeitada como pessoa na sua peculiaridade pelo pai e, antes dele, pela mãe. É o amor materno que funda a personalidade para que a criança vença a angústia de separação, tornando-se um ser outro em respeito à mãe.

O amor da mãe, já modelado pela cultura, prepara o advento do terceiro, do pai, cuja entrada em cena por meio da estrutura triádica ajuda a criança a construir sua própria liberdade e autonomia (PELLEGRINO, 1983, p. 4).

Mas, diante do jovem criado às margens, sem uma estrutura familiar estruturada, sendo possível observar ausência de figuras paternas e maternas, encontrando-as de forma simbólica deturpada, não há quadrante que possibilite a formação de um pacto social; não há mão dupla permeada pelos ganhos vigentes nas relações de amor, que envolvem uma família, sendo assim, uma constante ausência de castração, limitação. Determinada construção, não corrobora para o entendimento da lei, restando a interpretação para estes, ausentes de uma estrutura dissolúvel de forma sadia do Édipo, a incompreensão das leis que vigoram em seu meio social, produzindo, assim, uma à revelia com o estado de coisa que robustece os padrões civilizatórios culturais e, por consequência, as leis que regem a convivência no ambiente social.

O pacto edipiano implica mão dupla, um toma lá dá cá. A criança perde, mas ganha. Em troca da renúncia que lhe é exigida, tem o direito de receber nome, filiação, lugar na estrutura de parentesco, acesso à ordem do simbólico, além de tudo o mais que lhe permita desenvolver-se e sobreviver – vivendo. A criança tem que receber do Édipo as ferramentas essenciais que lhe permitam construir-se como sujeito humano. Com isto, ela ama e respeita o pacto que fez e, nesta medida, fica preparada para identificar-se com os ideais e valores da cultura à qual pertence (PELLEGRINO, 1983, p. 6).

Continuando, apesar de possuir uma boa estrutura para o meu exercício profissional, esbarro-me, várias vezes, na dificuldade de troca de informação profissional com outros técnicos de outros municípios. Percebo a mesma angústia que era nutrida em mim quando desempenhava as atividades nas duas cidades que trabalhei anteriormente. Os técnicos são sobrecarregados e, muitas vezes, forçados a exercer uma função que não condiz com sua real responsabilidade. Também é perceptível uma disputa ideológica quando necessário construir uma metodologia para o desenvolvimento de ações para melhor atender a uma família e, conseqüentemente, à criança que se encontra abrigada, anulando a construção de uma base teórica que se alinhe a uma prática, restando, mais uma vez, um olhar ideológico pertencente a um senso comum.

Nossa política sempre se pauta em não entrar com o processo de destituição do poder familiar, tentando, ao máximo, a reinserção da criança ou adolescente em sua família de origem, evitando a adoção. No entanto, há dificuldades, mas não impossibilidades de consolidação de uma abordagem que tenta solidificar uma família desestruturada.

A maioria dos casos são referentes ao abuso de substâncias ilícitas como crack e o vício em álcool, gerando o abandono. Diante dessa realidade, onde a dificuldade de adesão ao tratamento se faz como característica principal para a diretiva inicial de destituição do poder familiar, antes de uma tentativa conjunta, entre vários profissionais da saúde, assistência social, a tensão se instala, muitas vezes, por não haver concordância no modo de ver ou, até mesmo, acreditar na possível superação do comportamento de abuso de substâncias.

Além disso, existe a insegurança no desenvolvimento da atividade como Psicólogo no SUAS, por parte de alguns profissionais, tanto nas esferas CRAS, CREAS como em abrigos institucionais que estão inseridos na proteção social especial, na alta complexidade em outros municípios, sendo estes guiados por seus compêndios e abordagens clínicas, ponderando rugas e conflitos no diálogos entre os profissionais da Psicologia.

Lembro-me de certa vez que estavam envolvidos profissionais da rede como Psicólogos, assistentes sociais, cuidadores, coordenadores e gestores municipais, da mesma associação da qual faço parte e de um município vizinho, que possui uma instituição com as mesmas atribuições, mas gerida e mantida financeiramente pelo governo municipal. O intuito foi de desenvolver um diálogo a respeito das nossas atribuições como profissionais que somos na assistência social e, especificamente, no campo de abrigos institucionais. Minha reação ainda me causa angústia. Angústia de, e o agora, como vai ser, o que está acontecendo, como posso intervir de forma substancialmente efetiva? No entanto, após o início da reunião, no decorrer das discussões sobre os casos, trocas de experiências, pude observar a carência na qual fazemos parte de forma conjunta e, até certo ponto, organizada. As aflições, dúvidas e inseguranças a respeito da efetividade nas nossas ações são mútuas e chegam a ser de certa forma trivial.

No decorrer da reunião, a Psicóloga desse abrigo institucional, veio até mim, buscando informações de como proceder diante de algumas situações e, conseqüentemente, com um semblante de preocupação, trouxe como ela estava sendo vista pela secretaria (profissionais) de desenvolvimento social de seu município e como ela automaticamente se via. Determinada Psicóloga trouxe seu repertório vasto de conhecimento, juntamente com sua bagagem clínica e educacional. Sua formação tinha se concentrado, durante dez anos após sua graduação na Psicologia Educacional com ênfase na psicanálise, posteriormente fazendo um curso de

pedagogia para complementar seu conhecimento. Compartilhou suas dificuldades e o modo com que vinha desenvolvendo suas atividades profissionais naquele meio, afirmando que estava atendendo no formato clínico na abordagem psicanalítica a algumas famílias e às próprias crianças do abrigo institucional, mas que, nesse processo, houve um atrito com uma das mães que tinha perdido a guarda de seu filho. Calmamente, a escutei e, ao mesmo tempo, um conjunto de imagens pertinentes a minha memória se estruturou, trazendo os meus primeiros passos como Psicólogo, no município localizado ao norte de Minas, ao qual me referi como sendo o meu primeiro local de trabalho. Minha formação não havia proporcionado qualquer ênfase na assistência social. Minha concepção estava voltada para o formato clínico e, igualmente, respaldado na linha psicanalítica, passando assim por dificuldades no desenvolvimento de uma sequência de acompanhamentos e uma resposta ideal para o qual o sistema exigia. A associação livre, método este utilizado na psicanálise, era de fato difícil exercê-la, a instabilidade metodológica a ser implementada dentro da dinâmica da atuação do Psicólogo, ficava cada vez mais visível, ignorando assim um olhar distante das engrenagens de um mundo positivista presente desde os primeiros passos no campo educacional.

Ative-me em discutir com ela todo o processo que envolvia o Sistema Único de Assistência Social, como o interesse de nosso Conselho Federal de Psicologia na construção de um manual técnico para o exercício do profissional, organizado pelo CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

No decorrer da conversa com essa profissional, ela trazendo suas angústias e suas metodologias de trabalho, pontuou que foi a própria gestora da pasta de desenvolvimento social de seu município que pediu esse tipo de atendimento. Determinada informação me causou estranheza, por conta de vários cursos no campo, onde era pontuado o impedimento do desenvolvimento de atendimento clínico, na pasta de assistência social, por conta da diretividade e acompanhamento de vários membros da família a serem trabalhados com certo objetivo. Essa conduta, é tratada com cuidado pelo código de ética profissional. No entanto, observei o empenho e sua capacidade para desenvolver certa metodologia, à qual demonstrava um amplo domínio e sua inquietação, por não aceitar fazer de forma diferente o que entendia desenvolver de forma tão bem elaborada. Sua verdade vinha se modificando e, ao mesmo tempo, suas dúvidas aumentando. Colocando-me em seu lugar, me vendo no início do meu exercício profissional, senti que, igualmente, àquela época, minhas verdades e meu formato de trabalho se modificaram.

No entanto, agora, para mim, era o momento de me reinventar e me tornar apto a dialogar com adaptação automática imposta pelo sistema. Moldando o sistema vigente para o

meu repertório de conhecimento, deixando o engessamento de lado e se tornando coeso com minhas crenças teóricas, buscando comprometimento ético para com o próximo. Não era o momento de se deixar levar pela incompletude com que determinado meio proporcionava, percebendo, dessa forma, mais uma vez, o processo de semiformação que nós, como Psicólogos, estamos inseridos, bem como todos os profissionais que fazem parte dessa política pública.

4 A SEMIFORMAÇÃO COMO FORMAÇÃO CULTURAL

O desenvolvimento da prática profissional atrelado ao consultório clínico e à Psicologia Social exercida nas atividades do SUAS, somado ao programa de Mestrado da Universidade Federal de Lavras, proporcionou a origem de uma linha crítica diferente da que fora constituída anteriormente.

Até então, a atribuição profissional se direcionava para a emancipação. A não evolução dos objetivos, automaticamente proporcionava a identificação dos complicadores, levando a simplificação e implicação das falhas aos agentes políticos inseridos na esfera pública de gestão. A crítica se direcionava a não compreensão e dedicação desses agentes com as tipificações e leis que amparavam as atividades do Sistema Único de Assistência Social, bem como a descrença em sua base teórica. Ao me aprofundar no por quê dessa não dedicação, o material Adorniano e demais referências, na mesma temática, proporcionaram um direcionamento distinto da concepção crítica que até então se valia.

Começamos por um discurso presente e constante, “a busca pela emancipação” Pela emancipação, se desenvolve a independência do sujeito em relação ao Estado, deixando de lado o depender de benefícios, acompanhamento profissional, e, que se torne sujeito de ação, protagonismo empoderado e capaz de se prover. No entanto, o que sedimentou o caminho para o sujeito emancipado? Adaptação pura ou esclarecimento?

Um sujeito constituído pelo que é chamado por Kant (2010) de uso público da razão dotada de esclarecimento, se nega a adaptação pura, pois esta não reserva nada além de um substrato de personalidade. Condena aquilo que se chama de emancipação no dia a dia da política pública de assistência social. Mas, a confiança no complexo repertório de leis que fundamentam e tipificam essa política pública, acabam por deixar refém daquilo que é dado, adaptado, resultando na não exploração das condições entrelaçadas de representações sociais. Contentamos com a menoridade.

Para se desprender dessa lógica, para abandonar a menoridade é necessário ir além de uma base dada por um formato engessado. O primeiro passo se dá na compreensão do que é esclarecimento. Para Kant (2010, p. 63):

Esclarecimento (Aufklärung) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo

sem a direção de outrem [...]. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento. Tal é o lema do esclarecimento.

A partir do esclarecimento, o sujeito passa a desenvolver o caminho para superar a menoridade. Aponta a preguiça e a covardia como atribuições responsáveis para que o homem se mantenha menor, não alcance o processo de esclarecimento e não se sirva do seu próprio entendimento. “É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes do meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tenha consciência, um método que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então, não preciso de esforçar-me eu mesmo” (KANT, 2010, p. 64). No entanto, aponta o quanto é difícil alcançar maioridade, uma vez que a menoridade, diante dos ditames e relações empíricas se faz como uma segunda natureza. O homem se apega às condições postas a ele.

Emancipar-se, portanto, diante dessa premissa, se faz arduamente complexo, mesmo possuindo um repertório de leis que buscam essa premissa, pelo menos em seu discurso.

É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou, antes, do abuso de seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade. Quem deles se livrasse só seria capaz de dar um salto inseguro mesmo sobre o mais estreito fosso, porque não está habituado a este movimento livre. Por isso são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação do próprio espírito, emergir da menoridade e empreender então uma marcha segura (KANT, 2010, p. 64).

Em uma sociedade moldada pelo capitalismo monopolista, a liberdade se endurece cada vez mais, deturpando o entendimento e significado de liberdade, passando esta a se pautar pela capacidade de ir até uma prateleira e consumir aquilo que é fornecido. O homem passa a legitimar suas ações, através das relações de troca em um sistema capital. Continuando, Kant (2010) afirma que o esclarecimento não se faria de difícil alcance, quando exercida a verdadeira liberdade, mesmo a mais inofensiva de todas as liberdades. Indica, para isso, o uso público da razão em todas as esferas. Mas que esta, está atrelada a um sistema que vocifera, não raciocina, impondo limitação de liberdade. Para o enfrentamento dessa condição, ele adota o uso público da razão que, somente livre, pode ser capaz de propagar o esclarecimento entre os homens. Mas, o que se vê cada vez mais nas relações sociais é o uso privado da razão.

Entendo, contudo, sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado. Denomino uso privado aquele que o sábio pode fazer de sua razão em um certo cargo público ou função a ele confiado. Ora, para muitas profissões que se exercem no interesse da comunidade, é necessário um certo mecanismo, em virtude do qual alguns membros da comunidade devem comportar-se de modo exclusivamente passivo para serem conduzidos pelo governo, mediante uma unanimidade artificial, para finalidades públicas, ou pelo menos devem ser contidos para não destruir essa finalidade. Em casos tais, não é sem dúvida permitido raciocinar, mas deve-se obedecer (KANT, 2010, p. 66).

Apesar da razão privada ser ponderante, esta se desenvolve de um todo, não conseguindo evitar a crítica ou o pensamento crítico daquilo que se constitui na sua origem, podendo o sujeito raciocinar de uma forma que se desliga de suas tarefas imputadas pela instituição à qual presta seu serviço.

Por um lado, temos a preguiça e a conformidade em que o homem se desenvolve, como resultante se mantém na minoridade. Paralelamente, temos a liberdade como ferramenta essencial para a ascensão à maioria. O uso público da razão serviria para expressar o conhecimento e uma racionalidade para o todo, podendo se servir de mais contemplações, realizando aquilo que Adorno (2010, p. 13) enfatiza em Teoria da Semiformação como, “quanto mais lúcido o singular, mais lúcido o todo”. Uma sociedade capaz de se constituir de maneira independente, se utilizando da formação para alcançar uma sociedade livre.

Ao acessar essa referência bibliográfica, a concepção de emancipação se movimenta para uma direção distinta, trazendo novo foco na abordagem. Agora, o processo formativo vigente nessa política pública ganha contornos de uma relação total. Aquele que desenvolve suas atividades e o que carece de seus serviços, ampliando a responsabilidade como Psicólogo, trazendo à tona princípios éticos, perguntando-se onde se atrelam os sentidos para o exercício da função. Kant (2010) conclui que não vivemos em uma sociedade esclarecida, mas em uma época propícia ao esclarecimento, no qual o homem apenas pode retardar o esclarecimento, mas insistir na renúncia, mesmo que em caráter pessoal, significaria o assassinato do direito sagrado reservado à humanidade.

4.1 A semiformação cultural em Adorno e demais contribuições

Uma forma de trazer para nossa compreensão aquilo que Adorno colocou como semiformação cultural, se passa também, pela compreensão do conceito de indústria cultural, esboçado primeiramente na obra “dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos”. Nessa

obra, o autor nos fornece, no do capítulo “indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, um indicativo para a forte tendência em nos moldar por uma complexa cadeia capital que visa à concentração de um formato quantitativo e delineador das nossas relações sociais, assassino de nossa liberdade e capaz de moldar o que se faz como esclarecimento;

O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100).

O autor pondera como a indústria se desenvolve, por meio de suas prerrogativas financeiras, moldando aquilo que se mostra essencial para a condição de vida básica, do mínimo necessário. Não há inserção cultural, o que é trazido anula, por completo, a capacidade de o sujeito manifestar o que é de si. Determinada condição é propagada pelos meios de comunicação que, naquele momento, começavam a se expandir, tencionando uma reflexão profunda sobre o que se constituía e como se fundamentava.

Para isso, as indústrias, principalmente as cinematográficas e as mídias responsáveis pela comunicação, fomentam segmentos, padronizações como pondera Adorno e Horkheimer (1985, p. 100):

Os padrões teriam resultados originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a própria racionalidade da dominação.

O que é trazido como fator fundante de formação se faz pelo crivo do capital, embasado em fatores técnicos científicos aptos a inserir um formato equânime de sentimento normativo. Essa premissa se passa pela tendência social objetiva, à qual Adorno e Horkheimer (1985) ponderam estar nas mãos da capacidade subjetiva de diretores cinematográficos e aqui arrisco a expandir essa leitura a todos os atores que exercem figuras de liderança, gestão, considerando as relações objetivas.

Determinados interesses acabam sendo direcionados por grandes capitais, conforme Adorno e Horkheimer (1985). Esse caminho apresenta um direcionamento possível para todos,

“cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu level, previamente caracterizado por certos sinais, a escolher a categoria dos produtos [...] para seu tipo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 102). Assim reafirma, pelo capitalismo monopolista, a necessidade que se transpõe como medida de força para que o mundo passe pelo filtro, crivo da indústria cultural.

Essa violência contra a possibilidade de expressão da individualidade, sempre oprimida, se mostra como fatores preponderantes de representações culturais e modos afirmativos, anula a capacidade de percepção da realidade que é dada de forma nua e crua.

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 105).

A relevância desse apontamento introduz, de forma perspicaz, a reflexão sobre a concepção de cultura presente em nossa contemporaneidade, principalmente quando dela pode-se conjecturar o direcionamento formativo que se faz palpável atualmente.

A relação entre a indústria cultural e a formação cultural se assimilam de uma forma única, remetendo aquilo que Adorno (2010) caracterizou como duplo caráter da cultura, que se constitui a partir das diferenças existentes no bojo social, presentes em uma sociedade que visa à adaptação e, para isso, se prende a um formato já constituído, que impede a singularidade de se expressar e, até mesmo, de se constituir como sujeito dotado de singularidade, passando este a ser heterônomo. Dessa forma, a cultura passa a não ter condições de solucionar essa especificidade por si só, pois ela se origina das relações edificadas pela indústria cultural. O entendimento dos momentos parciais, individuais se tensionam, a partir do conhecimento de cada caso presente no interior da totalidade social. Ou seja, os movimentos parciais são entendidos, por uma totalidade social, e, com isso, nasce a necessidade de entender como se dá a base da formação cultural (ADORNO, 2010).

Ao visualizar o campo das relações sociais do sujeito heterônomo, aquele que se faz pela sugestão do outrem, pautado e constituído pelas mesmas bases, se estabelece a semiformação. “A formação cultural agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede” (ADORNO, 2010, p. 9). A formação cultural passa a ser semiformação. Nada escapa da socialização.

A indústria cultural pega pra si a responsabilidade de desenvolver os padrões de socialização, ditando o que, de fato, se torna viável obter, ser, em um seio civilizatório. Não há relação de base singular, e aquilo que propõe um repertório distinto, uma reflexão que proporciona uma cisão social que está dada entre o trabalho do corpo e trabalho do espírito, se reserva ao isolamento.

Adorno discute até que ponto o esclarecimento poderia ser real e emancipador, uma vez que todas as amarras de constituição do sujeito estão atreladas a valores superficiais que não dialogam com a verdadeira formação cultural:

A formação devia ser aquela que dissesse respeito – de uma maneira pura como seu própria espírito – ao indivíduo livre e radicado em sua própria consciência, ainda que não tivesse deixado de atuar na sociedade e sublimasse seus impulsos. A formação era tida como condição implícita a uma sociedade autônoma: quanto mais lúcido o singular, mais lúcido o todo. Contraditoriamente, no entanto, sua relação como uma práxis ulterior apresentou-se como degradação a algo heterônomo, como percepção de vantagens de uma irresolvida *bellum omnium contra omnes*. Sem dúvida, na idéia de formação cultural, necessariamente se postula a situação de uma humanidade sem *status* e sem exploração. Quando se denigre na prática dos fins particulares e se rebaixa diante dos que se honram com um trabalho socialmente útil, trai-se a si mesma. Não inocenta por sua ingenuidade, e faz-se ideologia (ADORNO, 2010, p. 13).

Partindo dessa lógica, lógica fundamentada no conceito de formação cultural trazida por Theodor Adorno, percebemos o quão importante passa a ser o exercício profissional do Psicólogo, dentro da esfera de proteção social especial do SUAS. Clareando a inconstância recheada de incongruências e, até mesmo, a naturalidade na reprodução do mesmo padrão vigente, percebe-se o sujeito, como uma peça para engrenagem do sistema capital, altamente moldado pelo capitalismo monopolista. A formação, como modo de esclarecimento para que alcancemos uma unidade mais lúcida e por consequência autônoma, se perde diante da presença do espírito alienado, que se origina das relações que são dadas por representações objetivas, consagrando uma guerra entre sujeitos, com a intenção de se estruturarem e perseverarem. A sociedade liberal perde seu sentido, quando se desenvolve apenas pelas relações econômicas, se torna sem sentido falar em formação cultural.

A realidade exposta em relação à formação propõe uma compreensão e capacidade de constituir um nível de entendimento amplo, diante de uma realidade que se molda, por meio de padrões objetivos e econômicos. De forma não correlacionada pela referência bibliográfica, a autora Ana M. Bock, traz a importância de compreensão da subjetividade presente, em nossa sociedade, condicionando sua formação aos fatores objetivos presentes nas relações sociais,

trazendo um conjunto de ideologia que se instala, quando o profissional Psicólogo apenas se reduz a um sistema positivista, para desenvolver sua atividade como Psicólogo, agora Social (BOCK, 2016).

Adorno (2010), ao mesmo tempo em que nos coloca a mercê das representações subjetivas moldadas pela objetividade, expõe o formato da cultura que se dá para a propagação da semiformação. Alerta para o risco de se deixar definir pela cultura, uma vez que esta se faz pelas mesmas relações objetivas presentes na sociedade. Ao mesmo tempo, expõe a capacidade da indústria cultural em propagar a realidade semiculta, nos trazendo um forte paralelo com, mais uma vez, a capacidade do capitalismo monopolista se fazer presente na vida dos indivíduos, impondo condições e fazendo destas uma realidade a ser vivida e distante de se negar. Aquilo que se vende, se torna necessário para a sobrevivência, mesmo que esta não seja de subsistência.

Ao contrário da semiformação, para a possibilidade de formação, Adorno destaca a não utilização da cultura correlacionada a algo sagrado, como detentor do desenvolvimento formativo. Adorno, se posiciona da seguinte forma:

Por fim, na linguagem da filosofia pura, a cultura converteu-se, satisfeita de si mesma, em um valor. Sua autarquia deve ser creditada à grandiosa metafísica especulativa e à música, que a ela se uniu intimamente em seu desenvolvimento; mas em tal espiritualização da cultura está já, ao mesmo tempo, virtualmente conformada sua impotência e entregue a vida real dos homens às relações cegamente existentes e cegamente mutantes. Perante isso a cultura não é indiferente. Max Frisch observou que havia pessoas que se dedicavam, com paixão e compreensão, aos chamados bens culturais, e, no entanto, puderam encarregar-se tranquilamente da práxis assassina do nacional-socialismo (ADORNO, 2010, p. 10).

A cultura passa a ser moldada, diante o que é imposto pela indústria cultural, caracterizando um poder absoluto sobre o indivíduo, e, servindo como alicerce para a formação, agora semiformação. Sua base constrói pilares que servem apenas para ilustrar, ao contrário do pensar, a constituição da razão, por meio da representação do todo, envolvendo fontes empíricas do conhecimento. A cultura se faz conformada e moldada por padrões positivistas, entregue tudo aquilo que é tocado pelo homem, dando margem para compreender a participação de homens inundados dos chamados bens culturais na prática assassina do nacional-socialismo. Esta se torna pilar para a semiformação. “A formação que se esquece disso, que descansa em si mesma e se absolutiza, acaba por converter-se em semiformação” (ADORNO, 2010, p. 10).

O movimento de formação passa a ser controlado, propício à reprodução, por meio de representações sociais que nos levam a uma adaptação cega, capaz de evitar um viés educativo presente nas relações entre os homens, educando uns aos outros. A adaptação reforça a concepção de um social fragmentado, incapaz de cindir com possíveis situações de não questionamento, de elevar uma tradição de espírito independente culturalmente.

Assim, o conceito de formação tinha em seu objetivo uma domesticação do homem, refutando aquilo que Kant (2010) trazia como fatores ponderantes para a não conquista do esclarecimento e emancipação. O ócio, a acomodação, já não se tornam mais capazes de explicar por si só o não esclarecimento. Instalam-se normativas sociais que nos privam de uma formação dita por completa e pura. A sociedade passa a se tornar inteiramente adaptada, preservando conceito darwinista, survival of the fittest, premiando os mais fortes e prevalecendo o individualismo. Uma sociedade congelada em categorias fixas, que quando isoladas, entram em constantes contradições em seus sentidos, dando origem a uma formação regressiva, pautada por mera ideologia (ADORNO, 2010).

Se na ideia de formação ressoam momentos de finalidade, esses deveriam, em consequência, tornar os indivíduos aptos a se afirmarem como racionais numa sociedade racional, como livres numa sociedade livre. No modelo liberal, isso seria tanto mais bem atingido quanto mais cada um estivesse formado por si mesmo. E quanto menos as relações sociais, em especial as diferenças econômicas, cumprem essa promessa, tanto mais energicamente se estará proibido de pensar no sentido e na finalidade da formação cultural (ADORNO, 2010, p. 13).

O modelo liberal adota prerrogativas que impossibilitam a concepção de formação, conforme já exposto acima, pois o sujeito submete-se, adapta-se, diante aquilo que se apresenta como uma limitação ante ao existente, sua natureza, origem. Uma pulsão presente nas relações sociais, como base para se relacionar, moldado para o existente e retroalimentando um sistema firmado por categorias fixas.

Essa concepção, segundo Adorno (2010), ganha contornos substanciais, quando a burguesia, na Inglaterra do século XVII e França no século XVIII, consegue se destacar economicamente e conscientemente do sistema feudal, dando origem ao processo de formação cultural, se tornando capaz de administrar suas tarefas e bens. Essa formação cultural foi capaz de expandir, originando os operários, empresário, gerentes. Quando a sociedade burguesa se consolida, tudo passa a se encaixar em termos, classe sociais, sendo tardia a preocupação por teorias sociais que exploram a dinâmica vigente, uma vez que todas as classes já se moldavam por posicionamentos economicamente objetivos. “Os dominantes monopolizaram a formação

cultural numa sociedade formalmente vazia. A desumanização implantada pelo processo capitalista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para a formação e, acima de tudo, o ócio” (ADORNO, 2010, p. 14).

O que se origina se faz por semiformação, que se espalha, impulsionado por veículos de comunicação de massa, promovendo suas programações, ditando novas referências para o processo semiformativo, se adaptando às tecnologias das ciências positivistas desenvolvidas para repassar determinado modelo. De uma heteronomia à outra, não havendo tempo do conceito origem de formação cultural na época da ascensão burguesa se formar.

Tudo se constitui, se mantém, através do termo da sociologia que Adorno se apropria chamado integração:

Para a consciência, as barreiras sociais são subjetivamente, cada vez mais fluidas, como se vê há tanto tempo na América. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles para os quais nada existe de muito elevado ou caro. Isso se consegue ao ajustar-se o conteúdo da formação, pelos mecanismos de mercado, à consciência dos que foram excluídos do privilégio da cultura - e que tinham mesmo de ser os primeiros a serem modificados. Esse processo é determinado objetivamente, não se inicia de mala fide (ADORNO, 2010, p. 16).

Anteriormente, o isolamento do sujeito, e as diferenças de condição de capital, mantinham o proletariado excluído da verdadeira formação, e, apesar dos anos que se passaram, o mesmo se desenvolve com aporte de outras representações simbólicas maestradas pelas novas tecnologias de informação. A tecnologia se responsabiliza em fornecer a expressão de cultura semiformada para a massa.

Em contraste com a era liberal, a cultura industrializada, assim como a fascista, pode parecer que desenha os conflitos do capitalismo: mas não pode parecer que renuncia à ameaça de castração. Esta constitui toda sua essência. Ela sobrevive ao alinhamento organizado dos costumes, nos choques dos homens divididos, nos alegres filmes por eles produzidos, sobrevive, por fim, na realidade. Hoje, decisivo não é mais o puritanismo, embora ele continue a se fazer valer por intermédio das associações femininas, mas a necessidade extrínseca ao sistema de não largar o consumidor, de não lhe dar a sensação de que é possível opor resistência. O princípio básico consiste em lhe apresentar tanto as necessidades como tais, que podem ser satisfeitas pela indústria cultural, quanto por outro lado organizar antecipadamente essas necessidades de modo que o consumidor a elas se prenda, sempre e apenas como eterno consumidor, como objeto da indústria cultural. Esta não apenas lhe inculca que no engano se encontra a sua realização, como ainda lhe faz compreender que, de qualquer modo se deve contentar com o que é oferecido (ADORNO, 2002, p. 37).

As amarras do sistema capital impõem conceitos e dogmas, símbolos de difícil superação. Tudo se encaixa em um movimento que impede as pulsões básicas instintuais. A autonomia que se prega pela da concepção liberal não se materializa de forma completa, plena, para acesso à verdadeira formação cultural. As relações de poder não permitem contradições, pois as condições para o desenvolvimento material condicionam, automaticamente, a não construção de conteúdos formativos. Este poder, sempre crescente nas relações sociais, nega aos impotentes, carentes de formação, tanto quanto aos poderosos, a possibilidade de autonomia inculcada nos alicerces da real formação e como bem frisa Adorno (2010, p. 37), “mas não pode parecer que renuncia à ameaça de castração. Esta constitui toda sua essência”.

Esse movimento da integração, para Adorno (2010) proporcionar um nivelamento entre as classes sociais caracterizando valores, símbolos ou padrões a serem seguidos, mas pondera que o nivelamento ocorre na esfera psicossocial mediante as flutuações pessoais. Esse movimento se mostra enrijecido quando todos buscam seu conhecimento ou suas satisfações, pelo mesmo padrão constituído objetivamente. Resta apenas que os mais favorecidos hierarquicamente, os representem e sirvam como modeladores, meros reprodutores de um status quo. Sobre isso Adorno (2010, p. 18) afirma:

É possível que inúmeros trabalhadores, pequenos empregados e outros grupos, graças à sua consciência de classe ainda viva, embora debilitada, não caiam nas malhas da semiformação. Porém, estas são tão fortes com base na produção, seu estabelecimento está tão de acordo com os interesses decisivos e acomodam-se tanto às manifestações culturais atuais, que sua representatividade se impõe, mesmo sem a chancela da estatística. No entanto, é ainda a formação cultural tradicional, mesmo que questionável, o único conceito que serve de antítese à semiformação socializada, o que expressa a gravidade de uma situação que não conta com outro critério, pois se descuidou de suas possibilidades.

A possibilidade de uma emancipação se distancia do contexto real, pois o todo não é capaz de expressar o individual/singular, fragmentando aquilo que se entende como cultura, viabilizando seu duplo caráter. Segundo o autor, apesar de afirmar a condição de reprodução da semiformação, não há como afirmar que todos são semiformados e semicultos. Pondera apenas uma tendência à manifestação da semiformação como formação cultural. O mesmo que se desvencilha das amarras, está sujeito a reproduzir determinadas tendências impostas pelo conjunto de valores simbólicos que se constituem nas reproduções da indústria cultural.

No clima da semiformação, os conteúdos objetivos, coisificados e com caráter de mercadoria da formação cultural perduram à custa de seu conteúdo

de verdade e de suas relações vivas com o sujeito vivo, o qual, de certo modo, corresponde à sua definição [...]. Da formação só participa, para sua dita ou desdita, indivíduos singulares que não caíram inteiramente no crisol (ADORNO, 2010, p. 19).

No entanto, a indústria cultural faz o papel, com suas respectivas tecnologias midiáticas de propagar a semiformação, pela identificação, ideal do eu. Determinada situação se faz visível quando algo de relevante em um local se desenvolve como um valor útil e pré-moldado voltado para a convivência. O capital, predeterminou sua relação antes mesmo de entender qual o sentido o indivíduo pode dar a si mesmo, não compreendendo sua real essência.

O moldar se constitui, conforme citado ao longo da dissertação, em um subjetivo que se origina de condições objetivas, onde Crochík (2011, p. 14) pondera sobre essas premissas:

a formação do indivíduo por meio dessa perspectiva cultural - redução da cultura à mercadoria - seria propícia não ao desenvolvimento de uma interioridade, mas à contínua exteriorização ou projeção, posto que a identificação forjada com as imagens da publicidade que não se distinguem mais das mercadorias é, no capitalismo, voltada à reprodução do capital: ou como reprodução da força de trabalho ou como ampliação do lucro, e não objetiva que o indivíduo se torne diferente do que já é.

A formação cultural do indivíduo fica à mercê das condições impostas pela indústria cultural, levando-o ao estado de conformação da sociedade já existente, limitando sua percepção, cognição e sensibilidade. Inviabilizando a percepção da condição do indivíduo de se tornar sujeito composto por sua singularidade, de dar voz a sua sensibilidade, responsável por torná-lo capaz de moldar um indivíduo independente do objeto. Há uma evasão do olhar sobre a essência do objeto e como este repercute nas relações do homem. Portanto, nossa formação não se faz independente da razão instrumental operante em uma sociedade capitalista, e esta se faz parte da sociedade industrial que é representada por leis, normas e indicativos bases que são postos a fim de não observar as particularidades dos objetos, e sim moldar todas essas representações do objeto para uma convivência social limítrofe e pragmática (CROCHÍK, 2011).

“A percepção do mundo é reduzida às formas existentes, tarefa cumprida com êxito pela indústria cultural, que molda o mundo a ser apresentado, segundo as convivências de seus patrocinadores” (CROCHÍK, 2011, p. 16). Tal tendência é potencializada pelas amarras do capital, levando a um pensamento que gera a barbárie, incapaz de perceber a sensibilidade individual e responsável por alastrar a coisificação. Essa relação gera a regressão da cultura

perante a racionalidade da sociedade, impedindo a capacidade de realização da crítica, de observar o real sentido dos objetos e representações sociais históricas que se originam dessa relação. “A crítica se reduz à possibilidade do aperfeiçoamento do existente, de aperfeiçoar os mecanismos de dominação existentes” (CROCHÍK, 2011, p. 16).

Certa condição, conforme trazido por Adorno, ganha força pela a identificação, que, segundo Laplanche e Pontalis (1992, p. 226) se “constitui de um processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro”. Simbolicamente, em uma sociedade que prima a relação imposta pela indústria cultural, propícia a semiformação, moldando o subjetivo, o íntimo por forças objetivas, reprodutoras de expressões tomadas pelo princípio positivista e instrumental, desconsideram a importância do objeto social/relações sociais puras, anulando as prerrogativas de observar aquilo de interno no sujeito.

A vida, modelada até suas últimas ramificações pelo princípio de equivalência, esgota-se na reprodução de si mesma, na reiteração do sistema, e suas exigências descarregam-se sobre os indivíduos tão dura e despoticamente que cada um deles não pode manter-se firme contra elas como condutor de sua própria vida, nem incorporá-las como algo específico da condição humana. Daí que a existência desconsolada, a alma, que não atingiu seu direito divino na vida, tenha necessidade de substituir as perdas imagens por meio da semiformação (ADORNO, 2010, p. 19).

A vida moldada por determinados delineadores que se fazem pelas relações objetivas, impede a concepção do excêntrico, e diante do vazio, se conforma na adoção de mecanismos adaptativos. A semiformação acaba por modificar a vida sensorial. “No entanto, como a formação cultural e diferenciação se equivalem, se eliminarmos os momentos de diferenciação - cuja origem é social e que constituem a formação -, em seu lugar aparece um sucedâneo” (ADORNO, 2010, p. 25). O autor nos mostra a capacidade de substituição contida em uma sociedade que se desenvolve diante bases normatizadoras, cuja formação é absorvida por novas representações simbólicas. O status, como bem observa Adorno (2010), nunca esteve ausente, estando presente, desde a constituição da sociedade burguesa, impondo uma administração imediata correlacionando a semiformação a um espírito conquistado pelo fetiche da mercadoria. Sobre Fetiche da Mercadoria, Rodrigues, Farias e Castro (2013, p. 13) pontuam:

O fetiche da mercadoria, conforme Marx (1994), é produzido pelas mãos dos homens, socialmente organizados como objetos, como coisas que, ao produzirem valor, também adquirem a condição de expressarem seus valores

e se tornarem componentes do mundo das mercadorias. Marx (1994) compreende o fetiche da mercadoria, sua dimensão misteriosa a partir da forma como a mercadoria é produzida, a partir da conversão do trabalho humano concreto em trabalho humano abstrato, passível de ser medido, em horas, em minutos, em segundos, e por isso passível de ser usado tanto para reproduzir a força que o substancia, quanto para produzir mais e mais valores; tempo que se corporifica em coisas e assim pode ser trocado com outras coisas, que não passam de tempo de trabalho não pago.

A liberdade defendida por Kant (2010), base para o esclarecimento se mostra ausente, vazia de força, fruto de uma totalidade coercitiva. Portanto, a subjetividade, segundo Crochík (2011) se faz estagnada incapaz de se desenvolver a partir da uma interiorização da cultura, pois a experiência individual e singular se torna cada vez mais suprimida quando sua história é substituída continuamente pelo indivíduo que precisa se adaptar a cada nova situação, impotente de perceber e tencionar sua antiga condição, mas que, dessa forma, atinja seus objetivos de forma a não raciocinar. Segundo Crochík (2010), a formação do indivíduo se mostra pela capacidade de associação sujeito-objeto, e, ao predominar um sobre o outro indica problemas em seu desenvolvimento. Existe uma falsa projeção pautada na predominância do sujeito sobre o objeto, resultando em um idealismo e paranóia, e, a sobreposição do objeto sobre o sujeito resulta em um positivismo.

No primeiro caso, o indivíduo projeta-se sem controle sobre o objeto, esse é só ocasião de seu delírio; no segundo, o controle da projeção só permite a reprodução do que é percebido. O verdadeiro conhecimento deveria ocorrer pelo movimento conjunto da projeção e seu controle [...] No conhecimento defendido pelo Positivismo, não há a alegada neutralidade científica, mas a negação da projeção, projeção essa representada pelo método (CROCHÍK, 2011, p. 20).

O indivíduo, na busca pela compreensão do objeto, projeta aquilo que entende como absoluto em si, se tornando mera semelhança coisificada do objeto, incapaz de percebê-lo e apenas condicionado a reproduzi-lo sem entendimento. O controle pelo objeto sobre o indivíduo, se faz mero positivismo, no qual se enganou sobre a neutralidade científica que se faz mais metafísica do que a metafísica que busca extirpar (CROCHÍK, 2011). A antiga metafísica, se fazia capaz de diferenciar o conceito e o objeto, havendo tencionamento entre as duas de forma equânimes, resultado do verdadeiro sentido, sendo esse produto realmente do sujeito. A nova metafísica imposta pelo positivismo proporcionou uma outra forma de pensar o sujeito, resultando no esquecimento de si mesmo, um pensar na forma ausente de conteúdo, sem sua subjetividade. Uma consequência do fetiche da mercadoria.

Determinada crise, entre sujeito e objeto, na qual um se absolutiza sobre o outro, nos direciona para uma constituição de uma pseudocultura, segundo Crochík (2011), no qual há uma valorização da cultura, colocando-a como um fim em si mesma, não considerando a capacidade desta de racionalizar como uma sociedade pode se desenvolver de forma a lutar por condições que impliquem modificações, primando a real liberdade do sujeito. Ao mesmo tempo, a pseudocultura se limita a reproduzir a sociedade como ela é, impondo uma não felicidade ao homem, que recorre a mitos e encantos para suprir uma falta de subjetividade e conhecimento do seu real interesse.

A energia desapareceu das ideias que a formação compreendia e que lhe insuflavam vida. Nem atraem os homens como conhecimento, pois se considera que ficaram muito atrás da ciência, nem lhes servem como normas. Desse modo, a liberdade e a humanidade, em certo grau, perderam sua força resplandecente no interior da totalidade que se enclausurou num sistema coercitivo, já que lhes impede totalmente a sobrevivência (ADORNO, 2010, p. 26).

Adorno refere-se às obras já atingidas pelas representações da semiformação, manifesta pelos interesses editoriais suspeitos de uma seleção social, um público alvo, mas ainda conservadora de formação cultural com resquícios de degradação e que já não atingiam o público jovem. Esse movimento para o autor remete a uma padronização e esquecimento de um processo histórico do qual o sujeito se faz. A cultura, se mostra deturpada e capaz de promover a semiformação. Corrobora ao manifestar que:

O progresso evidente, elevação geral do nível de vida com o desenvolvimento das forças produtivas materiais não se manifesta nas coisas espirituais com efeito benéfico. As desproporções resultantes da transformação mais lenta da superestrutura em relação à infraestrutura aumentaram o retrocesso da consciência. A semiformação assenta-se parasitariamente no cultural lag. Dizer que a técnica e o nível de vida mais alto resultam diretamente no bem da formação, pois assim todos podem chegar ao cultural, é uma ideologia comercial pseudodemocrática (ADORNO, 2010, p. 26).

A indústria cultural modifica a relação simbólica, a tecnologia, que se torna refém do objeto, o positivismo se concentra em adaptar, assemelhar para se tornar um padrão a ser seguido na sociedade, não havendo uma correlação entre classe social alta ser mais bem fomentada por um padrão cultural que se possa chamar de formação cultural e a classe social baixa, automaticamente ser taxada por semiformada. O sistema capital de troca engloba todos e o desenvolvimento da esfera macro limita as possibilidades de percepção de uma lógica deste padrão simbólico. “O positivismo é outra maneira de se pensar a forma sem conteúdo e o

sujeito sem subjetividade” (CROCHÍK, 2011, p. 21). O objeto refém de sua relação pragmática, responsável por todo aparato tecnológico vigente, considerando a validade da obra de Theodor Adorno em seu amplo aspecto, não se faz em condições de prover a formação, pois há limitação no processo de tomada de consciência que resulta em um sentido de ideias, pois em uma sociedade que se diz democrática, com essa base formativa, se torna pseudodemocrática, na qual as formas tomam lugar do sujeito e se fazem referência para um meio de expressão. Essa expressão corrobora para um narcisismo coletivo:

O mundo plenamente colonizado tornou-se ambiente inóspito, deserto: só se procura saber o que de todo modo já se sabe; as pessoas não têm mais o que conversar, pois todos são bem informados e não conseguem ir muito além das informações, o que auxilia a tornar a conversa sobre a política tão superficial quanto a que inicia comentando o clima e termina a “inevitável” corrupção humana (CROCHÍK, 2011, p. 22).

A tecnologia, como afirma Adorno (2010) e pondera Crochík (2011) pelo positivismo, apenas se mostra refém do objeto, reproduzindo uma representação simbólica adaptativa. O conhecimento se perde e aquilo que se faz para a aquisição deste, está carregado por definições constituídas no bojo da semiformação. O nível tecnológico acaba por não permitir a expressão daquilo que Adorno chamou de espírito, a essência da liberdade, contida no começo por um representante, o liberalismo pregado pela burguesia do século XVII. Essa adaptação constante nos direciona àquilo que Freud definiu como compulsão à repetição que, segundo Laplanche e Pontalis (1992, p. 83) “é considerada como um fator autônomo, irreduzível, em última análise, a uma dinâmica conflitual onde só entrasse o jogo conjugado do princípio de prazer e do princípio de realidade. [...] caráter conservador”. Resulta na incapacidade de processar seus conflitos, impossibilitando a reflexão sobre as contradições existentes na relação entre objeto e espírito. Determinada dificuldade em observar essas contradições, de se perceber como sujeito para questionar e modificar a sociedade inundada pela indústria cultural, primando assim por uma sociedade enraizada na liberdade como prega o liberalismo, define e, por consequência, esse sujeito vencido, inapto a perceber sua relação com o objeto, passa a defender o valor imposto pela indústria cultural. “A semiformação é o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria” (ADORNO, 2010, p. 25).

Uma tal consciência contraditória e seu resultado obrigam o indivíduo a afastar da consciência as contradições e por o discurso da competência individual em seu lugar, mas como a contradição é forte, a convicção no discurso é frágil e para se solidificar precisa cada vez mais negar as contradições (CROCHÍK, 2011, p. 24).

O movimento pseudoformado se firma, diante uma compulsão à repetição que limita a capacidade de interpretar e elaborar. Esse movimento não se posiciona para a resolução do conflito, as contradições internas que são constituídas de culpa. Apenas direciona o sujeito para a adaptação, pois este não possui interesse em ser de outra forma. Encontra-se carregado de medo e angústia de ser diferente, de ser excluído, de se constituir uma relação entre o objeto e sujeito e suas consequências, uma real formação.

O constante conflito interno, incapaz de interpretar as contradições presentes na sociedade, gera a compulsão à repetição, fruto de uma mal resolvida tentativa de equilíbrio entre as fontes do princípio de prazer, responsável pela insistente busca para suprir os desejos e, princípio da realidade, originário dos padrões condicionantes para formar a sociedade, esta sendo agente castrador. A sociedade repete e propaga a semiformação, adoece e o ritmo alienante e semiformado se fortalece e impera sobre todos. A semiformação se mostra como a regra geral de convivência. Assim, mesmo presente, “elementos formativos inassimilados fortalecem a reificação da consciência que deveria justamente ser extirpada pela formação” (ADORNO, 2010, p. 29).

4.2 A semiformação na contemporaneidade a partir de uma interpretação psicanalítica

É certo que as tecnologias se desenvolveram de forma considerável, desde os escritos adornianos, sobre a Indústria Cultural contida na Dialética do Esclarecimento, e, posteriormente na Teoria da Semiformação, sendo este último texto chave para entendermos o processo de formação para a atuação do profissional de Psicologia no SUAS. Os aparatos tecnológicos que, na década de cinquenta, ganhavam corpo, já anunciavam sua perpetuação. O que se colocava em cheque não era em si a tecnologia, mas a capacidade do ser humano em se adaptar às definições oriundas das representações sociais moldadas por concepções simbólicas, trazidas por Adorno. Tanto a comunicação quanto o comércio e demais setores de produção ditavam o fluxo dessas representações com o intuito de ampliar seu leque consumidor.

Considerando a normativa de formação cultural instalada pelo fetichismo da mercadoria, geradora de incapacidade de lidar com as contradições de uma reação equânime e projetiva entre o objeto e sujeito, observamos um quadro propositivo, crucial para entendermos como a sociedade e sua civilização se desenvolvem atualmente.

Para esse entendimento, será apresentado, neste subcapítulo, uma interpretação psicanalítica do processo de formação cultural presente em nossa sociedade, se utilizando do texto “mal estar na civilização” de S. Freud, e uma releitura contemporânea desta obra,

realizada por N. Saroldi, perpassando por algumas definições de conceitos, nos quais a psicanálise se debruçou para entender as premissas da constituição do sujeito, como algumas definições a respeito de alguns princípios do campo da sociologia pensada a partir de Adorno e Horkheimer (1985). No entanto, cabe ponderar o não fechamento de uma interpretação psicanalítica apenas e puramente direcionada ao aspecto individual, mas uma visão de um sujeito que se constitui em uma cadeia de representatividade cultural que se atrela ao desenvolvimento do eu, passando esse eu, tendencioso e formativo por símbolos dados já constituídos pelas suas relações com o objeto dado pelo primado sociedade.

Adorno e Horkheimer (1985), em dialética do esclarecimento, no capítulo intitulado “a indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas” pontuaram, segundo observações bem postas por Zuin e Zuin (2017) como a mistificação das massas se utiliza e se faz como isca para introduzir o esclarecimento em suas amarras, conduzidas pela indústria cultural, pois a referência é pautada pela condição de acesso a produtos culturais, vendidos e oferecidos pelo sistema de troca que prima o capital. Essa lógica não serviria para os indivíduos se tornarem livres.

Ao contrário, o consumo desenfreado de tais produtos tenderia a fomentar a disseminação de pensamentos padronizados, das práticas preconceituosas delirantes de uma consciência fragmentada praticamente incapaz de relacionar historicamente o passado com o presente, para que se pudesse pensar um fruto diferente (ZUIN; ZUIN, 2017, p. 424).

Os padrões se moldam de maneira constante e aterradora, capaz de manifestar novas lógicas simbólicas, de grande grande aparato tecnológico. O passado e o presente não se dialogam para uma constituição de uma possível formação cultural, mas há uma unificação de tecnologia com o processo semiformativo, algo semelhante àquilo que Adorno e Horkheimer (1985) trouxeram da diversão advinda e ligada ao prolongamento do trabalho. Essa condição se origina, no e através do sujeito semiformado que, em sua estrutura se adapta à lógica simbólica vigente, pautada em pensamentos padronizados semelhantes às atividades desenvolvidas na prática profissional presente nos escritórios e em fábricas. Assim, esse sujeito, ontologicamente constituído por essa concepção padrão, se identifica com a reprodução desse meio de vida, pelos programas televisivos, rádios, e, atualmente smartphones e telas de computadores. A indústria cultural fornece ao sujeito semiformado condições de crenças e sensibilidade de um formato de vida ideal, levando à diminuição de contradições e passando a ser moldado pelo objeto, sem ponderar as especificidades que possam ser de natureza individual, o singular.

Visando a identificar a base constitutiva do sujeito semiformado que, em seu interior tem em si, a busca pela formação, Freud (2010) em “Mal-estar na Civilização” aponta a dificuldade de realizar a cisão do sujeito e o objeto, onde o Eu do adulto não é o mesmo, desde a sua constituição, sendo este modificado por uma cadeia de situações que se torna de difícil elucidação sistemática e diretiva, considerando a história peculiar de cada indivíduo. Mas, considerando a formação do Eu, ele aponta uma forte assimilação com aquilo que é interno, não havendo um Eu sem representações do inconsciente, interno, pois, apesar de nos levar a crer em sua autonomia, se cinde, quando este se prolonga para o interior, chamado de inconsciente, local onde não existem limitações. No entanto, este Eu, aparenta limites claros e precisos. Esse movimento de constituição, se forma também por representações inconscientes, manifestadas desde a sua infância que, em algum momento, irá exigir, inicialmente, uma contraposição com o objeto que se faz presente externamente, pois a interferência desse objeto poderá acarretar fatores desprazerosos. “Surge a tendência a isolar do Eu tudo o que pode se tornar fonte de tal desprazer, a jogar isso para fora, formando um puro Eu-de-prazer, ao qual se opõe um desconhecido, ameaçador fora” (FREUD, 2010, p. 13). Mas este não consegue se ver livre da reificação presente na nossa sociedade, mediante as experiências com o objeto externo e, assim, aquilo de fora que se faz impossível de renunciar, se introjeta moldando-o interiormente. E o de essência inconsciente que não se faz passível de proporcionar prazer, busca-se expulsar, havendo incompletude por não conseguir êxito.

Chega-se ao procedimento que permite, pela orientação intencional da atividade dos sentidos e ação muscular apropriada, distinguir entre o que é interior - pertencente ao Eu - e o que é exterior - oriundo de um mundo externo -, e com isso se dá o primeiro passo para a instauração do princípio da realidade, que deve dominar a evolução posterior. Essa distinção serve, naturalmente, à intenção prática de defender-se das sensações de desprazer percebidas ou das que ameaçam (FREUD, 2010, p. 13).

Freud nos traz a constituição do indivíduo em uma simbiose com as relações externas, onde a completude de uma formação se daria pela capacidade de alinhar as fontes do Eu interno com o mundo externo. No entanto, esse equilíbrio, se perde quando o homem se vê inundado pelo princípio de prazer, responsável pelo estabelecimento da finalidade da vida. “Este princípio domina o desempenho do aparelho psíquico desde o começo; não há dúvidas quanto a sua adequação, mas seu programa está em desacordo com o mundo inteiro” (FREUD, 2010, p. 21).

O princípio de prazer acaba por beneficiar a semiformação, pois quando o sujeito é tomado pelo desprazer, resulta em uma anulação e distanciamento do objeto da causa. Isso gera acomodação, adaptação, caracterizando em uma incapacidade de lidar com as contradições entre o objeto e o que se origina internamente de cada indivíduo. Esta, em sua constante busca de satisfação, se ampara em diversos segmentos tecnológicos capazes de proporcionar uma fonte de prazer quase que de forma constante, inundando o dia a dia do sujeito, através de vários choques de imagens, distintos entre si, mas com uma única intenção, proporcionar o máximo de prazer e, por consequência, afastar aquilo que de desprazer existente, conforme Saroldi (2011).

Crochík (2011), como já citado, proporciona em seus escritos um olhar sobre a relação do sujeito e objeto e como um se sobrepõe ao outro pela pecha de “solucionar” as contradições. No entanto, percebemos pelo movimento positivista instalado nas relações humanas, o objeto, simbolicamente constituído, dando forma ao sujeito. Freud (2010) elabora um argumento de real substância para entendermos como essa anulação e suposta solução de contradições são postas em nossas relações para nos tornarmos mais coercitivos em relação às dores, decepções e atividades que demandam tempo e que, por muitas vezes, nos mostram ser insolúveis, pois a vida se faz árdua quando se vê necessário se inserir nesse mundo carregado de símbolos moldados pela indústria cultural. Para isso, Freud (2010) alega existirem três recursos paliativos, sendo as poderosas diversões que nos proporcionam um distanciamento daquilo que em sua essência nos incomoda, utilização de gratificações substitutivas e substâncias químicas inebriantes, com intuito de proporcionar uma insensibilidade diante daquilo que nos pressiona, a vida.

[...] o que revela a própria conduta dos homens acerca da finalidade e intenção de sua vida, o que pedem eles da vida e desejam nela alcançar? É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes. Essa busca tem dois lados, uma meta positiva e uma negativa; quer a ausência de dor e desprazer e, por outro lado, a vivência de fortes prazeres. No sentido mais estrito da palavra, “felicidade” se refere apenas à segunda. Correspondendo a essa divisão das metas, a atividade dos homens se desdobra em duas direções, segundo procure realizar um ou outra dessas metas - predominantemente ou mesmo exclusivamente (FREUD, 2010, p. 20).

O autor possibilita a compreensão de como a constituição do indivíduo se dá na esfera social, no qual se apresenta por uma busca constante de se afastar de tudo que possa gerar desprazer, em busca de constantes prazeres. Esse princípio de prazer se instala, segundo Freud

(2010), desde o começo da constituição do aparelho psíquico do ser humano, mas, como já dito, este se desencontra de toda a realidade plausível existente.

É absolutamente inexecutável, todo o arranjo do Universo o contraria; podemos dizer que a intenção de que o homem seja “feliz” não se acha no plano da “Criação”. Aquilo a que chamamos “felicidade” no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente repressivas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico. Quando uma situação desejada pelo princípio do prazer tem prosseguimento, isto resulta apenas em morno bem estar, somos feitos de modo a poder fruir intensamente só o contraste, muito pouco o estado. Logo, nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição. É bem menos difícil experimentar a infelicidade. O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós como forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações como os outros seres humanos (FREUD, 2010, p. 21).

A sociedade nos priva em sua totalidade à aquisição de prazer absoluto, pois sua contemplação está sujeito a uma relação intrínseca com o objeto externo. Esse objeto externo, capaz de fornecer situações que amparam a felicidade do ser humano diante a relação vigente entre eles, acaba por não se conectar de forma intensa e constante com o Eu e suas formas definidas, se tornando assim apenas sensações passageiras. Proporcionar prazer ao sujeito se torna árduo, uma vez que a constituição do aparelho psíquico tem suas peculiaridades, e aquilo que se represa como algo excêntrico e de caráter individual e singular, se perde pelas relações sociais que tem em sua característica essencial o modelo de sociedade capital. Suprir a completude, pela satisfação por aquisição de só prazer, se torna de difícil acesso, pois o que é de origem interna não se estrutura como relação plausível no contexto social. Daí o movimento de castração constante, pois aquilo de essência individual encontra-se inibido de fluir, pois se instala a dor e o medo para nos dizer até onde podemos chegar e, se conseguimos pagar esse preço para a conquista da individualidade prazerosa. Assim se constitui sinais de advertências, o mundo externo que exige adequação, regras de condutas que são postas, pelas relações humanas ditadas por um aparato extenso de determinada simbologia.

Não é de admirar que, sob a pressão destas possibilidade de sofrimento, os indivíduos costumem moderar suas pretensões à felicidade - assim como também o princípio do prazer se converteu no mais modesto princípio da realidade, sob a influência do mundo externo -, se alguém se dá por feliz ao escapar à desgraça e sobreviver ao tormento, se em geral a tarefa de evitar o sofrer impele para o segundo plano a conquistar o prazer [...]. A satisfação irrestrita de todas as necessidades se apresenta como a maneira mais

tentadora de conduzir a vida, mas significa pôr o gozo à frente da cautela, trazendo logo o seu próprio castigo (FREUD, 2010, p. 21).

Freud, em sua obra *Mal-estar na Civilização* nos revela como a religião se configura como pilar para a sensação de amparo para nós, seres humanos, em um sistema civilizatório. No entanto, como a temática religião foge de nosso objetivo, ele nos proporciona outra forma de entender a necessidade de nos sentir amparados de alguma forma, como já citado acima, para alcançar a fonte mais primitiva de prazer que, por muitas vezes, se sucumbe pelo princípio de realidade operante:

A vida, tal como nos coube, é muito difícil para nós, traz demasiadas dores decepções, tarefas insolúveis. Para suportá-la, não podemos dispensar paliativos [...]. Existem três desses recursos, talvez: poderosas diversões, que nos permitem fazer pouco de nossa miséria, gratificação substitutiva, que a diminuem, e substâncias inebriantes, que nos tornam insensíveis a ela (FREUD, 2010, p. 28).

Interessante aqui ressaltar, em nível de relacionamento sobre o posicionamento de Freud, como os três recursos trazidos, e já elaborados de certa maneira, fazem parte da realidade cotidiana de um órgão do SUAS. E o principal, base para a aquisição ou a inundação de forma compulsiva as poderosas diversões, gratificações substitutivas e substâncias inebriantes, o capital. Tal visão se dá no campo dos indivíduos que buscam ter suas necessidades supridas, por amplo aparato da assistência social de benefícios que possibilitam a compra de poderosas diversões e inserção na sociedade capital. Como pessoas com seus vínculos rompidos pelo abuso de substâncias químicas, inebriantes, que proporcionam demasiados prazeres, substituindo a ausência da castração e o princípio da realidade.

Para nós, que propomos o desenvolvimento crítico do profissional de Psicologia e sua base formativa na atividade profissional no âmbito SUAS, discutir como nossas relações simbólicas nos proporcionam uma formação subjetiva que nos condiciona a passar por cima de diversas contradições sem ao menos refletir sobre os motivos de sua existência, em busca de uma satisfação plena, a convocação da teoria e prática daquilo que nos envolve traz no âmago, a princípio, saturamento e, até mesmo, acomodação diante de um prisma social tão forte e, ao mesmo tempo, demasiadamente contraditório, restando apenas julgamento e impossibilitando a crítica negativa.

No entanto, mesmo diante dessa importante concepção teórica que traz à luz potencialidades para entendermos o processo Semiformal ao qual estamos inseridos, cabe ponderar as instâncias, nas quais Freud se debruça, que se instalam nas relações de prazer

presentes em nosso cotidiano. Lidar com o contraditório sempre atinge o âmago de nossa formação como indivíduos, causando a perda daquilo que nós damos conta de perceber, enfrentar e elaborar para, assim, diante de demasiadas contradições, decidirmos o caminho. Mas, para essa realidade, Freud (2010) pontua a intenção de vida que se estabelece nas relações humanas, sempre voltadas para a busca de felicidade, permanecermos felizes, mas pondera a polaridade que se faz existente para que possamos alcançar essa meta, sendo um polo positivo e outro negativo; “quer ausência de dor e desprazer e, por outro lado, a vivência de fortes prazeres” (FREUD, 2010, p. 30). Continua, esboçando que, para atingir a felicidade, concentramo-nos apenas na segunda demanda, estabelecida pela conquista de constantes prazeres, capaz de inundar nossas relações pela felicidade abundante e menos contraditória.

Em continuidade, Freud (2010) demonstra uma relação com o estado do princípio de prazer, sendo este a esfera primordial, à qual nos deparamos para a conquista de nossas experiências mais prazerosas e capazes de anexar a sublime felicidade, mas ressaltou o desacordo que esse princípio estabelece com os padrões pré-moldados pela nossa civilização, “seu programa está em desacordo com o mundo inteiro, tanto no macrocosmo como o microcosmo” (FREUD, 2010, p. 30).

O autor proporciona uma ímpar reflexão a respeito de nossas relações quando percebemos a felicidade como fim para nossos anseios, no entanto pondera que apesar da busca pela felicidade, o universo vigente não proporciona a felicidade plena, pois tal felicidade é vivida pela satisfação repentina de desejos recalcados, insatisfeitos, por situações episódicas, sendo capaz de ofertar um morno bem-estar pautado em contrastes e isento de um estado de felicidade (FREUD, 2010).

Assim, percebendo o princípio de prazer como a base de desenvolvimento humano e sua constante busca de satisfação, as decepções dessa jornada acabam por nos endereçar ao princípio de realidade que se instala diante das decepções existentes pela constante busca do prazer, que leva o indivíduo à desconexão com a rede adaptativa já vigente. Estão postas as relações que primam pela castração, com o intuito de adaptação fortalecida pela compulsão à repetição expulsando as contradições.

4.2.1 Para compreender a sociedade: concepção de Sociologia e Indivíduo

Observamos, através da construção crítica a respeito do processo de formação, ricos conceitos sobre a capacidade do ser humano de se moldar pelas relações sociais objetivas, mostrando a importância para o profissional de Psicologia em sua atividade profissional no

SUAS, a necessidade de alimentação de um conhecimento que prima por características sociológicas para direcionar suas projeções teóricas à atividades práticas. Nesse momento, há certo desamparo sobre uma perspectiva mais ampla dessa atividade profissional, uma vez que da Psicologia não resgatamos todas as respostas para um desenvolvimento mais coeso com o processo formativo, presente na atividade profissional e usuários do SUAS. O exercício profissional se passa em um órgão responsável por atividades no campo sociológico, mas o que dessa sociologia, desse campo sociológico nós, como profissionais, conhecemos?

Nesse ponto, observações acerca de estudos sobre a sociologia trazidos por Adorno e Horkheimer apontam características negativas do desenvolvimento do conceito sociológico que visam à compreensão das relações sociais, a partir de uma lógica individualista. Pontuam que “o problema decisivo, que é o da finalidade a ser servida por toda e qualquer obra, não foi equacionado. Esquecem-se de que a sociologia é “uma parte organizada da cultura” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p. 18). Nesse processo, a sociologia perde a sua razão de ser, convertendo-se em instrumentos de interesses socialmente poderosos; e, por último, perde a sua liberdade intelectual, como ocorre nos sistemas totalitários. A sociedade ludibria o homem de ciência com as supostas exigências concretas que lhe impõe, nega- lhe o tempo e a independência necessários à meditação e restringe o seu horizonte e fenômenos exteriores. O aspecto político dessa tendência consiste num conformismo regressivo.

Explicar a realidade significa sempre romper o círculo da duplicação. Crítica não significa, neste caso, subjetivismo mas confronto da coisa com o seu próprio conceito. O dado só se oferece a uma visão que o considere sob o aspecto de um verdadeiro interesse, seja de uma sociedade livre, de um Estado justo ou do desenvolvimento da humanidade. É quem não compara as coisas humanas com o que elas querem significar, vê as não só de uma forma superficial, mas definitivamente falsa (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p. 21).

Dessa forma, a sociologia que não se preocupa em ocupar um espaço que desenvolva um ponto crítico para a construção da superação de uma relação do sujeito com o mundo material aponta o início das contradições constantes nas relações sociais e diretamente sua relação e formação de seu mundo objetivo. Determinada ação quando não observada, gera uma adaptação cega e meramente ilustrativa, tornando a sociologia um mero instrumento mediador das relações e não tensionador, que visa às explicações dos porquês intensivos na relação entre o práxis e a teoria e, conseqüentemente, sujeito e objeto.

Observa-se uma capacidade na Teoria Crítica, quando objetivamos expressar uma reflexão crítica da formação do profissional de Psicologia no âmbito SUAS, que nos leva a

realizar uma leitura em algumas obras da Escola de Frankfurt, percebendo a complexidade de exercer a atividade fim com as devidas linhas sendo tensionados para um caminho que nos distancie da semiformação cultural. Não somente o profissional é afetado pela semiformação que as linhas capitais proporcionam, mas a população de quem carece sua atividade, uma vez que no aparato simbólico presente no social, em nossas relações pessoais e com a teoria se faz superficial e de poucos questionamentos.

Na mesma obra, Adorno e Horkheimer nos dá a capacidade para observamos a sociologia e sua relação com o indivíduo, individual, perpassando por vários fragmentos teóricos que se utilizam para a construção do significado do indivíduo, sendo essa passagem de significativa importância na interpretação do processo de semiformação cultural. Não sendo a intenção de perpassar pelas contribuições teóricas que esses autores utilizaram em certa data, nos direcionamos esta dissertação para a visão que tiveram sobre a dinâmica do indivíduo na sociedade.

Adorno e Horkheimer (1973) apontam e questionam sobre a definição de individualidade trazida pela lógica da teoria das mônades de Leibniz, onde o sujeito se definiria como indivisível.

que uma substância particular não atua sobre uma outra e ainda menos a sofre, se considerarmos que tudo o que aconteça cada uma delas é tão-só a consequência da sua idéia ou da sua noção completa, pois essa idéia já encerra todos os predicados ou eventos e expressa todo o universo [...] a essência de um ser coletivo ou agregado... nada mais é que um modo de ser das entidades que o compõem; por exemplo, a essência de um exército não é outra coisa senão um modo de ser dos homens que o formam (LEIBNIZ, 1906 apud ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p. 46).

Nessa relação, a singularidade e indivisibilidade do indivíduo são colocadas como única explicação para a constituição e definição do sujeito, proporcionando uma visão de um sujeito em si, sendo corroborado pelo liberalismo e princípios do capitalismo concorrencial, que faz de suas criações mera semelhança à sua ideia individual, desconsiderando as características constituídas nas e pelas relações sociais (ADORNO; HORKHEIMER, 1973). Essa ideia, segundo esses autores, perpassa por um amplo processo de estruturação, levando a concluir que o sujeito não se dá por uma indivisibilidade e unicidades primárias.

Se o homem, na própria base de sua existência, é para os outros, que são os seus semelhantes, e se unicamente por eles é o que é, então a sua definição última não é a de uma indivisibilidade e unicidade primárias mas, outrossim, a de uma participação e comunicação necessárias com os outros. Mesmo

antes de ser indivíduo o homem é um dos seus semelhantes, relaciona-se com os outros antes de se referir explicitamente ao eu; é um momento das relações em que vive, antes a de poder chegar, finalmente, à autodeterminação. Tudo isso se expressa através do conceito de pessoa, apesar de ser hoje tão maltratado pela ética e a psicologia personalista (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p. 47).

Os autores indicam uma contradição primária entre a conceituação teórica de alguns autores quando estes se utilizam de uma definição de indivíduos que se faz individual em sua formação, sua forma de ser, para explorar o campo dos fenômenos e as possíveis concepções da sociedade, que corrobora como “antítese à socialização”. A exploração do tema indivíduo, para Adorno e Horkheimer (1973) se faz pouco explorado no campo sociológico apontando assim para importância de um olhar diferenciado para esse conceito. “De um modo geral, ele dedica-se ao estudo das relações entre indivíduos, dos grupos, classes e instituições sociais, e a sua tendência é para considerar o indivíduo um dado irreduzível, confiando a sua análise à Biologia, à Psicologia e à Filosofia” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p. 45). Reporto que esta última, filosofia, tratou o indivíduo como extrassocial, partindo do ponto de pensadores que consideravam o indivíduo em si, eu sou, eu penso, como em Descartes, penso, logo existo; Kant e sua percepção de uma moral autônoma e capaz em sua evolução garantir o esclarecimento, como já citado no início deste capítulo; Fichte e sua interpretação do eu absoluto; Husserl e sua definição de estado de consciência (ADORNO; HORKHEIMER, 1973).

Tais definições contribuíram, de forma ímpar, para o processo de desenvolvimento daquilo que nós podemos usufruir como conhecimento, corroboradas por um processo de visão amplamente pensada e tensionada, pela crítica negativa por esses autores da Escola de Frankfurt da qual se faz referência abundante para esta dissertação.

A definição do homem como pessoa implica que, no âmbito das condições sociais em que vive e antes de ter consciência de si, o homem deve sempre representar determinados papéis como semelhante de outros. Em consequência desses papéis e em relação com os seus semelhantes, ele é o que é: filho de uma mãe, aluno de um professor, membro de uma tribo, praticante de uma profissão. Assim, essas relações não são, para ele, algo de uma profissão mas relações que se determina a seu próprio respeito, como filho, aluno ou o que for. Quem quisesse prescindir desse caráter funcional da pessoa, para procurar em cada um o seu significado único e absoluto, não conseguiria chegar ao indivíduo puro, em sua singularidade indefinível, mas apenas a um ponto de referente sumamente abstrato que, por seu turno, adquiriria significado em relação ao contexto social, entendido como princípio abstrato da unidade da sociedade. Inclusivamente, a pessoa é, como entidade biográfica, uma categoria social. Ela só se define em sua correlação

vital com outras pessoas, o que constitui, precisamente, o seu caráter social. A sua vida só adquire sentido nessa correlação, em condições sociais específicas; e só em relação ao contexto é que a máscara social do personagem também é indivíduo (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p. 48).

Temos aqui uma base para entendermos o desenvolvimento social e sua importância na formação do sujeito, nos levando ao direcionamento atual de vida através de um modelo de civilização pautada em uma razão instrumental e alimentando pelo capitalismo monopolista, capaz de repercutir a primazia unitária da espécie humana, como fetiche de uma vida abundante e repleta de satisfações que possam ser adquiridas, pela aquisição de objetos materiais, tido assim como formação cultural, mera repetição de uma interpretação simbólica de uma cadeia objetiva com seus respectivos alicerces.

A interpretação social, através de um olhar crítico, perpassando por esse referencial teórico, permite uma modificação, através de uma série de diagnósticos sucintos sobre os caminhos que estamos trilhando como sociedade e civilização. A concepção de sociologia e o olhar sobre o indivíduo proposto por esses autores, soa como uma contemporaneidade, apesar da data das devidas publicações, proporcionando realizar uma discussão também, sobre quais os motivos mais intrínsecos que potencializam a perpetuação dessa lógica. A educação como mero instrumento para o desenvolvimento crítico de uma sociedade, como dizia Adorno (2010, p. 14), poderia se tornar em forte elemento para a fomentação desse princípio:

os dominantes monopolizaram a formação cultural numa sociedade formalmente vazia. A desumanização implantada pelo processo capitalista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para a formação e, acima de tudo, o ócio. As tentativas pedagógicas de remediar a situação transformaram-se em caricaturas. Toda a chamada educação popular [...] nutriu-se da ilusão de que a formação, por si mesma e isolada, poderia revogar a exclusão do proletariado, que sabemos ser uma realidade socialmente constituída.

A fragilidade que está contida na capacidade de nós conseguirmos uma possibilidade de perceber as massas objetivas, oriundas de nossas representações, nos coloca na esfera de inconstância discussão, direcionando talvez a situações superficiais que nada possibilitam a capacidade de evoluir ou representar uma quebra do formato que tanto nos desgasta e implica uma repetição desenfreada de seus atributos que são dados como intrínsecas de nossas projeções. Quando, ao atingir a dita formação pertencente a esta premissa, adotamos um simulacro de ideias que acreditamos ser norteadoras por uma ciência capaz de suprir a sede desse sistema, simbolicamente falando, ideologia proporcionada pelas relações de troca

contidas no capitalismo. “A ideologia encobre amplamente a grande cisão, inclusive àqueles a quem lhe cabe suportar a carga [...] o termo sociológico para isso é integração” (ADORNO, 2010, p. 16).

Foge a nossa percepção a riqueza de detalhes teóricos nos quais podemos nos debruçar para uma ampliação na percepção para o ponto de partida de uma proposta no qual a atribuição do profissional da Psicologia, no campo da assistência social se desenvolva em nível de uma constante jornada a formação cultural. O que foge dessa esfera, contentando-se com o que é dado, sofre o risco de proporcionar a semiformação como formação, promovendo a integração na base de ideias soltas, meras compreensões ideológicas.

4.2.2 A semiformação como formação através de um olhar psicanalítico contemporâneo

Ao longo deste trabalho, muitas concepções teóricas trazidas até esse ponto nos dão um diagnóstico de um olhar pessimista a respeito das nossas relações, proporcionando uma transformação do olhar a realidade de um ponto distinto do constituído, ao longo de aproximadamente sete anos de exercício profissional e cinco anos e seis meses na proteção social especial. Muito pode se provar de forma contrária, dependendo talvez de uma amostragem, aquilo que até o momento nos traz um desalento a respeito do SUAS, quando observamos as esferas responsáveis para sua promoção. Para reforçar a linha preterida até aqui, retornaremos a explorar a conceituação psicanalítica que se faz de suma riqueza para que possamos observar os moldes dessas representações, entendendo como a semiformação ganha características de formação.

Com essa direção, utilizaremos um referencial bibliográfico voltado para uma concepção que buscará entrelaçar os conceitos de semiformação cultural na contemporaneidade, pelo texto de B. Pucci, “A Ontologia da Semiformação em tempos neoliberais” somado a análise do indivíduo a partir de uma leitura realizada por Nina Saroldi, “Mal-estar na Civilização: as obrigações do desejo na era da globalização”, na tentativa de buscar maior amparo na compreensão dos movimentos do sujeito constituído, puramente, através das representações sociais objetivas que habitam em sua essência e constituem sua subjetividade.

Ressaltamos uma passagem no qual Bruno Pucci proporciona um mergulho nas compreensão da Bildung:

O termo *Bildung* se constitui na tensão entre duas características: a autonomia do sujeito, sua postura espiritual; e a conformação à vida real, a integração na sociedade de seu tempo. É o que Adorno chama de “duplo caráter de cultura” da formação. A formação tem como condições a autonomia e a liberdade. No entanto, remete sempre a estruturas previamente colocadas a cada indivíduo em sentido heteronômico e em relação às quais deve submeter-se para formar-se (PUCCI, 2018, p. 597).

Interessante observarmos como o duplo caráter da cultura se faz tão ponderante para observamos a dinâmica dos pressupostos tidos como formação cultural. O que se consegue observar, são as representações sociais, cada vez mais importantes para a constituição do sujeito em sociedade. A liberdade para nos guiarmos para um caminho de formação, vem sendo cada vez mais assaltada de nossas premissas pela capacidade do mercado de persuadir nossas decisões e ampliar suas cadeias representativas como se fossem de uma real sintonia com o natural, normal.

Pucci (2018) aponta o ano da elaboração do ensaio da semiformação cultural, nos promovendo mais um ponto de suma importância. O momento da constituição desse rico ensaio, que nos guia e faz deste um dos pilares do problema de pesquisa, se dá em 1959, quando havia uma modificação da forma do capitalismo se estruturar, como já trabalhado no capítulo um. Nessa época, era tida como capitalismo do bem-estar social, que se caracterizava por forte intervenção do Estado no mercado, a fim de proporcionar maiores condições de qualidade de vida, menos selvagens para as classes dominadas, pós- segunda guerra mundial com uma gestão nazifascista. Para Adorno (2010), também tensionado por Pucci (2018), as alterações oriundas das intervenções do Estado, no mercado, com a justificativa do progresso, é capaz de reproduzir uma linha adaptativa capaz de propagar a semiformação cultural como formação cultural. Na atualidade, a estruturação do capitalismo neoliberal molda-se a partir de uma estrutura heteronômica.

sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida [...]. O Estado também, é obrigado a ver a si mesmo como empresa, a reforçar a concorrência nos mercados existentes e criá-la onde ainda não existe [...] a exigência da norma da concorrência atinge diretamente até mesmos os indivíduos em sua relação consigo mesmo. A empresa se transforma em um modelo de subjetivação (PUCCI, 2018, p. 602-603).

A extensão do viés totalitário observado na concepção da semiformação já na década de cinquenta nos apontava, segundo Pucci (2018), uma estrutura totalitária, e agora, com o formato neoliberal, capaz de modificar as estruturas sociais a partir de uma lógica industrial

pela lógica de troca, a semiformação cultural ganha contornos mais severos. A adaptação e autonomia não são discutidas em um formato a considerar o que é de intrínseco do ser humano, uma vez que essa relação, repercute, desde o processo inicial de educação do indivíduo, que visa à formação para a inserção, no mercado de trabalho, com característica fictícias de pequenos empresários fomentados diante as relações objetivas deste sistema; como empreendedores capazes de contribuir para economia e adotando a mesma premissa competitiva capitalista vigente nas empresas. A autonomia e a adaptação como elemento primordial para formação cultural, passa a ser corroborada a partir da adaptação para o desenvolvimento como bem ponderado por Pucci (2018, p. 603):

Adorno, no ensaio de 1959, dizia que a tensão entre a autonomia e a adaptação não era uma invariante, se diferenciava de época para época por seu conteúdo e suas instituições e que, embora o conceito de formação tivesse sido gestado no contexto inicial da burguesia, no evoluir do próprio modo de produção capitalista prevaleceu, de formas diferentes, o poder de adaptação, do conformismo, sobre os momentos de autonomia, de emancipação. A luta insana pela sobrevivência da maioria e o processo de ideologização exercido sobre ela, fez imperar o incomensurável poder do todo sobre o individual. Na *Theorie der Halbbildung*, o frankfurtiano argumentava que a sociedade inteiramente adaptada se identificaria com a mera história natural darwinista, que premia a lei, a dominação do mais forte. É em direção a essa sociedade inteiramente adaptada que o capitalismo neoliberal, pela universalização e absolutização da competitividade, está nos conduzindo.

Estamos diante um moldar de relações no qual, a princípio a autonomia nos direcionava para aquilo que nos dava direito de falar, ser sujeito de crenças e poder adquirir seu conhecimento de forma autônoma conforme exposto por Pucci (2018), mas agora o processo da conquista da maioria como salientava Kant se tornará turvo, e a nova definição de autonomia se convertia no que o sistema capital neoliberal, conhecido também como capitalismo monopolista, espera de sua capacidade de ser autônomo.

A autonomia que o sistema espera do assalariado é que ele de a ordem a si mesmo se autodiscipline, se torne um trabalhador polivalente e flexível, desenvolva seu capital humano, se transforme em um empreendedor bem sucedido: que ele se adapte integralmente ao mercado. A autonomia se transforma em seu contrário. A prevalência do social sobre o individual se manifesta de forma superlativa (PUCCI, 2018, p. 604).

Há um distanciamento da realidade capitalista, na época em que a teoria da semiformação cultural fora concebida, no entanto, as estruturas vigentes na atualidade se mostram mais severas e capazes de proporcionar um aparato semiformal como um

princípio único de formação. Essa conotação se reafirma por enaltecer a concepção de cultura, fechada em si mesma e carregada de mecanismos autoafirmativos que se estruturam para enaltecer a realidade vigente do sistema capital. Falar em semiformação cultural, na contemporaneidade, soa como uma repetição clássica das relações ponderadas, reforçadas por nosso sistema educacional, capaz de causar contradições quando responsável por assumir a responsabilidade de prover as iniciativas para o processo de formação cultural.

A inovação se tornou a palavra de ordem nos estabelecimentos formativos, particularmente naqueles vinculados às ciências exatas e tecnológicas. A articulação orgânica que o capital neoliberal criou entre pedagogia e a administração, sob a hegemonia dos gestores, facilitou e incentivou a transformação da inovação em um novo fetiche de nosso tempo e como referência da formação educativa. Trata-se, através do aluno, de formar um inovador permanente que terá que gerenciar situações de incerteza cada vez mais numerosas, em sua desafiadora existência como trabalhador flexível. À medida que o sistema, sustentado pela ciência e pelas novas tecnologias, avança, se desloca, novas imagens e novos ídolos vão sendo construídos para que o fundamentalismo da missão neoliberal se mantenha e se atualiza com novas expressões culturais (PUCCI, 2018, p. 605).

Podemos perceber que o sistema de troca exercido nesse capitalismo monopolista atual, nos remete a um princípio que vem sendo adotado, desde a formação de base do indivíduo, moldando as relações simbólicas, proporcionando nossa formação como sujeitos, sem massa crítica ausente de capacidade de nos tornarmos sujeitos capazes de observar os sentidos com as respectivas clarezas vigentes em todas as relações. Até mesmo o olhar para o ser humano passa a ser algo coisificado e rotulado pelas capacidades que este é capaz de desenvolver nessa civilização, levando-o a adotar o máximo de energia para conquistar, chegar ao seu objetivo final. A conquista de moeda de troca para persuadir seu campo consciente voltado para um sentido em si, capaz de prover seus anseios mais profundos, que muito, se faz na contradição, e que para isso, busca-se se conformar-se e adaptar-se.

Todo formato social vem se adaptando ao formato neoliberal do capital, cada vez mais amarrado nas tendências tecnológicas para conseguir seus objetivos, que sempre se atrelam à necessidade de suprir a falta, se direcionando para a suplementação de prazer absoluto. No entanto, como já enfatizado antes, a possibilidade dessa contemplação é superficial e o verdadeiro prazer se faz desconectado daquilo que realmente se busca. Para isso, a indústria cultural e sua capacidade de se moldar diante dos avanços tecnológicos fazem o seu serviço, transformando o homem através de uma concepção de sociedade pautada na individualidade,

“o homem de espírito, expressão hoje tão desacreditada, é um caráter social em extinção” (ADORNO, 2010, p. 22).

Esse homem, dotado de caráter de espírito, se faz característica em extinção em um mundo cuja suas representações são fomentadas por uma realidade concebida e engessada, incapaz de estimular o indivíduo a explorar fatores da sua essência e o verdadeiro contato com as referências externas de forma pura e sem rótulos. Tal dificuldade se expressa na impossibilidade de solidificar relações e ter uma relação pura (tensão) com o objeto. O todo se faz real antes da autonomia, inviabilizando a percepção, como sujeito oriundo de várias representações. A de se cuidar da terminologia individual, nesse momento, uma vez que já foram trazidos os riscos de conceber o indivíduo indivisível e puro, sem perceber a contribuição do externo em sua individualidade. Aqui, quando se refere individual, refere-se àquilo que se dá no campo que pertence a um entendimento do sujeito sobre suas relações, ponderando sua capacidade de dialogar com esse objeto sem um sobrepor ao outro. Contribuindo para essa dinâmica, Pucci (2018, p. 605) nos direciona a entender melhor a extinção homem de espírito do qual Adorno se refere, enfatizando a inserção tecnológica como ferramenta de propagação da semiformação cultural:

Caracteriza-se como pessoas em extinção os que não se utilizam desse aparelhinho cobiçado, que, em muitos casos e contextos, nos alienam e de nós mesmo, encurtam nosso e nossas ideias, nos afastam dos que nos são próximos, fazem-nos esquecer da vida da natureza e dos encontros presenciais. O celular tornou-se o brinquedinho corriqueiro das crianças, desde a mais tenra idade.

Soma-se a essa característica, um material capaz de proporcionar um embasamento mais dinâmico em relação a promoção da semiformação. Uma literatura interessante, que se presta a informar e colaborar para o entendimento da proliferação da semiformação.

No entanto, pensar a dimensão das relações sociais sobre a realidade capital, abre caminho para observarmos como a formação do sujeito pode ser trazida à luz de um olhar psicanalítico, fortalecendo as prerrogativas trazidas por Adorno e Horkheimer (1973), Pucci (2108) e Zuin e Zuin (2017).

A contemporaneidade, nos direciona a uma modificação do princípio da realidade, a qual Freud (2010) pontuou como ente crucial para a formação dos pilares do desenvolvimento civilizatório, mas não capaz de quebrar com seu desenvolvimento, mas modificando as bases dos relacionamentos simbólicos do ser humano. Este, chamado de princípio de realidade vem se constituindo diante as relações impostas pela indústria cultural e a propagação do sujeito

semiformado, através de relações simbólicas que expõem a relação de prazer imediato como única capaz de promover a felicidade. O princípio de realidade, capaz de trazer referência e uma capacidade de castração para um chamado bem maior, do ponto de vista moral e social, empreendendo o sujeito às suas necessidades a da sociedade, privando-o do prazer absoluto, toma contornos distintos em uma sociedade contemporânea. O princípio de realidade se confunde com o princípio do prazer, onde quanto maior a acessibilidade às relações de prazer, mais o sujeito se encontra inserido em um princípio de realidade. Aquilo que Freud ponderou como fundante para a constituição da base civilizatória (princípio de realidade), em tempos tecnológicos e do capitalismo monopolista neoliberal, passa a ser modificado pelas necessidades de aquisição de máximo prazer possível.

Hoje, a necessidade imperiosa de se divertir, o horror ao tédio e aos espaços não preenchidos por informação tornaram o trabalho e o estudo, parafraseando Freud, tarefas quase impossíveis. Sem esforço e sem alguma dose de tédio não é possível construir um saber genuíno, para além da simples colagem de informações; aliás, fartamente distribuídas e fáceis de obter graças às novas tecnologias (SAROLDI, 2011, p. 128).

Percebe-se que a disposição do ser humano sofre uma alteração, onde a civilização não se molda mais pelo sofrimento pulsional da constante castração para um bem coletivo, ponderando, dessa forma, o princípio da prazer como esfera da realidade que se faz única como padrão de vida a ser desenvolvido onde a segurança se constitui pela falsa felicidade imediata.

Este princípio desenvolve uma nova ordem, no qual nada pode ir contra a possibilidade do indivíduo buscar sua satisfação, principalmente com a inundação tecnológica e estímulos audiovisuais que fomentam essa civilização pós-moderna. Aquilo que no século passado, Freud ponderou como processo chave para a construção dos pilares de nossa civilização, como a aquisição de um trabalho, dedicação aos estudos a partir do princípio de realidade, vem se moldando cada vez mais para o abandono desse princípio segundo Saroldi (2011). Nessa contemporaneidade, a dedicação para aquilo de fundamental da formação cultural para o sujeito, sofre desenfreadamente uma modificação de extrema importância; “qualquer evocação da necessidade de renúncia individual em nome da cultura é hoje interpretada como um ataque intolerável a liberdade soberana do sujeito” (SAROLDI, 2011, p. 132). Essa passagem nos dá o direcionamento de como o princípio da realidade vem deixando de se portar na constituição do ser humano, passando cada vez mais a se direcionar para o princípio de prazer, agora não

mais sacrificado pelo princípio da realidade e sim explorado por todas as esferas vigentes na sociedade.

Mas isso foi nos tempos de Freud. Hoje, como vimos há pouco, os homens e as mulheres pós modernos continuam perseguindo [...] a ordem — junto com o gozo a qualquer preço. O que mudou foi o método considerado mais eficaz para alcançar esses ideais: acredita-se que a espontaneidade de cada um tirando energia do princípio do prazer será capaz de instaurar o estado de coisas que se espera da civilização (SAROLDI, 2011, p. 133).

Se a sociedade está sob as amarras agora do imperativo do prazer, tudo nos leva a tencionar para uma possível conclusão que, as esferas constituídas pelas relações objetivas ditadas pela razão instrumental, que se faz ponto crucial para a ascensão do sistema capital, são capazes de proporcionar uma realidade capaz de manipular as características do aparelho psíquico do ser humano, onde o supereu, antes representante das amarras culturais propositivas para a castração, conforme a necessidade social, repressão do prazer constante, para um: goze, se sinta feliz constantemente pois essa é essência da vida. A fim de compreender as características base do supereu Saroldi (2011, p. 139) nos aponta:

O supereu foi descrito por Freud [...] como instância psíquica individual, fruto dos impasses vividos no período do complexo de Édipo⁴. Seu papel é regular o funcionamento social de cada um, de modo a que ele cumpra a função que a sociedade requer dele. Dito de outro modo, o supereu deve capacitar o sujeito a renunciar a boa parte da satisfação pulsional para tornar possível a vida coletiva; para que ele não destrua a si mesmo nem aos outros.

No entanto, o próprio Freud trouxe a relação das instâncias filogenéticas e ontogenéticas, na qual Marcuse (1969) aponta a rica dualidade existente na conceituação psicanalítica, referindo-se às formações sempre em movimento, em uma união dinâmica de opostos, hora no id e superego (estruturas do consciente e inconsciente), processos primários e secundários, externo e interno, bem como Saroldi (2011) que nos aponta um direcionamento entre a ontogenética, de origem interna que preserva aquilo de evolução biológica natural e filogenética, capaz de nos apresentar a relação do organismo vivo e sua relação com seu ambiente, “entre processos individuais e processos da espécie” (SAROLDI, 2011, p. 139).

⁴ Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história do Édipo Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992, p. 76).

Assim, a ideia de Freud sobre as relações do sujeito com seu exterior se faz robusta o suficiente para percebermos o seu formato. Saroldi (2011), na mesma linha de Freud, buscando embasar a quebra do princípio de realidade como ordem vigente dos pilares constituintes da civilização contemporânea, aborda o ideal de eu, enfatizando que, entre a relação da ordem interna (ontogenética) e externa (filogenética), se faz entrelaçada com o supereu, representante da ordem moral cultural capital vigente, transformando, portanto, essa realidade posta, em 1929, por Freud, mas respeitando a sua estrutura.

Freud [...] observa que todos nós formamos um ideal do eu que atua no sentido de reprimir as pulsões libidinais toda vez que elas entram em conflito com os ideais culturais e éticos do sujeito. A consciência, continua Freud, atua como vigia desse ideal - ele mesmo nascido da influência que sobre nós exerceram nossos pais e todos os que nos educaram, inclusive a opinião pública da sociedade à qual pertencemos. Freud poderia ter dito, em outras palavras, que o ideal do eu é formado pelos elementos da cultura ou subcultura da qual o indivíduo faz parte (SAROLDI, 2011, p. 139-140).

Estamos diante uma rica interpretação, à qual podemos nos amparar para melhor compreender a realidade de semiformação cultural como falsa formação cultural que todas as esferas envolvidas com o social são capazes de propagar, fortalecendo um modelo de sociedade que direciona o sujeito como uma entidade desprovida de capacidade de pensar a sua realidade diante todas as amarras que esse sistema de troca nos molda e nos faz reféns. A realidade passa a ser a ditada pela contribuição desse sistema que oportuna a incapacidade de observar o momento interno do indivíduo, primando um ideal de eu, espelhado em uma cultura fecha em si, como bem formulado por Adorno (2010), onde Saroldi (2011) abordará a partir de uma interpretação contemporânea a respeito do complexo psíquico do ser humano sobre o qual se prima por:

O discurso social atual, ao contrário do discurso da virada do século XIX para o XX, não propõe que renunciemos ao prazer imediato em nome do prazer futuro. Ele grita: Goze de todas as maneiras! Descubra sua sexualidade, realize seu eu, sua vocação, encontre uma tradição religiosa ou mística que lhe convenha... (Basta se deter diante uma banca de jornais e ler as chamadas nas capas de revista para entender do que estou falando.) O sujeito contemporâneo, por isso, não se sente necessariamente culpado por ter transgredido alguma norma; ele se sente culpado, muitas vezes, por ter recuado diante da norma que se viu tentado a burlar (SAROLDI, 2011, p. 140-141).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade existente no desenvolvimento das atividades profissionais do Psicólogo, dentro do SUAS partem do senso comum, muitas vezes ignorando práticas teóricas, esquecendo por completo, na maioria das vezes, o exposto em suas leis e tipificações. A prática simplista nas discussões, desamparado de uma linearidade e mergulhado no senso comum, indicam a falta de conhecimento da retórica exposta, por meio das desigualdades sociais.

Muitas vezes, nós, profissionais, fixamos e tomamos como o ideal as identidades morais impregnadas de valores constituídos por aspectos simbólicos de um mundo positivista e suas projeções objetivas, distanciando-se do senso crítico e capacidade de desenvolver um trabalho ajustado às peculiaridades individuais. Tais premissas nos direcionam a um desenvolvimento da atividade profissional baseado em ideologias que se assemelham a um conjunto de ideias vazias para a superação da situação do usuário, que carece de acompanhamento.

Nesta dissertação, buscou-se responder como o processo semiformativo poderia estar vigente, nas atribuições do profissional de Psicologia, no âmbito SUAS, nos direcionando para um aprofundamento teórico capaz de nos nutrir com representações, uma identidade no campo formativo, tensionando limites e possibilidades, na atuação desse profissional, nesta política pública

No campo das políticas públicas de assistência social, é notório diante as ponderações trazidas, nesta dissertação, juntamente com as expressões de estudiosas da temática, que muito se fez a partir de 2004, 2005, validando diretrizes já expostas pela Constituição Federal de 1988 e, após quatro anos, ganhando contornos mais fortes em 1993 com a LOAS. No entanto, foi capaz de percebermos, que diante do robusto leque de leis que se consolidaram pós CF 1988, a existência de uma incapacidade de observarmos o seu desenvolvimento até a promulgação do SUAS, em 2005. Pondera-se a complexidade de colocar em vigência todos os princípios do desenvolvimento social atribuídos nos artigos terceiro da CF, que prima em responsabilizar o Estado a erradicar a pobreza, marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, por meio do título I, artigo 3º, inciso IV, título VIII, capítulo I, artigo 193, capítulo II, seção I, artigo 194, seção IV do capítulo II, artigo 203 e o artigo 204, todos estes responsáveis por fornecer uma base protetiva, de segurança, garantindo o acesso às necessidades básicas.

Mas, ao trazer os princípios que nos cercam leis, diretrizes, tipificações e, até mesmo, a sistematização de recursos humanos que impõe uma dinâmica de funcionamento, observamos limitações para o exercício da atividade profissional. Apesar de observarmos uma estrutura que demanda tempo para se consolidar, mas se consolida, percebemos um caráter adaptativo presente nos seu objetivo principal que propõe a emancipação e autonomia do sujeito. Ao olhar o corpo do desenvolvimento social e suas estruturas no Brasil, identificando as suas centralidades, buscando, tencionar sua real dinâmica, percebemos, apesar de toda rica estrutura, uma não eficiência na prática, somada, quando desenvolvida com base em suas leis, cartilhas e tipificações, uma linha objetiva que se propõe assegurar os direitos do indivíduo com um fragmento de troca, que se configura na sua inserção, no mercado de trabalho e consiga sua renda, “empoderando” e sendo este apto a exercer sua autonomia, apesar de princípios que nos levam a compreender o sujeito constituído de determinada cultura, relações peculiares do ambiente de origem, sempre com a centralidade no núcleo familiar.

A princípio, ao passar sete anos desenvolvendo a atividade profissional nessa política, o pensar se direcionava na incapacidade de desenvolvimento dos gestores e atores profissionais que faziam parte dessa política, mas com o decorrer do tempo e ao longo da construção desse referencial teórico, surgia uma característica principal que fugia ao olhar desse profissional que escreve. A crítica se fazia na direção na qual a crença era a falta de aptidão do sujeito em exercer suas atividades com base nas leis, quando o mero exercício desse princípio, reservava fortes atributos semiformativos para o exercício profissional.

Seria ingênuo, nesse atual momento, se perseverar nesse ponto de inércia, no qual as ideias divagavam em busca de respostas. As estruturas do sistema que nos cerca se faziam e se fazem mais robustas e adaptativas ao ponto de percebermos que o que é apenas dado para o seu desenvolvimento, quando orientado por apenas este, nos fornece a impossibilidade de tocar a essência do que se busca pelas políticas públicas, ou seria mesmo essa a sua intenção? Questionamento de real substancialidade para ser desenvolvido em outro momento.

Assim, o Estado, apesar de sua demora para assumir atividades centralizadas, no âmbito da assistência social, foi capaz de se moldar, por fragmentos do mundo objetivo, se tornando refém das amarras do capital, proporcionando uma dinâmica objetiva capaz em seu amplo aspecto de coisificar o indivíduo. Autores trazidos nesta dissertação trazem esse contorno quando aponta o aparelhamento das políticas públicas ao imperativo dos benefícios, proporcionando uma ideia de como o capitalismo se apossou do Estado e fez dele o promovedor de sua lógica de troca, proporcionando, assim, ao Estado, uma espécie de agente de grandes corporações, indicando como essa esfera tem focado na problemática benefício

para acalmar sua mão de obra, ao invés de apontar a real situação do que carece a desigualdade social, que se indica por atividades mais voltadas para a esfera socioeducativa e políticas de peso, para combater o exército de operários desempregados.

A dinâmica de limites e possibilidade de atuação profissional, ao mesmo tempo em que se sucumbe, quando há essa percepção de movimento histórico sobre as amarras do capital, ganha força ao tencionar o conceito de Semiformação Cultural. Ao pensarmos no mundo simbólico, no qual estamos inseridos e a função da cultura contemporânea e como ela é propagada pelos grandes veículos midiáticos como rádio, televisão, internet, jornal impresso, propagandas de diversas formas e em vários canais, percebemos como estamos presos a uma lógica contrária à formação cultural, abrindo espaço para uma formação que se estrutura como semiformação.

Trabalhar como Psicólogo em um órgão tipificado pela esfera federal e gerida pelo aparato municipal, responsável por atender a situações de violações de direitos, que se caracterizam pela ampla vulnerabilidade social, negligência proporcionada pela miséria, desigualdade social, ao mesmo tempo em que nos mostra como é importante assimilar toda a rede normativa, nos proporciona tensionamentos ímpares que, muitas vezes, se fazem sem resposta, causando frustração e incapacidade emocional de constituir um trabalho que realmente possa trazer princípios distintos da realidade vivida por aquele que se faz carente dos serviços prestados pelo o Estado.

Ao mesmo tempo, nos força a pensar como seria uma jornada com princípios distintos de uma abordagem positivistas e propositiva com o caráter adaptativo unicamente ao mercado capital, primando prerrogativas mais intrínsecas do sujeito. Esse modelo, como encontrado no capítulo dois, se faz de difícil acesso, pela ampla resistência já posta, formas de pensar uma sociedade que possa se desenvolver não apenas pela inserção do indivíduo no mercado de trabalho, mas inseri-lo, uma vez que esse sistema já se constitui dessa forma, como sujeitos potencialmente críticos, capazes de se adaptarem para, em sua estrutura, mudar características objetificadas.

O exercício do profissional do Psicólogo, nessa esfera de política pública, passa a partir de uma lógica de formação cultural, a ganhar um novo sentido, no qual essa profissão sai do espectro objetivo de mundo, para entender como essa objetividade é responsável pela realidade, da qual o sujeito se constitui. Poderíamos arriscar novas formas de trabalhar a Psicologia, nessa esfera de trabalho, para, a partir desse olhar da Formação Cultural trazida por Adorno, somada aos trabalhos de uma psicologia sócio- histórica, pouco trabalhada, nesta dissertação, mas que nos daria sim, possibilidade de pensar em uma atuação mais robusta, para

entendermos como esse mundo objetivo é capaz de fomentar e construir aspectos subjetivos do sujeito e, por assim, se direcionar a situações próximas da formação cultural.

Pensar no conceito de Semiformação Cultural de Adorno, na linha de atuação do Psicólogo, nessa importante política pública - SUAS remete a uma imersão em sua própria formação e nos princípios que cercam esse profissional, independente da abordagem teórica desenvolvida. Pondera-se a crítica exercida por autores trazidos na dissertação, de como a Psicologia se constitui como uma profissão que se dedica a entender um mundo privado do ser humano, ao invés de compreender como o que é dado pelas estruturas objetivas acomete as percepções do sujeito, ou seja, como as representações simbólicas presentes, nesse sistema capital, proporcionam percepções e construções de tabus morais, que acabam por se tornar *modus operandis* nas e para as relações sociais.

Na mesma linha, corrobora também, para como a atuação desse profissional, visando ao movimento da rede socioassistencial, pode abraçar um desenvolvimento de trabalho que visa em sua essência, moldada com princípios análogos à formação cultural, ser de real importância para a promoção de uma atividade garantidora e emancipadora. No capítulo dois, foi trazido a partir de uma base hipotética inicialmente, que a educação poderia colaborar para esse processo, sendo mais trabalhado, a partir de uma educação participativa ou problematizadora, como bem salienta Paulo Freire. A importância dessa esfera, Educação, juntamente com o SUAS, para o desenvolvimento da atividade fim dos professores de escolas municipais e estaduais, que tenham contato direto com as crianças e adolescentes em processo de formação que, por muitas vezes, são vítimas da desigualdade social que geram questões mais profundas, conflitos mais intensos, oriundos de uma estrutura social conturbada e com baixo acesso a serviços de qualidade e espaços sociais mais seguros, teria o potencial de modificar o trato, bem como auxiliar o posicionamento dos profissionais da educação diante de situações conflituosas, em sala de aula que, por vezes, podem ter em seu bojo a sua realidade social como a verdadeira questão problema, sendo a aproximação das duas importantes áreas de atuação, de essencial valia para os dois universos; Psicólogo do SUAS, como do Professor na educação.

Essa argumentação consegue trazer respostas para as experiências expostas no início da atividade profissional de um Psicólogo, na rede de proteção social especial de um município localizado no norte de Minas Gerais. A ânsia pelas respostas e a pressão para o exercício de atividades diretivas e soluções rápidas e adaptativas era uma constância na busca desse profissional, deixando de observar, sentir, fazer parte das estruturas que complementam a sua atividade e potencializam a superação de uma realidade de risco, bem como citado a ligação da

educação e assistência social, levando-o ao encontro com fragmentações que pouco satisfaziam a ânsia de um pensar distinto daquele já representado. A Psicologia por si, já não era capaz de entender o campo social, pouco trabalhado na graduação de Psicologia, o que gerava conflito com a centralidade da política pública. O fazer Psicologia se fomentava pelo espaço clínico e a vertente individual ponderava sobre as relações sociais que se faziam presentes. O devir se fazia distante e na falta, o espaço para críticas e julgamentos ganhavam forças. Ao não conseguir lidar com as implicações mais robustas, carentes de percepção, até aquele momento, era justificado pela adoção de conclusões que se fixavam na incompetência de terceiros, quando na verdade, o profissional já se moldava pelas mesmas representatividades que, por si, criticava, mas não as compreendia.

A inundação em aspectos do desenvolvimento capitalista, na sociedade contemporânea, trouxe importantes reflexões, uma vez que somadas a elas, buscou-se compreender a dinâmica da formação do indivíduo, pelos estudos adornianos e algumas fragmentações psicanalíticas, passando assim a pensar no devir e na possibilidade de exercício profissional com outras margens de interpretação. Essa dinâmica foi capaz de ampliar um olhar que se materializava na angústia de um exercício profissional que se fazia desamparado de normativas e partindo de um senso comum, acreditando que o conhecimento, apenas, das atribuições do profissional em leis e tipificações fossem o suficiente para conseguir proporcionar uma forma de pensar emancipatória, por uma vertente teórica trazida por Kant, na qual, até então, acreditava que a assistência social, buscava suprir. Essa lógica, por si só, era carente de um arcabouço teórico sobre autonomia em Kant, havendo contato após a inserção no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Lavras. Longe de criticar as conquistas dessa política e desconsiderar os ganhos até aqui somados ao seu bojo, e sim com o intuito de promover um debate e reflexão crítica da própria semiformação do profissional.

Assim, apenas com esses fundamentos de desenvolvimento profissional, nos moldaríamos como mais uma engrenagem de um sistema que prima pelas relações de trocas, assemelhando o sujeito a um material que poderia ser recuperado, refeito, pela interpretação de uma linha de pensamento compilado em estudos que se faziam por leis e prerrogativas já dadas, por uma relação simbólica objetiva, positivista, instrumental. Percebe-se uma sociedade moldada a pensar apenas nas possibilidades de se satisfazer pela lógica de troca, onde sua subjetividade não é considerada e sim ignorada pela necessidade de um sistema. Ao negar a força existente que as instâncias sociais fazem para nos moldar e, por consequência, gerar adaptação, seria um reconhecimento de um sujeito heterônomo, mas que, para isso, não

poderíamos chegar a esta conclusão. Ou seja, manteríamos as raízes fundadas em conceitos que nos levariam à luz sem realmente sabermos qual luz e para onde ela nos guiaria.

O referencial teórico permite tornar perceptível como o sujeito heterônomo e o esforço de nos adaptar e sermos aceitos por uma sociedade, expulsar toda contradição que possa existir na relação sujeito e sociedade, objeto e sujeito. A cultura serve como representante simbólico para essa conjectura social adaptativa. Tal conclusão se faz possível, quando há entendimento sobre as contribuições da indústria cultural para a fomentação e propagação de uma lógica predominante, equacionando o indivíduo humano em uma fórmula a ser solucionado, por meio da inserção social, pela renda, e, para isso, o Estado como principal ator de propagação dessa diretiva, uma vez que, com a justificativa de promover a segurança social, investe na política de benefício de forma forte sem olhar para o processo principal, causador da miséria e desigualdade social, desemprego. Soa como uma ajuda financeira que possa permitir a dignidade de sobrevivência ao indivíduo, como também uma retroalimentação do modelo vigente, inserindo grupos específicos no consumo. Essa mudança, proporcionada, principalmente, após segunda guerra mundial e fortalecida a partir da década de setenta, é identificada pela transição de um capitalismo concorrencial para um capitalismo monopolista, algo que Adorno e Horkheimer já haviam trazido, não nesse formato, mas como uma identidade se moldaria e propagaria, pela seleta obra “Dialética do Esclarecimento, Fragmentos Filosóficos, A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas” de 1944.

Soma-se a essa, a base principal desta dissertação, complementando uma lógica de predominância de um sistema pulverizador de identidades de bases formativas; a obra “teoria da semiformação” de T. Adorno. Determinadas contribuições se portam como âncora de tudo aquilo que se disserta, promovendo, assim, uma tonalidade crítica para o processo de elucidação sobre a própria semiformação do profissional de Psicologia no âmbito SUAS. A lucidez desse material teórico aponta que, ao tocar no formato de como o desenvolvimento capitalista vem pulverizando e transformando a capacidade de discernir e evoluir, corrobora para uma simplificação, um estado de coisa, imerso em uma incapacidade de pensar diferente e assimilar tudo o que se dá a sua volta e suas peculiaridades, para assim absorver o melhor. Com a identificação de uma cultura que se faz fechado em si, e considerando o duplo caráter de cultural no qual Adorno nos remete, é possível concluir, pela rica contribuição deste autor que, na ânsia de promover uma ilusória resolução de um problema que se faz específico da assistência social, apontamos para um processo que prima pelo desenvolvimento da semiformação, nos tornando uma ferramenta de real substância para o imperativo capitalista

monopolista, refém de uma forte e robusta indústria cultural, que em seu objetivo, aliena e dita os valores a serem consumidos e mantidos, deixando de lidar com as reais questões que promovem o ciclo intergeracional da pobreza. Há aí uma crise de identidade vigente no exercício profissional de Psicologia, colocando em cheque toda sua capacidade de entendimento de nuances subjetivas do indivíduo que se direciona em busca dos serviços da assistência social. Existe uma cobrança para a adaptatividade, desconsiderando como todas as representações simbólicas do mundo objetivo impacta no desenvolvimento de determinado indivíduo, que se vê perdido e inserido em situações de vulnerabilidade extrema e constantes violações de direito. Importante ponderar que o Estado tem sua contribuição para o processo, gerando a constante violação de direito, quando não permite a formação do indivíduo, como base educacional, mesmo quando, aponta, em seu referencial legislativo, princípios a serem respeitados de aspectos culturais de onde o indivíduo se origina.

Determinada crise e propagação desse processo semiformativo se dá quando esse profissional se distancia da realidade teórica da qual exerce sua função. Esse distanciamento é promovido quando o Psicólogo se vê engessado na prática clínica para o desenvolvimento de suas atividades no âmbito SUAS, desconsiderando princípios teóricos sobre a concepção de indivíduo e do campo da sociologia, no qual está presente, e, baixo entendimento a respeito de aspectos culturais existentes e de sua autoexclusão da rede socioassistencial, implicando em um não conhecer, querer, se identificar, fazer parte de relações essenciais para o processo formativo de seu público alvo, que se constituiu também e principalmente na área educacional. Não há um olhar amplo para a rica contribuição teórica que possa se ter contato, mesmo que estes fujam dos pilares teóricos desta dissertação. Há de se pensar em uma atuação profissional, pelo campo formativo, capaz de promover um olhar individual que, em sua essência, possa fornecer ao sujeito a sua própria condição de vida e real possibilidade de estruturação dentro de suas limitações, atuando com as suas especificidades e seus limites. Ao mesmo tempo, exige a necessidade de pensar como as relações individuais podem ser trabalhadas, considerando a importância das representações sociais presentes no mundo social e educacional.

No entanto, mais uma vez, percebemos que tal assimilação para determinada promoção se perde diante às pressões exercidas pela imensa cadeia de representatividade que o Estado exerce sobre indivíduo, principalmente o Psicólogo, nesta política pública. Muito se perde quando não se fala em promover estruturas formativas, restando adotar medidas paliativas, que fortaleçam um *modus operandis* que se estrutura na sociedade. Adotar medidas diretivas e, realmente, provedoras de situação base para a emancipação, exigiria outras condições, que se

faz prerrogativa, por meio de leis e diretrizes, mas deturpadas pelo ato profissional que segue uma linha de trabalho político e de pouca inundação teórica e prática.

Soma-se a esse fator um conjunto de situações do campo psíquico que promovem a semiformação como formação cultural, onde a constante busca de prazer absoluto em uma sociedade pós-moderna, implica em condições de fáceis resoluções e pouco empenhadas para a superação. Há, nesta fase, prerrogativas do campo do exercício profissional, como do usuário que carece de sua atenção. A busca constante pelo prazer absoluto, rompe com os princípios básicos da constituição da civilização, a qual promovia a castração para impulsionar a construção dos pilares de nossa sociedade, passando agora esses pilares a serem moldados, pela constante inundação da indústria cultural, já em uma sociedade com imperativo de semiformação. Toda a dedicação passa a se debruçar naquilo que se remete a ser essencial para a vida, que se define pela capacidade do sujeito conseguir satisfazer o máximo de desejo, obtendo o máximo prazer possível, rompendo com as barreiras que, em certa época, chamou de princípio de realidade. A constante busca de prazer se edifica como pilar central do desenvolvimento, passando o ócio e a dedicação sobre determinadas situações uma peça mórbida e em extinção, uma vez que, essa sociedade prima pela satisfação absoluta. Determinada vertente direcionada para satisfação constante, dificulta o rompimento das barreiras semiformativas já instaladas pelas estruturas capitalistas. A sociedade se inunda com o gozo, e a indústria se utiliza dessa base semiformativa vigente para se propagar. Ou seja, estamos diante um conceito psicanalítico que sofre uma modificação, passando agora o princípio de realidade a ser substituído pelo princípio de prazer.

Para isso, se expulsa a contradição e se instala a identificação, onde a base comum se molda por uma mera semelhança existente, na implacável busca de se assemelhar, mesmo que para isso se torne um indivíduo altamente sugestivo. A alma se torna mera semelhança do já representado, responsável por moldar seu espírito alienado e semiformado para conseguir se integrar em uma sociedade:

A vida, modelada até suas últimas ramificações pelo princípio de equivalência, esgota-se na reprodução de si mesma, na reiteração do sistema, e suas exigências descarregam-se sobre os indivíduos tão dura e despoticamente que cada um deles não pode manter-se firme contra elas como condutor de sua própria vida, nem incorporá-las como algo específico da condição humana. Daí que a existência desconsolada, a alma, que não atingiu seu direito divino na vida, tenha necessidade de substituir as perdas imagens por meio da semiformação (ADORNO, 2010, p. 19).

Assim, podemos concluir que a atividade do Psicólogo dentro do Sistema Único de Assistência Social pode ser direcionada para o campo de promoção de bases semiformativas, impostas por toda uma esfera capital de troca, bem como pode se caracterizar por um aspecto que promova bases para uma promoção de formação cultural, abrindo perspectivas para limites e possibilidades.

No entanto, em uma sociedade que impõe uma lógica formativa com base em preceitos de semiformação, somada às dificuldades encontradas no campo de gestão das políticas públicas, e ausência de maturação do profissional no campo da assistência social, realça o direcionamento do exercício profissional para uma constante reprodução de um processo semiformativo, uma vez que, as bases de formação do profissional de Psicologia se veja estruturada em um longo processo mediado por relações simbólicas, frutos de um mundo positivista promovedor de uma realidade única, sendo esta a ser seguida.

As possibilidades se fazem no campo que permita o rompimento das amarras de um sistema modelador de subjetividade dos indivíduos, capaz de reprimir e impor uma realidade. As configurações, no campo psíquico, passam a ser moldadas por valores constituídos na esfera material, proporcionando insegurança para todos os envolvidos nesta política pública. Desde os profissionais da Psicologia, como outros profissionais e usuários desses serviços.

O usuário se nutre pelas relações simbólicas vigentes, fortalecidas pelo mercado monopolista que se movimenta para a promoção de atributos que lhe sirva como pilar de subsistência e felicidade. Na falta da base capital para prover determinadas condições de consumo, há as características que levam à ação central dessa política pública SUAS, que se vê refém em ofertar e inserir esse usuário na cadeia de representações capitais, impossibilitando o despertar de um olhar distinto daquele indivíduo sobre o que o toca. O objeto a ser tensionado em sua relação, se perde, havendo sobreposição de ponderações externas diante de suas características individuais. Portanto, nessa diretiva, o Psicólogo passa a desenvolver sua atividade, por preceitos semiformativos e se adaptando, proporcionando também adaptação para quem lhe solicita assistência.

Por outro lado, abrem-se perspectivas para um olhar distinto dos pressupostos semiformativos, podendo gerar, por seu exercício profissional, princípios baseados na verdadeira formação cultural, para assim, compreender a simbiose entre profissional da Psicologia e outros, como os da educação, usuários e sociedade, permitindo um olhar mais profundo da realidade que o cerca, trazendo novos referenciais para o desenvolvimento de sua atividade e compreensão da complexa cadeia socioassistencial e da objetividade da qual ela se

alimenta para proporcionar programas que se configuram em sintonia com as leis constitucionais, tipificações e normativas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ADORNO, T. W. Teoria da semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTORIA, L. A. C. N. (Ed.). **Teoria crítica do inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010. cap. 1.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. (Org.). **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1973.
- ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, 2012.
- ALVES, R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 80, p. 71-96, 2010.
- BETLINSKI, C. O devir trágico na educação escolar: especulações filosóficas aplicadas à educação a partir da concepção de tragédia em Nietzsche. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 11, p. 291-313, 2013.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e desigualdade social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 255-262, dez. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 225, p. 1-47, 25 nov. 2009a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**: transferência de rede e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH/SUAS**: anotada e comentada. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Brasília, DF, 2009c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Ministério da Educação. **Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 SNAS –MDS / SEB - MEC, 18 de dezembro de 2014**. Brasília, DF, 2014b.

COUTO, B. R. et al. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

CROCHIK, J. L. A personalidade narcísica segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicologia-USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 141-154, 1990.

CROCHÍK, J. L. **Teoria crítica da sociedade e psicologia**: alguns ensaios. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CNPq, 2011.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**: (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 492 p. (Obras completas [de] Sigmund Freud, 18).

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**: (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas [de] Sigmund Freud, 15).

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

GUSMÃO, N. M. M. Tema em destaque: cultura popular e educação em sociedades contemporâneas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, p. 713-714, 2009.

KANT, I. **Textos seletos**: introdução de Emmanuel Carneiro Leão. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1992.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 232 p.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, N. R. A escola, esse mundo estranho. In: PUCCI, B. (Org.). **Teoria crítica e educação**: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFISCAR, 1994. p. 121-137.

OLIVEIRA, S. C. et al. A importância de programas especializados no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente: resumo das ações do Programa Sentinela no município de Itaboraí. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 17-20, 2007.

PELLEGRINO, H. Pacto edípico e pacto social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 1983.

PEREIRA, P. A. P. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **SER Social**, Brasília, DF, v. 20, p. 63-83, 2007.

PUCCI, B. A ontologia da semiformação em tempos neoliberais. **Revista Veritas Filosofia e Interdisciplinaridade**, Porto Alegre, v. 63, n. 2, p. 595-613, maio/ago. 2018.

RODRIGUES, L. A.; FARIAS, M. N.; CASTRO, C. S. de. A atenção nas malhas dos ininterruptos gozos proporcionados pela indústria cultural. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 17, p. 11-18, 2013.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SAROLDI, N. **O mal-estar na civilização**: as obrigações do desejo na era da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ZUIN, V. G.; ZUIN, A. A. S. A atualidade do conceito de semiformação e o renascimento da *Bildung*. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 24, n. 3, p. 420-436, set./dez. 2017.